ÍNDICE

1. Decreto n.º 7.637 - de 17 de maio de 1988 - Altera o Código Disciplinar do Serviço de Transporte de Passageiros em Veículos de Aluguel a Taxímetro, Anexo ao Regulamento aprovado pelo Decreto "E" N.º 3.858, de 12 de maio de 1970. pag 03
2. Decreto n.º 11.470 - de 13/10/1992 - Regulamenta o Serviço Complementar de Transporte de Passageiros neste Município pag 04
3. Regulamento do Serviço Complementar de Transporte de Passageiros do Município do Rio de Janeiro..... pag 05
4. Código Disciplinar do Serviço Complementar de Transporte de Passageiros do Município do Rio de Janeiro e Penalidades..... pag 11
5. Decreto n.º 11.519 - de 23/10/1992 - Aprova o Regulamento do Serviço de Transporte de Escolares no Município do Rio de Janeiro e Respectivo Código Disciplinar..... pag 13
6. Regulamento do Serviço de Transporte de Escolares do Município do Rio de Janeiro..... pag 14
7. Código Disciplinar do Serviço de Transporte de Escolares do Município do Rio de Janeiro..... pag 25
8. Decreto n.º 11.983 de 17/03/1993 - Altera dispositivos do Decreto n.º 11.470, de 13/10/1992... pag 28
9. Decreto n.º 12.638 - de 18/01/1994 - Altera dispositivos do Dec n.º 11.519 de 23/10/1992..... pag 29
10. Decreto n.º 12.713 - de 01/03/1994 - Estabelece padrões técnicos a serem observados para a aprovação dos veículos utilizados no sistema de transporte público de passageiros por ônibus no Município do Rio de Janeiro..... pag 30
11. Regulamento que estabelece padrões técnicos a serem observados para a aprovação dos veículos utilizados no sistema de transporte público de passageiros por ônibus no Município do Rio de Janeiro..... pag 31
12. Decreto n.º 13.050 - de 29 de junho de 1994 - Altera o disposto nos arts. 36, 37, 39 e 43 do Decreto "E" N.º 3.858, de 12.05.70, e revoga o disposto no art. 34, o parágrafo único do art. 37 e o art. 38 do mencionado diploma legal. pag 45
13. Decreto n.º 13.190 - de 08 de setembro de 1994 - Revoga o art. 54 do Decreto "E" N.º 3.858, de 12 de maio de 1970 com a redação que lhe foi dada pelo Decreto "E" N.º 4.007, de 21 de julho de 1970 e pelo Decreto N.º 1.502, de 11 de abril de 1978, e o Decreto N.º 7.652, de 19 de maio de 1988, e dá outras providências. pag 46
14. Lei n.º 2.241 - de 01/12/1994 - Dispõe sobre a obrigatoriedade de toda empresa transportadora de passageiros do município criar e manter departamentos de recursos humanos e cursos de formação e aperfeiçoamento para os auxiliares de transportes coletivos e dá outras providências. pag 47
15. Decreto n.º 13.645 - de 27 de janeiro de 1995 - Altera o Decreto "E" N.º 3.858, de 12 de maio de 1970..... pag 48
16. Decreto n.º 13.970 - de 20/06/1995 - Regulamenta a Lei n.º 2.241, de 01/12/1994 que dispõe sobre a obrigatoriedade de prestação de cursos de formação e aperfeiçoamento para auxiliar de transporte pelas empresas permissionárias do serviço de transporte coletivo de passageiros do Município do Rio de Janeiro e dá outras providências. pag 49
17. Decreto n.º 14.918 - de 26/06/1996 - Acrescenta dispositivos ao Decreto n.º 11.519, de 23/10/1992 - Regulamento do Serviço de Transporte de Escolares. pag 55
18. Decreto n.º 16.009 de 14/08/1997 - Altera as Disposições do Regulamento do Serviço Complementar de Transporte de Passageiros neste Município, Aprovado pelo Decreto n.º 11.470/92..... pag 53
19. Decreto n.º 19.376 - de 29/12/2000 - Acrescenta § ao art. 71 e altera redação do § 3.º do art. 92, ambos do Regulamento aprovado pelo Dec n.º 12.713/94, e dá outras providências. pag 54
20. Lei n.º 3360 de 07/01/2002 - Institui o Serviço de Transporte Urbano Especial Complementar de Passageiros em veículos de baixa capacidade, denominado de Subsistema do Transporte Urbano Especial Complementar de Passageiros, integrado ao Sistema Municipal de Transporte Coletivo Urbano do Município do Rio de Janeiro e dá outras providências..... pag 55
21. Decreto n.º 21740 de 12/07/2002 - Regulamenta a Lei n.º 3.360, de 07/01/2002, e dá outras providências. pag 57
22. Código Disciplinar de Infrações e Penalidades do Subsistema de Transporte Urbano Especial Complementar de Passageiros do Município do Rio de Janeiro..... pag 63
23. Decreto n.º 23865 de 19/12/2003 - Altera o parágrafo único do art. 4.º do Decreto n.º 21.740, de 12 de julho de 2002 na forma que menciona. pag 65

24. Decreto nº 23931 de 28/01/2004. - Altera o Dec nº 11.519/92, que aprova o Regulamento do Serviço de Transporte de Escolares no Município do Rio de Janeiro e respectivo Código Disciplinar, com as alterações do Dec "N" nº 14.918/96, e dá outras providências. **pag 67**
25. Decreto nº 24934 de 09/12/2004 - Institui Serviço de Transporte Especial de Passageiros para atender as Pessoas com necessidades especiais..... **pag 68**
26. Decreto nº 25276 de 19/04/2005 - Altera o anexo único do Decreto nº21.740, de 12 de julho de 2002, que regulamenta a lei nº3.360, de 07 de janeiro de 2002. **pag 67**
27. Anexo Único do Decreto Nº 21.740/02 - Código Disciplinar de Infrações e Penalidades do Subsistema de Transporte Urbano Especial Complementar de Passageiros do Município do Rio de Janeiro..... **pag 69**
28. Decreto "E" nº 3.858 - de 12 de maio de 1970 - *Aprova o Regulamento do Serviço de Transporte de Passageiros em Veículos de Aluguel a Taxímetro, e dá outras providências.* **pag 73**

Decreto n.º 7.637 - de 17 de maio de 1988

Altera o Código Disciplinar do Serviço de Transporte de Passageiros em Veículos de Aluguel a Taxímetro, Anexo ao Regulamento aprovado pelo Decreto "E" N.º 3.858, de 12 de maio de 1970.

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais e, tendo em vista o que consta do processo n.º 03/193/88 e

CONSIDERANDO que o subitem 1.1.4 do Código Disciplinar do Serviço de Transporte de Passageiros em Veículos de Aluguel a Taxímetro, anexo ao Regulamento aprovado pelo Decreto "E" n.º 3.858, de 12 de maio de 1970, está inserido no item 1, pertinente apenas as empresas permissionárias;

CONSIDERANDO a conveniência para o serviço público que a infração tipificada e sancionada no referido subitem seja deslocada para o item 2 que abrange não só as empresas, mas também os permissionários autônomos;

CONSIDERANDO, finalmente, a imperiosa necessidade de que todos os permissionários do serviço de transporte de passageiros em veículos de aluguel a taxímetro, sejam empresas ou autônomos, cumpram fielmente aquelas normas administrativas inerentes ao controle estatal sobre os serviços públicos,

D E C R E T A :

Art. 1.º Fica acrescentado ao item 2 DAS EMPRESAS E AUTÔNOMOS do Código Disciplinar do Serviço de Transporte de Passageiros em Veículos de Aluguel a Taxímetro, anexo ao Regulamento aprovado pelo Decreto "E" n.º 3.858, de 12 de maio de 1970, o subitem 2.1.19, com o seguinte teor:

"2.1.19 - Não cumprir resolução, portaria, instrução, edital, aviso ou qualquer outra espécie de determinação baixado por autoridade competente . . .GRUPO E-1".

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o subitem 1.1.4 do Código Disciplinar do Serviço de Transporte de Passageiros em Veículos de Aluguel a Taxímetro, aprovado pelo Decreto "E" n.º 3.858, de 12 de maio de 1970.

Rio de Janeiro, 17 de maio de 1988 - 424.º de Fundação da Cidade

ROBERTO SATURNINO BRAGA, Miguel Antônio Bahury Júnior

D.O. RIO de 19.05.88

DECRETO n° 11.470 - de 13 de outubro de 1992

REGULAMENTA O SERVIÇO COMPLEMENTAR DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS NESTE MUNICÍPIO.

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que consta do processo n° 03/100.932/92,

D E C R E T A :

Art. 1° - Fica aprovado o Regulamento do Serviço Complementar de Transporte de Passageiros do Município do Rio de Janeiro e seu Código Disciplinar, em anexo.

Art. 2° - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de outubro de 1992 - 428° de Fundação da Cidade

MARCELLO ALENCAR

D.O. RIO de 14.10.92

REGULAMENTO DO SERVIÇO COMPLEMENTAR DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

CAPÍTULO I

Objetivos

O presente Regulamento visa a atender ao aprimoramento do Serviço Complementar de Transporte de Passageiros de forma a se verificar permanentemente o cumprimento das normas legais vigentes.

Seção I Da Exploração do Serviço

Art. 1º - Considera-se Serviço Complementar de Transporte de Passageiros do Município do Rio de Janeiro os serviços executados em locais de difícil acesso e em locais de aglomerações populacionais que não disponham de linha regular de ônibus.

Art. 2º - A exploração do Serviço Complementar de Transporte de Passageiros do Município do Rio de Janeiro rege-se-á por este Regulamento.

Art. 3º - A Secretaria Municipal de Transportes é o Órgão normativo e coordenador do serviço, objeto deste Regulamento, respeitadas as competências privativas da Superintendência Municipal de Transportes Urbanos.

Seção II Dos Executores do Serviço

Art. 4º - Desde que registrados no Órgão Municipal competente e nos Termos do presente Regulamento, são executores do Serviço Complementar de Transporte de Passageiros:

- I - as empresas permissionárias de transporte de passageiros por ônibus;
- II - as empresas constituídas de acordo com a legislação vigente, com o objetivo específico de explorar esta modalidade de transporte.
- III - os motoristas autônomos.

CAPÍTULO II Da Permissão

Seção I Da Obtenção da Permissão

Art. 5º - Cabe à SMTU, consoante autorização específica do Exmo. Senhor Secretário Municipal de Transportes, promover a licitação entre as pessoas jurídicas e físicas habilitadas e autorizar a sua operação, sempre a título precário e mediante o compromisso de obediência a este Regulamento.

Parágrafo único - As pessoas jurídicas ou físicas interessadas em que seja instuída uma determinada ligação de Transporte Complementar devem apresentar sua proposição à SMTU, acompanhada do correspondente estudo de mercado ou justificativa. Em caso de deferimento, o Órgão procederá à devida licitação.

Art. 6º -Terá preferência na permissão para exploração do Serviço Complementar de Transporte de Passageiros o proponente que oferecer maior vantagem aos usuários, considerando-se os seguintes itens, sem prejuízo dos previstos no Decreto-lei nº 2.300, de 21 de novembro de 1986:

- I - Grupo I - "dos veículos": segurança, conforto, durabilidade e idade de no máximo 7 (sete) anos;
- II - Grupo II - "da infra-estrutura para manutenção dos veículos": área e recursos técnicos da garagem e oficina própria, situados no Município do Rio de Janeiro e localização destas em relação à área de operação;
- III - Grupo III - "dos motoristas autônomos": indicação da Cooperativa e/ou Associação de Moradores do local.

Parágrafo único - A SMTU estabelecerá, para cada caso, um quadro para classificação das propostas apresentadas, na qual as notas máximas dos grupos de itens I, II e III corresponderão respectivamente a 60% (sessenta por cento), 20% (vinte por cento) e 20% (vinte por cento), sendo 10% (dez por cento) relativos à Cooperativa e 10% (dez por cento) relativos à Associação de Moradores, da nota máxima global.

Art. 7º - Em caso de empate no resultado final, a prioridade da licitação obedecerá à seguinte ordem:

- I - Pessoa jurídica que já esteja operando, comprovadamente e com êxito, a ligação em pauta;
- II - Pessoa física que já esteja operando, comprovadamente e com êxito, a ligação em pauta;

Parágrafo único - Caso persista empate na avaliação das propostas, o vencedor será escolhido mediante sorteio entre os proponentes empatados.

Art. 8º - Quando não acudirem interessados à licitação anterior, e esta não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, o Órgão Municipal competente poderá receber indicações da Cooperativa e/ou Associação de Moradores, desde que os indicados preencham todas as condições pré-estabelecidas neste Regulamento, para obterem a permissão.

Art. 9º - O licitante vencedor deverá ter seu veículo vistoriado para atender as condições estabelecidas pelo Órgão Municipal competente. Deverá ser apresentado, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação do resultado da licitação no Diário Oficial, o certificado de aprovação do veículo na vistoria realizada.

Art. 10 - Depois de outorgada a permissão à empresa ou ao motorista autônomo, deverá ser iniciada a operação da linha no prazo máximo de sessenta dias, sob pena de cancelamento ao ato.

Subseção I Das Empresas

Art. 11 - As empresas que se candidatarem à licitação para adjudicação do Serviço de Transporte Complementar de Passageiros deverão apresentar os seguintes documentos:

I - Contrato social registrado;

II - Planta baixa, em três vias, do imóvel utilizado para guarda dos veículos com os requisitos abaixo, devendo ser atualizada sempre que houver alteração no espaço físico de guarda, com encaminhamento de novas três vias ao Órgão Municipal competente, no prazo de trinta dias contados do início da alteração.

1. - Escala não inferior a 1:200, indicada na planta;

2. - Assinatura do executor da planta, com respectivo registro do CREA;

3. - Assinatura do diretor responsável pela empresa;

4. - Data da execução da planta;

5. - Indicação da área, em m², destinada à guarda do(s) veículo(s);

III - Título de propriedade ou de posse, locação ou de outra forma legal de uso do imóvel destinado à guarda e manutenção dos veículos, localizado neste Município;

IV - Alvará de utilização do imóvel destinado à guarda e manutenção do(s) veículo(s) e à administração da empresa;

V - Prova de propriedade ou posse legal do(s) veículo(s) apto(s) a operar o Serviço Complementar de Passageiros;

VI - Comprovante de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária;

VII - Proposta, fornecida pelo Órgão Municipal competente, devidamente preenchida, sem emenda ou rasura.

Subseção II Dos Autônomos

Art. 12 - Os motoristas autônomos, independentes ou cooperativados, que se candidataram à licitação, para a adjudicação do Serviço Complementar de Transporte de Passageiros, deverão satisfazer as seguintes exigências:

I - Carteira de identidade;

II - Cartão de Identificação do Contribuinte (CIC);

III - Carteira de motorista, categoria "B" com o mínimo de 2 (dois) anos;

IV - Registro de autônomo no INSS;

V - Prova negatíva civil e criminal feita por certidões dos 1º, 2º, 3º e 4º Ofícios do Registro de Distribuição (7º geral e 9º Fazenda);

VI - Declaração de residência ou conta de luz, gás ou telefone em nome do interessado;

VII - Documento Único de Trânsito do veículo (DUT);

VIII - Declaração do local de guarda do veículo no Município do Rio de Janeiro;

IX - Proposta fornecida pelo Órgão Municipal competente, devidamente preenchida, sem emenda ou rasura;

X - Indicação por escrito de Cooperativa e/ou Associação de Moradores do local.

Seção II Da Cassação da Permissão Subseção I Das Pessoas Jurídicas

Art. 13 - Validade das permissões outorgadas as pessoas jurídicas cessam automaticamente nos seguintes casos:

I - Pela não manutenção do Capital Social devidamente realizado ou integralizado, correspondente a no mínimo 50% (cinquenta por cento) do valor da frota;

II - Quando, em decorrência da não substituição dos veículos que atingirem a idade máxima prevista neste Regulamento, o total da frota ficar abaixo do mínimo exigido;

III - Pela não substituição por veículos novos dos que forem considerados pelo Órgão Municipal competente nos termos deste Regulamento sem condições de tráfego, e o total da frota ficar abaixo do mínimo exigido;

IV - Por deixar de submeter qualquer de seus veículos à vistoria regulamentar por 2 (dois) semestres consecutivos;

V - Quando o veículo for colocado em tráfego sem autorização do Órgão Municipal competente;

VI - Quando cobrarem o preço da passagem em desacordo com os valores estabelecidos pelo Município;

VII - Quando deixarem de atender aos interesses do Poder Permitente.

Subseção II
Das Pessoas Físicas

Art. 14 - A validade das permissões outorgadas às pessoas físicas são pessoais e intransferíveis, cessando nos seguintes casos:

- I - Por desistência do permissionário;
- II - Por condenação do permissionário em processo por crime transitado em julgado, não sujeito a sursis;
- III - Quando o permissionário, a critério do poder permitente, nos termos deste Regulamento, não mais apresentar qualificação compatível com o exercício da profissão;
- IV - Quando o permissionário deixar de submeter o veículo à vistoria regulamentar, por 2 (dois) semestres consecutivos;
- V - Quando o veículo do permissionário, a critério do poder permitente, nos termos deste Regulamento, não mais apresentar as condições mínimas de tráfego;
- VI - Quando da venda do veículo cadastrado, sem conhecimento do Órgão Municipal competente;
- VII - Quando por motivo de perda, acidente, incêndio, roubo ou furto, o permissionário não comunicar o fato ao Órgão Municipal competente, bem como não apresentar novo veículo no prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da ocorrência do fato;
- VIII - Quando o veículo for colocado em tráfego, sem autorização do Órgão Municipal competente;
- IX - Dirigir embriagado ou sob efeito de substâncias tóxicas;
- X - Portar arma de qualquer espécie;
- XI - Manter ou transportar no veículo qualquer mercadoria de manuseio e/ou uso proibido;
- XII - Quando for constatada cobrança de valores tarifários em desacordo ao estabelecido pela Prefeitura.

CAPÍTULO III
Das Cooperativas e Associações de Moradores

Seção I
Das Cooperativas

Art. 15 - As Cooperativas legalmente constituídas deverão apresentar os seguintes requisitos:

- I - Ata da Assembléia Geral de Constituição registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (JUCERJA);
- II - Título de propriedade ou de posse da área a ser utilizada como sede, ou contrato de locação registrado em cartório;
- III - Prestação de serviço aos cooperativados;
- IV - Número mínimo de vinte cooperativados;
- V - Veículos que atendam as condições estabelecidas pelo Órgão Municipal competente;
- VI - Títulos de propriedade ou posse legal dos veículos.

Art. 16 - As Cooperativas, legalmente constituídas, serão convidadas a participar, como ouvintes, da mesa de trabalho ao lado da Comissão Especial de Licitação.

Art. 17 - A Cooperativa poderá indicar, por escrito, cooperativados para concorrerem as licitações efetuadas pelo Órgão Municipal competente, sendo que este ato, proporcionará ao cooperativado indicado obter 10% (dez por cento) da nota máxima global, no quadro de classificação das propostas apresentadas (parágrafo único do art. 6°).

Art. 18 - No caso de desligamento ou ingresso de um cooperativado, fica a cooperativa obrigada a comunicar o fato ao Órgão Municipal competente um laudo de exame e parecer sobre sua situação econômico-financeira, fornecida pela Organização das Cooperativas do Estado do Rio de Janeiro, OCERJ, Órgão representativo do sistema cooperativista.

Art. 19 - As Cooperativas deverão apresentar anualmente ao Órgão Municipal competente um laudo de exame e parecer sobre sua situação econômico-financeira, fornecida pela Organização das Cooperativas do Estado do Rio de Janeiro, OCERJ, Órgão representativo do sistema cooperativista.

Seção II
Das Associações de Moradores

Art. 20 - As Associações de Moradores locais serão convidadas a participarem, como ouvintes, da mesa de trabalho, ao lado da Comissão Especial de Licitação.

Art. 21 - As Associações de Moradores poderão indicar, por escrito, motoristas para concorrerem as licitações efetuadas pelo Órgão Municipal competente, sendo que este ato proporcionará ao motorista indicado obter 10% (dez por cento) da nota máxima global, no quadro de classificação das propostas apresentadas (parágrafo único do art. 6°).

Seção III
Da Cassação do Registro

Art. 22 - Os registros dos Condutores do Serviço de Transporte Complementar de Passageiros do Município do Rio de Janeiro serão cassados nos seguintes casos:

- I - Dirigir embriagado ou sob efeito de substâncias tóxicas;
- II - Portar arma de qualquer espécie;
- III - Manter ou transportar no veículo qualquer tipo de mercadoria de manuseio e/ou uso proibido.

CAPÍTULO IV Dos Veículos

Seção I Das Características dos Veículos

Art. 23 - O Serviço Complementar de Transporte de Passageiros poderá operar com veículos das seguintes classes:

- I - Micro ônibus, subclassificados em:
 - a) Micro ônibus A, com capacidade de 20 (vinte) a 30 (trinta) passageiros sentados;
 - b) Micro ônibus B, com capacidade de 13 (treze) a 19 (dezenove) passageiros sentados;
- II - Autolotações: veículos com capacidade de 8 (oito) a 12 (doze) passageiros sentados.

Art. 24 - Os veículos deverão ter modelos previamente aprovados pelo Órgão Municipal competente, providos de:

- I - Microônibus A e B - porta lateral direita para embarque e desembarque, e, na lateral esquerda, saída de emergência;
- II - Autolotações - obedecidos os padrões técnicos dos fabricantes, acrescidos de uma saída de emergência na lateral esquerda.

Art. 25 - Na apreciação da capacidade do veículo, serão considerados os dados fornecidos pelo fabricante de chassis e de carroceria, mais as seguintes condições:

- I - O peso dos passageiros e tripulantes será computado como sendo 70kg (setenta quilos) por pessoa;
- II - A lotação dos veículos será a de passageiros sentados, excluindo-se o motorista e eventual auxiliar, os quais, no entanto, serão computados no cálculo do peso transportado.

Art. 26 - Não poderão ser utilizados veículos com mais de 10 (dez) anos de idade, contados a partir do ano de sua fabricação.

Seção II Das Características Visuais

Art. 27 - Os veículos deverão ser pintados nas cores:

- I - Amarelo-java, com faixa azul báltico, na traseira e laterais da carroceria, em toda sua extensão;
- II - Das Cooperativas e Empresas, características próprias desde que submetidas previamente à aprovação por Órgão Municipal competente.

Parágrafo único - Na faixa se inserirá o código que identifica o veículo, o permissionário e o respectivo nome da linha.

Art. 28 - Os veículos serão identificados por código composto da letra C (Transporte Complementar) e grupo de até 6 (seis) algarismos indicando o número do Termo de Permissão.

Parágrafo único - Os Termos de Permissão serão numerados com as seguintes séries.

1. Autônomos e Cooperativas - de 201 (duzentos e um) a 500 (quinhentos);
2. Empresas - de 10.000 (dez mil) a 100.000 (cem mil).

Art. 29 - As empresas deverão ter seu nome ou logotipo (se houver) pintados nas superfícies laterais dos seus veículos.

Art. 30 - As cooperativas deverão ter seu nome ou logotipo pintados nas superfícies externas dianteiras e/ou traseiras dos veículos.

Art. 31 - As letras e os números deverão ser pintados na cor preta e terão 0,08m de largura, 0,12m de altura e 0,02m de espessura, dispostos de tal forma que o termo de permissão e o nome da linha figurem separados por um traço horizontal equivalente à largura de uma letra.

Seção III Das Substituições dos Veículos

Art. 32 - A substituição dos veículos utilizados no Serviço de Transporte Complementar de Passageiros deverá ser efetuada mantendo-se as mesmas características do veículo anterior.

§ 1º - O veículo substituto deverá ter obrigatoriamente no máximo 8 (oito) anos, contados da data de sua fabricação.

§ 2º - A critério exclusivo do Órgão Municipal competente, observado o interesse do usuário e dentro do estabelecido no presente Regulamento, poderá ser autorizada a substituição do veículo por outro de características diferentes.

Seção IV Das Vistorias dos Veículos

Subseção I
Da Obrigatoriedade da Vistoria

Art. 33 - Todos os veículos utilizados no Serviço de Transporte Complementar de Passageiros serão vistoriados de acordo com as seguintes exigências:

- I - os veículos de 0 (zero) a 7 (sete) anos de idade, contados a partir do ano de sua fabricação - 2 (duas) vezes ao ano;
- II - os veículos de mais de 7 (sete) anos e até 10 (dez) anos de idade, contados do ano de sua fabricação - 3 (três) vezes ao ano ou tantas vezes quanto o Órgão Municipal competente assim o exigir.

Art. 34 - Aprovado o veículo na vistoria, será fornecido ao permissionário comprovante de porte obrigatório pelo condutor do veículo.

Art. 35 - O veículo que não for aprovado na vistoria ficará impossibilitado de operar o serviço. Sanadas as deficiências dentro do prazo estabelecido será submetido a nova vistoria.

Art. 36 - No ato da vistoria, deverão ser apresentados pelos condutores dos veículos os seguintes documentos:

- I - carteira de identidade;
- II - carteira nacional de habilitação;
- III - cartão de inscrição de autônomo fornecido pelo Órgão Municipal competente.

Art. 37 - Pela vistoria será cobrado o valor correspondente a 1 (uma) UNIF por veículo vistoriado. A quantia será recolhida pelo permissionário no estabelecimento bancário, indicado pelo Órgão Municipal competente.

Parágrafo único - O comprovante do pagamento será apresentado no ato da vistoria e terá validade para todas as vistorias do ano corrente.

CAPÍTULO V
Dos Permissionários

Art. 38 - A exploração do Serviço de Transporte Complementar de Passageiros somente poderá ser executada por possuidores de permissão do Órgão Municipal competente.

Art. 39 - As pessoas jurídicas ou físicas interessadas na alteração de uma determinada ligação do Serviço Complementar de Transporte de Passageiros devem apresentar sua proposição ao Órgão Municipal competente, acompanhadas do correspondente estudo de mercado ou justificativa.

Art. 40 - As Cooperativas somente poderão ser formadas pela aglutinação de permissionários autônomos desta modalidade de transporte.

Art. 41 - Ao permissionário autônomo será facultado contratar 2 (dois) auxiliares desde que devidamente registrados no Órgão Municipal competente.

Parágrafo único - Os motoristas auxiliares serão identificados por Carteira de Auxiliar, com nome do permissionário e placa do veículo.

Art. 42 - As pessoas físicas só poderão ser titular de uma única permissão no sistema de Serviço Complementar de Transporte de Passageiros.

CAPÍTULO VI
Dos Usuários dos Serviços

Art. 43 - Ao usuário é permitido conduzir nos veículos do Serviço de Transporte Complementar de Passageiros bagagem ou volumes cuja natureza ou peso não prejudiquem a conservação de higiene do veículo, assim como o bem-estar e a segurança dos demais usuários.

Parágrafo único - A critério do condutor, poderá ser permitido o transporte de animais, observado o disposto no "caput" deste artigo.

Art. 44 - Os usuários do Serviço de Transporte Complementar de Passageiros poderão, a qualquer tempo, comunicar ao Órgão Municipal competente as infringências cometidas por permissionários e/ou condutores dos veículos.

CAPÍTULO VII
Da Operação do Serviço

Seção I

Dos Itinerários

Art. 45 - O Serviço Complementar de Transporte de Passageiros será operacionalizado dentro dos itinerários previamente fixados pelo Órgão Municipal competente.

Seção II Das Tarifas

Art. 46 - As tarifas do Serviço de Transporte Complementar de Passageiros serão calculadas com base em dados que permitam a exata identificação dos custos e a justa remuneração do capital investido ao equilíbrio econômico e financeiro para o exercício da permissão.

Art. 47 - As tarifas serão fixadas por Resolução do Órgão Municipal permitente.

Art. 48 - As tarifas serão reajustadas pelo Órgão Municipal permitente, de acordo com cálculo específico para este serviço, época da concessão do reajuste das tarifas do Serviço Complementar de Transporte de Passageiros em Veículos de Aluguel a Taxímetro.

Art. 49 - Caberá ao Órgão Municipal competente manter o acompanhamento das variações dos custos visando a obter a melhor configuração da realidade.

CAPÍTULO VIII Das Infrações

Art. 50 - Será considerada infração a este Regulamento à inobservância às determinações nele contidas.

Parágrafo único - Aplicáveis aos permissionários e/ou condutores, conforme o caso, estas determinações foram numeradas no Código Disciplinar do Serviço de Transporte Complementar de Passageiros do Município do Rio de Janeiro, em 5 (cinco) dígitos, sendo o primeiro relativo à qualificação do infrator, o segundo relativo à característica da infração e o último relativo ao grupo de sanção que variará de 1 (um) a 5 (cinco), em ordem decrescente à gravidade da infração.

CAPÍTULO IX Das Penalidades

Seção I Da Incidência

Art. 51 - A infringência das disposições do presente Regulamento sujeitará o infrator permissionário e/ou condutor as seguintes penas:

- I - Multa;
- II - Lacre;
- III - Reboque;
- IV - Suspensão;
- V - Cassação.

Art. 52 - A multa é pena pecuniária e será aplicada ao permissionário e/ou condutor na graduação prevista neste capítulo, conforme a gravidade da infração.

Art. 53 - A pena de multa será formulada, mediante um auto de comunicação do qual constarão obrigatoriamente;

- I - A identificação do veículo, do permissionário e/ou condutor;
- II - A natureza, o local, a data e o horário da infração;
- III - A penalidade imposta;
- IV - O prazo para recursos.

Art. 54 - O lacre será utilizado sempre que, a critério do Órgão Municipal competente, o veículo for considerado em desacordo com o que preceitua este Regulamento no que tange ao estado do mesmo.

Art. 55 - O reboque e/ou lacre será(ão) utilizado(s) nos seguintes casos:

- I - Quando da permanência dos veículos em atividade a despeito da cassação da permissão;
- II - Quando o veículo for colocado em operação sem a devida autorização do Órgão Municipal competente;
- III - Por manter, cooperar ou facilitar a operação, no Serviço Complementar de Transporte de Passageiros, neste Município, de veículos agregados ou de sua propriedade, não registrados para esta modalidade de transporte;

§ 1º - O serviço de reboque a cargo do Órgão Municipal competente implicará a cobrança de preço de serviço correspondente a 3 (três) UNIF.

§ 2º - O Órgão Municipal competente cobrará aos permissionários dos veículos apreendidos uma diária de valor correspondente a 1 (uma) UNIF.

Art. 56 - A suspensão na 2ª reincidência e o lacre serão aplicados nos seguintes casos:

I - Pela não adoção de sistema que permita ao Órgão Municipal competente, a qualquer momento, exato conhecimento das características operacionais e de comportamento funcional da frota;

II - Por não manter identificados corretamente veículos de sua frota conforme as determinações deste Regulamento e/ou normas complementares do Órgão Municipal competente;

III - Por não acatar as ordens, nem apresentar os documentos solicitados pela fiscalização.

Art. 57 - As penas de reboque, lacre e/ou suspensão serão aplicadas sem prejuízo das sanções previstas no Código Disciplinar em Anexo a este Regulamento.

Art. 58 - As penas de suspensão e cassação poderão ser aplicadas ao permissionário e/ou condutor por desídia, a critério exclusivo do dirigente do Órgão Municipal permitente, desde que devidamente fundamentadas.

Seção II Da Reincidência

Art. 59 - Considera-se reincidência a repetição da infração prevista no Capítulo IX deste Regulamento, dentro de um período de 180 (cento e oitenta) dias a contar da primeira infração.

Art. 60 - A 3ª (terceira) reincidência por parte do permissionário e/ou condutor, das infrações do Grupo I, ou seja, das infrações de maior gravidade deste Regulamento, será punida com a pena de cassação da permissão.

Art. 61- A multa correspondente a cada grupo referida neste Capítulo será expressa em Unidades Fiscais (UNIF), conforme a seguinte tabela:

TABELA DE PENALIDADE DE INFRAÇÕES - VALORES EM UNIF

Grupo	1ª Infração	1ª Reincidência	2ª Reincidência	3ª Reincidência
I	4	8	16	Cassação da Permissão
II	3	6	12	24
III	2	4	8	16
IV	1	2	4	8
V	0,5	1	2	4

Seção III Dos Recursos

Art. 62 - Os recursos contra as decisões e as penalidades impostas pelo Órgão Municipal competente ou permitente com base no Regulamento do Serviço de Transporte Complementar de Passageiros deverão ser apresentados às seguintes autoridades:

I - Recursos contra penalidades, exceto cassação, apresentados à Comissão de Julgamento de Infrações da Superintendência Municipal de Transportes Urbanos - SMTU;

II - Recursos contra cassação ou contra resultado de licitação de adjudicação de linha, apresentados ao Presidente do Órgão Municipal competente.

Parágrafo único - Os prazos para apresentação dos recursos serão de 15 (quinze) dias, contados, nos casos de penalidade, a partir da ciência do fato e, nos casos de cassação e resultado de licitação, a partir da respectiva publicação no Diário Oficial.

CAPÍTULO X Disposições Finais

Art. 63 - As permissões outorgadas nos termos do presente Regulamento poderão ser cassadas, a qualquer tempo, pelo dirigente do Órgão Normativo e Coordenador de Serviço, a seu juízo, sem que os permissionários tenham direito a qualquer indenização ou compensação.

Art. 64 - Os atuais permissionários do Serviço Complementar de Transporte de Passageiros deverão regularizar-se em função do Regulamento desta modalidade de serviço, dentro do prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 65 - Em especial os permissionários do Serviço de Transporte Complementar de Passageiros deverão devolver, dentro do prazo acima fixado, os Termos de Permissão ou de Autorização anteriormente fornecidos pelo Município, que serão substituídos

pelos Termos de Permissão e Cartão de Identificação elaborados de acordo com o modelo dos Anexos II e III cuja numeração será adotada para identificação do permissionário e seus veículos, conforme o art 4º deste Regulamento.

ANEXO I
CÓDIGO DISCIPLINAR DO SERVIÇO COMPLEMENTAR DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS
DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO E PENALIDADES

1. Das infrações Administrativas dos Permissionários

- 1.1 Iniciar a operação do Serviço Complementar de Transporte de Passageiros sem a devida habilitação do Órgão Municipal competente. Penalidade: Grupo I.
- 1.2 Colocar veículo em operação sem a devida autorização do Órgão Municipal competente. Penalidade: Grupo I.
- 1.3 Permitir que o condutor cobre a tarifa fora do estabelecido pelo Órgão Municipal competente. Penalidade: Cassação da Permissão.
- 1.4 Utilizar motorista sem estar devidamente registrado no Órgão Municipal competente. Penalidade: Grupo I.
- 1.5 Manter motorista e/ou auxiliares portadores de doenças infecto-contagiosas. Penalidade: Grupo I.
- 1.6 Deixar de cumprir os editais, avisos, ordens, instruções e qualquer outra espécie de determinação baixada pela autoridade competente. Penalidade: Grupo I.
- 1.7 Deixar de apresentar, quando solicitado, apólice de seguro de responsabilidade civil. Penalidade: Grupo III.
- 1.8. Deixar de comunicar ao Órgão Municipal competente a admissão ou demissão de condutores. Penalidade: Grupo III.

2. Das Infrações Operacionais dos Permissionários

- 2.1 Por não adotar medidas que permitam ao Órgão Municipal competente, a qualquer momento, um exato conhecimento das características operacionais e do comportamento funcional da frota. Penalidade: Grupo I.
- 2.2 Por não manter identificados os veículos de sua frota conforme as determinações deste Regulamento e/ou Portarias do Órgão Municipal competente. Penalidade: Grupo I.
- 2.3 Por cobrar tarifas em desacordo com as estabelecidas pelo Órgão Municipal competente. Penalidade: Cassação da Permissão.
- 2.4 Deixar de cumprir os itinerários determinados pelo Órgão Municipal competente. Penalidade: Grupo II.
- 2.5 Operar com o veículo em linha na qual não foi registrado. Penalidade: Grupo II.
- 2.6 Deixar de manter a tabela de preços em local determinado pelo Órgão Municipal competente. Penalidade: Grupo II.
- 2.7 Deixar de manter no próprio veículo a documentação exigida pelo Órgão Municipal competente, tanto para o veículo, quanto para os auxiliares. Penalidade: Grupo II.
- 2.8 Desrespeitar a capacidade oficial de passageiros sentados do veículo. Penalidade: Grupo III.
- 2.9 Deixar de acatar ordem e não apresentar os documentos solicitados pela fiscalização, deixando de obrigar os condutores que também o façam. Penalidade: Grupo III.
- 2.10 Operar com o veículo sem a respectiva vistoria do período. Penalidade: Grupo IV.
- 2.11 Não manter o veículo garagemado sempre que o mesmo não estiver em operação. Penalidade: Grupo IV.
- 2.12 Realizar manutenção em via pública. Penalidade: Grupo IV.
- 2.13 Abastecer o veículo com passageiros em seu interior. Penalidade: Grupo IV.
- 2.14 Abandono do veículo em via pública. Penalidade: Grupo IV.

3. Das Infrações Relativas ao Estado de Conservação dos Veículos

- 3.1 Mau estado dos pneus. Penalidade: Grupo I.
- 3.2 Mau funcionamento do sistema de freios. Penalidade: Grupo I.
- 3.3 Falta ou mau funcionamento das peças de suspensão do veículo. Penalidade: Grupo II.
- 3.4 Falta ou mau estado de peças do sistema de transmissão mecânica do veículo. Penalidade: Grupo II.
- 3.5 Mau estado ou mau funcionamento da buzina do veículo. Penalidade: Grupo II.
- 3.6 Falta ou mau funcionamento da buzina do veículo. Penalidade: Grupo II.
- 3.7 Mau estado e/ou não funcionamento das portas. Penalidade: Grupo II.
- 3.8 Falta ou mau estado do pneu sobressalente. Penalidade: Grupo II.
- 3.9 Mau estado dos bancos do veículo. Penalidade: Grupo III.
- 3.10 Falta ou mau funcionamento dos faróis do veículo. Penalidade: Grupo III.
- 3.11 Mau estado das placas de identificação. Penalidade: Grupo IV.
- 3.12 Falta ou mau estado das lanternas e/ou sinaleiros dos veículos. Penalidade: Grupo IV.
- 3.13 Falta, mau estado e/ou mau funcionamento dos vidros das janelas dos veículos. Penalidade: Grupo IV.
- 3.14 Falta, mau funcionamento ou validade vencida do equipamento de combate a incêndio do veículo. Penalidade: Grupo IV.
- 3.15 Falta ou mau estado dos para-choques do veículo. Penalidade: Grupo IV.
- 3.16 Falta ou mau funcionamento do equipamento para troca de pneus (macaco). Penalidade: Grupo IV.
- 3.17 Falta ou mau funcionamento de sistema de partida do veículo. Penalidade: Grupo IV.
- 3.18 Falta ou mau funcionamento das luzes internas do veículo. Penalidade: Grupo V.
- 3.19 Falta ou mau estado do triângulo de sinalização. Penalidade: Grupo V.
- 3.20 Falta de limpeza interna e/ou externa do veículo. Penalidade: Grupo V.
- 3.21 Existência de vazamento no veículo. Penalidade: Grupo V.
- 3.22 Falta ou mau funcionamento dos limpadores do pára-brisa do veículo. Penalidade: Grupo V.

3.23 Falta ou mau funcionamento dos espelhos do veículo. Penalidade: Grupo V.

4. Das Infrações dos Condutores de Veículos

4.1 No caso de interrupção de viagem por motivos alheios à vontade do passageiro, o condutor não deve cobrar o valor determinado nem qualquer outro. Penalidade: Grupo I.

4.2 Não permanecer em fila nos pontos de embarque e desembarque, utilizando-se ou não de terceiros para angariar passageiros. Penalidade: Grupo II.

4.3 Não portar ou deixar de apresentar, quando solicitado, os documentos: Termo de Permissão, Cartão de Identificação, Documento do Veículo, Certificado de Vistoria e Carteira de Auxiliar. Penalidade: Grupo III.

4.4 Não atender ao pedido de parada para embarque ou desembarque dos passageiros. Penalidade: Grupo III.

4.5 Arrancar bruscamente com o veículo e/ou executar freadas súbitas. Penalidade: Grupo III.

4.6 Não arcar com os prejuízos quando não dispuser do troco necessário. Penalidade: Grupo IV.

4.7 Operar os veículos trajando bermudas, short, camiseta ou sem camisa e/ou calçando chinelos. Penalidade: Grupo IV.

4.8 Não parar junto ao meio fio para embarque e desembarque. Penalidade: Grupo IV.

4.9 Não adotar tratamento especial para gestantes, pessoas idosas, cegas e portadoras de defeitos físicos. Penalidade: Grupo IV.

4.10 Prejudicar o tráfego com a finalidade de angariar passageiros. Penalidade: Grupo V.

4.11 Fumar no interior do veículo. Penalidade: Grupo V.

4.12 Utilizar a buzina e o farol alto, a não ser em caso estritamente necessário. Penalidade: Grupo V.

Decreto nº 11.519 - de 23/10/1992

APROVA O REGULAMENTO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE DE ESCOLARES NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO E RESPECTIVO CÓDIGO DISCIPLINAR.

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que consta do processo nº 01/4.089/92,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado o Regulamento do Serviço de Transporte de Escolares do Município do Rio de Janeiro, e seu Código Disciplinar, ambos anexos a este Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de outubro de 1992 - 428º de Fundação da Cidade

REGULAMENTO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE DE ESCOLARES DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

CAPÍTULO I

Disposições Preliminares

Seção I

Da Exploração do Serviço

Art. 1º - A exploração do Serviço de Transporte de Escolares no Município do Rio de Janeiro reger-se-á por este Regulamento.

Art. 2º - As infrações correspondentes à inobservância dos dispositivos do presente Regulamento estão consubstanciadas no "Código Disciplinar do Serviço de Transporte de Escolares do Município do Rio de Janeiro", constituindo o Anexo I deste Regulamento.

Art. 3º - A Secretaria Municipal de Transportes do Município do Rio de Janeiro é o órgão normativo e coordenador do Serviço de Transporte de Escolares do Município, respeitadas as competências privativas da Superintendência Municipal de Transportes Urbanos.

Seção II

Dos Executores do Serviço

Art. 4º - O Serviço de Transporte de Escolares do Município do Rio de Janeiro será prestado, nos termos do presente Regulamento e mediante registro prévio no órgão competente da SMTR, por;

I - Empresas constituídas na forma da legislação comercial;

II - Estabelecimentos de Ensino que possuem veículos destinados a esse fim, na forma da legislação vigente;

III - Cooperativas.

CAPÍTULO II

Da Autorização

Seção I

Da Obtenção da Autorização

Art. 5º - As Empresas, os Estabelecimentos de Ensino e as Cooperativas que desejarem se candidatar à exploração do Serviço de Transporte de Escolares, no Município do Rio de Janeiro, deverão requerer as respectivas autorizações no Órgão Municipal competente.

Art. 6º - Deferida a Autorização pela autoridade municipal, o dirigente do órgão competente da SMTR emitirá TERMO DE AUTORIZAÇÃO (Anexo IV).

Art. 7º - Firmado o TERMO de que trata o artigo anterior, os detentores da AUTORIZAÇÃO - Empresas, Estabelecimentos de Ensino e Cooperativas - assinarão os respectivos TERMOS DE RESPONSABILIDADE (Anexo IV), ficando obrigados a cumprir o disposto no Regulamento, sob pena de serem enquadrados no Código Disciplinar que o acompanha.

Art. 8º - Os TERMOS DE AUTORIZAÇÃO serão numerados com as seguintes séries:

I - Empresas - 001 a 20

II - Estabelecimentos de Ensino - de 201 a 500

III - Cooperativas - de 501 em diante.

Subseção I

Das Empresas e Estabelecimentos de Ensino

Art. 9º - As empresas e Estabelecimentos de Ensino, ao solicitarem a AUTORIZAÇÃO, deverão apresentar os seguintes documentos:

I - Contrato Social e suas alterações, devidamente registrados na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (JUCERJA), devendo o Capital Social realizado ou integralizado, corresponder a, no mínimo, 50%

- (cinquenta por cento) do valor contábil da frota;
- II - Registro na Secretaria de Educação (para os Estabelecimentos de Ensino);
- III - Registro no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC);
- IV - Alvará de localização e funcionamento;
- V - Planta, em quatro vias, da carroceria do veículo a ser aprovada pelo órgão competente da SMTR;
- VI - Quatro plaquetas de alumínio, no tamanho de 6cm x 9cm, pintadas com as cores do veículo, em faixas paralelas, na maior dimensão, horizontais, obedecendo à ordem de cima para baixo, adotada para os veículos;
- VII - Dezesseis fotos coloridas do veículo, tamanho postal, nas posições: frente (4), lateral direita (4), lateral esquerda (4) e traseira (4);
- VIII - Planta baixa, em três vias, do imóvel utilizado para a guarda dos veículos, com os requisitos abaixo, devendo ser atualizada sempre que houver alteração de espaço físico para a guarda, com encaminhamento de novas três plantas, ao Órgão Municipal competente, no prazo de trinta dias, contados a partir da alteração:
- 1) Escala não inferior a 1:100, indicada na planta;
 - 2) Assinatura do executor da planta, com respectivo registro do CREA;
 - 3) Assinatura de um dos Diretores da Empresa ou Estabelecimento de Ensino;
 - 4) Data da execução da planta;
 - 5) Indicação da área, em m², destinada à guarda dos veículos.
- IX - Prova, mediante escritura de propriedade ou qualquer outro título previsto em lei, de que dispõe de área localizada no Município do Rio de Janeiro, com capacidade suficiente para recolhimento de todos os seus veículos, computados para tal à quarenta metros quadrados por veículo, bem como acesso às áreas apresentadas para estacionamento.
- X - documentação atualizada, comprovando a propriedade de veículos especializados para transporte de escolares sendo, no mínimo:
- 1) três para Empresas;
 - 2) um para Estabelecimentos de Ensino.
- XII - Certificados de Vistoria Prévia (Anexo III), com aprovação do Órgão Municipal competente, relativos aos veículos a que se refere o inciso anterior.

Subseção II Das Cooperativas

Art. 10 - As Cooperativas, ao solicitarem a autorização, deverão apresentar os seguintes documentos:

- I - registro no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC);
- II - registro na Organização das Cooperativas do Estado do Rio de Janeiro (OCERJ);
- III - Ata da Assembléia Geral de Constituição, registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - JUCERJA;
- IV - Listagem nominativa dos cooperativistas com indicação de:
- 1) endereço;
 - 2) identidade;
 - 3) CIC.
- V - Estatuto da Cooperativa, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - JUCERJ;
- VI - Alvará de localização e funcionamento;
- VII - Planta, em quatro vias, da carroceria do veículo a ser aprovada pelo Órgão competente da SMTR;
- VIII - Quatro plaquetas de alumínio, no tamanho de 6cm x 9cm, pintadas com as cores do veículo, em faixas paralelas, na maior dimensão, horizontais, obedecendo à ordem de cima para baixo, adotada para os veículos;
- IX - Dezesseis fotos coloridas do veículo, tamanho postal, nas posições: frente (4), lateral direita (4), lateral esquerda (4) e traseira (4);

- X - Prova, mediante escritura de propriedade ou qualquer outro título previsto em Lei, de que dispõe de sede localizada no Município do Rio de Janeiro;
- XI - Documentação atualizada, comprovando a propriedade de veículos especializados, ou sua posse legal, para transporte de escolares sendo a Frota Determinada (FD) mínima de 20 (vinte) veículos;
- XII - Certificados de Vistoria Prévia, com aprovação do Órgão Municipal competente, relativos aos veículos a que se refere o inciso anterior (Anexo III).

Seção II
Da Cessação da Autorização
Subseção I
Das Empresas e dos Estabelecimentos de Ensino

Art. 11 - As AUTORIZAÇÕES outorgadas às Empresas ou aos Estabelecimentos de Ensino serão cassadas na incidência de uma ou mais hipóteses:

- I - Pela comercialização de suas cotas ou ações, sem a devida comunicação prévia do Órgão Municipal competente;
- II - Pela não manutenção de Capital Social devidamente realizado ou integralizado, correspondente a, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do valor de sua frota;
- III - Quando, em decorrência da não substituição dos veículos que atingirem a idade máxima prevista neste Regulamento, o total da frota ficar abaixo do mínimo exigido, respectivamente, nas alíneas "1" e "2" do inciso X do art. 9º;
- IV - Por ficar a frota abaixo dos mínimos exigidos, respectivamente, nas alíneas "1" e "2" do inciso X do art. 9º, em razão da não recuperação ou substituição dos veículos considerados em condições de tráfego pelo Órgão Municipal competente, nos Termos deste Regulamento.

Subseção II
Das Cooperativas

Art. 12 - As AUTORIZAÇÕES outorgadas às Cooperativas serão cassadas, na incidência de uma ou mais hipóteses:

- I - Pela transferência de cotas de associados sem a devida comunicação no prazo de até 30 (trinta) dias da ocorrência do fato ao Órgão Municipal competente;
- II - Quando, em decorrência da não substituição dos veículos que atingirem a idade máxima prevista neste Regulamento, o total da frota ficar abaixo do mínimo exigido no inciso XI do art.10;
- III - Por ficar a frota abaixo do mínimo exigido no inciso XI do art.10, em razão da não recuperação ou substituição dos veículos considerados sem condições de tráfego pelo Órgão Municipal competente, nos termos deste Regulamento.

Seção II
Da Desistência

Art. 13 - Os detentores da AUTORIZAÇÃO poderão desistir da mesma apresentando requerimento de baixa e certidão de Baixa do veículo ou documento equivalente.

Seção III
Da Transferência

Art. 14 - A transferência do TERMO DE AUTORIZAÇÃO é possível, desde que observado este Regulamento, especialmente no que concerne ao tempo de vida útil do veículo.

CAPÍTULO III
Do Registro dos Auxiliares

Seção I Da Obtenção do Registro

Art. 15 - Deverá o detentor da AUTORIZAÇÃO - Empresa, Estabelecimento de Ensino ou Cooperativa - requerer ao Órgão Municipal competente o registro do Auxiliar de Transporte (Anexo V) - motorista ou auxiliar acompanhante - atestando sua qualificação para o desempenho da atividade pretendida, bem como assumindo inteira responsabilidade pela atuação do candidato.

Art. 16 - Atendido o disposto no art. 15, será emitida a Carteira de Auxiliar de Transporte - CAT - pelo Órgão Municipal competente (Anexo II).

Seção II Da Cassação do Registro

Art. 17 - Os registros dos Auxiliares de Transporte do Serviço de Transporte de Escolares no Município do Rio de Janeiro cessam na incidência dos seguintes casos:

I - Por desistência formal do Auxiliar;

II - Por morte do Auxiliar;

III - Por condenação do Auxiliar em ação penal, com sentença transitada em julgado;

IV - Por cassação do Registro pelo Órgão Municipal competente, em razão da ocorrência de uma das seguintes irregularidades cometidas pelo Auxiliar:

a) Por exercer sua função alcoolizado, sob efeito de tóxico ou drogas que afetem, de qualquer forma, as condições físicas e/ou mentais necessárias ao bom desempenho do serviço;

b) Por portar ou manter no veículo arma de qualquer espécie;

c) Por portar ou transportar no veículo qualquer tipo de mercadoria de manuseio e/ou uso proibido;

d) por reincidir em atos de incontinência pública;

e) por reincidir em desautorar a fiscalização do Órgão Municipal competente.

CAPÍTULO IV Das Obrigações

Art. 18 - Todos os operadores do Serviço de Transporte de Escolares no Município do Rio de Janeiro deverão cumprir rigorosamente o presente Regulamento, assim como a legislação aplicável à espécie.

Seção I Das Obrigações Administrativas Subseção I Das Empresas e dos Estabelecimentos de Ensino

Art. 19 - Além das exigências formuladas no art. 9º deste Regulamento, constituem OBRIGAÇÕES ADMINISTRATIVAS das Empresas e Estabelecimentos de Ensino operadores do Serviço de Transporte de Escolares no Município do Rio de Janeiro:

I - Habilitar-se junto ao Órgão Municipal competente para a operação de transporte de escolares, antes de iniciar a atividade;

II - Manter capital social devidamente realizado ou integralizado correspondente a, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do valor contábil da frota (só para Empresas);

III - Dispor, quando a frota for igual ou superior a 10 (dez) veículo de:

1. pessoal para manutenção dos veículos, devendo ser seu número compatível com a frota;

2. estoque de peças que atenda às necessidade da frota;

IV - Requerer previamente a baixa do TERMO ou a alteração dos respectivos dados cadastrais no caso de extinção da sociedade ou encerramento da atividade, bem como nas hipóteses de transformação e incorporação, fusão e cisão parciais, ficando, entretanto, sujeito à análise e aprovação do Órgão Municipal competente;

V - Requerer redução ou majoração do número de veículos de sua frota. No caso de venda, o detentor da autorização deverá apresentar, em trinta dias prorrogáveis, a Certidão de Baixa da Placa do veículo ou documento equivalente fornecido pelo órgão de Trânsito.

VI - Colocar veículo em operação pela primeira vez, somente após a devida publicação em Diário Oficial do deferimento da Autorização requerida;

VII - Comunicar ao Órgão competente da SMTR toda alteração qualitativa e/ou quantitativa dos dados cadastrais dentro do prazo de até trinta dias da ocorrência do fato;

VIII - Contratar apenas motoristas com 2 (dois) ou mais anos de experiências comprovadas;

IX - Contratar somente motoristas com idade acima de vinte e um anos, em atenção ao art. 74 da Lei Federal nº 5.108, de 21 de setembro de 1966, aplicando-se aos auxiliares acompanhantes, em razão da natureza dos serviços por eles prestados, o limite mínimo de 18 (dezoito) anos;

X - Instruir motoristas e auxiliares acompanhantes quanto às determinações do Órgão Municipal competente da SMTR que lhes digam respeito;

XI - Colaborar com a fiscalização e o controle do Órgão competente da SMTR, permitindo ao pessoal credenciado o acesso a toda e qualquer informação pertinente à atividade da instituição ora regulada;

XII - Possuir e apresentar, quando solicitado, apolice(s) de seguro de responsabilidade civil (DPVAT).

Parágrafo único - No caso previsto no inciso V do presente artigo, a inobservância das condições nele propostas acarretará as sanções previstas no Código Disciplinar Anexo a este Regulamento.

Subseção II Das Cooperativas

Art. 20 - Além das exigências formuladas no art.1º deste Regulamento, constituem OBRIGAÇÕES ADMINISTRATIVAS das cooperativas operadoras do Serviço de Transporte de Escolares no Município do Rio de Janeiro:

I - Habilitar-se junto ao Órgão Municipal competente para a operação de Transporte de Escolares, antes de iniciar as atividades.

II - Comunicar o término de suas atividades no prazo de 30 (trinta) dias da consumação do fato;

III - Requerer redução ou aumento de frota. No caso de venda, o detentor da autorização deverá apresentar, em trinta dias prorrogáveis, a Certidão de Baixa da Placa do veículo ou documento equivalente fornecido pelo órgão de trânsito;

IV - Colocar veículos em operação, pela primeira vez, somente após a devida publicação no Diário Oficial do deferimento da incorporação do mesmo Cooperativa;

V - Vincular somente motoristas com idade acima de vinte e um anos, em atenção ao art. 74 da Lei Federal nº 5.108, de 21 de setembro de 1966, aplicando-se aos auxiliares acompanhantes, em razão da natureza dos serviços por eles prestados, o limite mínimo de dezoito anos;

VI - Instruir motoristas e auxiliares acompanhantes quanto às determinações do Órgão Municipal competente da SMTR que lhes digam respeito;

VII - Colaborar com a fiscalização e o controle do Órgão Municipal competente da SMTR, permitindo ao pessoal credenciado o acesso a toda e qualquer informação pertinente à atividade da instituição, ora regulamentada.

Seção II Das Obrigações Operacionais das Empresas, Dos Estabelecimentos de Ensino e das Cooperativas

Art. 21 - Além das exigências formuladas nos art. 9º e 10 deste Regulamento, constituem OBRIGAÇÕES OPERACIONAIS das Empresas, dos Estabelecimentos de Ensino e das Cooperativas, operadoras do Serviço de Transporte de Escolares no Município do Rio de Janeiro:

I - Manter as características físicas aprovadas para cada veículo pelo Órgão competente da SMTR;

II - Manter permanentemente a frota em perfeitas condições de operação e segurança;

- III - Os veículos destinados ao transporte de escolares poderão ser utilizados para outro fim, mediante comunicação prévia à SMTU;
- IV - Respeitar a capacidade oficial de passageiros sentados dos veículos, sendo vedado o transporte de pessoa em pé;
- V - Manter no próprio veículo o documento a ele relativo e comprovante do seguro obrigatório (DPVAT), sempre à disposição da Fiscalização, podendo ser utilizadas xerox previamente autenticadas pelo Órgão de Trânsito ou pelo Órgão Municipal competente da SMTR, mediante conferência com o original;
- VI - Manter intacto o lacre do veículo imposto pelo Órgão competente da SMTR, até que o mesmo o libere;
- VII - Manter fora de operação veículo apreendido pelo órgão competente da SMTR, até que o mesmo o libere;
- VIII - Realizar manutenção adequada nos veículos, podendo ser feita em oficina própria ou de terceiros, mas nunca em via pública, excetuados os casos de emergência, de pequena duração;
- IX - Cuidar para que o abastecimento dos veículos seja realizado sempre sem a presença de escolares no interior dos mesmos;
- X - Manter os veículos em seus locais ordinários de guarda ou manutenção e nunca em logradouros públicos, exceto quando estiverem em evidente operação ou aguardando reboque, se avariados. Em qualquer caso, o veículo nunca deverá estar sem a presença do motorista e/ou responsável, sem o que será considerado abandono;
- XI - Apresentar os veículos às vistorias ordinárias e extraordinárias nos períodos determinados pelo Órgão Municipal competente da SMTR.

Seção III Dos Computadores

Art. 22 - São obrigações dos condutores do Serviço de Transporte de Escolares do Município do Rio de Janeiro:

I - Portar e apresentar, sempre que forem exigidos, quando em serviço, os seguintes documentos:

1. Carteira Nacional de Habitação
2. Termo de Autorização;
3. Carteira de Auxiliar de Transportes - CAT.
4. Último Certificado de Vistoria;

II - Não dirigir embriagado;

III - Não portar arma(s) de qualquer espécie;

IV - Não manter arma(s) no veículo;

V - Não transportar qualquer mercadoria de manuseio e/ou uso proibido;

VI - Respeitar a lotação autorizada para o veículo;

VII - Evitar partidas e freiadas súbitas e/ou brutais;

VIII - Trafegar sempre dentro do limite de velocidade permitida;

IX - Parar junto ao meio fio, sempre que possível, para o embarque e desembarque dos colegiais;

X - Não fumar no interior do veículo;

XI - Utilizar buzina e farol alto somente quando for estritamente necessário;

XII - Acatar as ordens e apresentar os documentos solicitados pela fiscalização;

XIII - Manter fechadas as portas do veículo, quando em trânsito;

XIV - Tratar com urbanidade os colegiais usuários do serviço e seus responsáveis;

XV - Falar apenas o indispensável, quando em trânsito;

XVI - Evitar obstruir o tráfego, quando do embarque ou desembarque de colegiais.

Seção IV Dos Auxiliares Acompanhantes

Art. 23 - São obrigações dos Auxiliares Acompanhantes do Serviço de Transporte de Escolares do Município do Rio de Janeiro:

- I - Portar e apresentar, sempre que for exigido, quando em serviço, a Carteira de Auxiliar de Transporte - CAT;
- II - Tratar com urbanidade os colegiais usuários do serviço e seus responsáveis;
- III - Acatar ordens e apresentar os documentos solicitados pela fiscalização do Órgão competente da SMTR;
- IV - Orientar a entrada e saída dos colegiais usuários do Serviço pela porta devida do veículo.

CAPÍTULO V Dos Veículos

Art. 24 - Na apreciação da capacidade dos veículos, serão considerados os dados fornecidos pelos fabricantes de chassis e de carrocerias, mais as seguintes condições:

- I - O peso dos colegiais e dos tripulantes será computado como sendo de 70kg por pessoa;
- II - A lotação dos veículos será a de colegiais sentados, excluindo-se o motorista e o Auxiliar Acompanhante, os quais serão computados, no entanto, no peso transportado.

Art. 25 - Torna-se obrigatório para todos os veículos de transporte de escolares, a partir do ano de fabricação de 1982, inclusive, a apresentação dos mesmos com todas as inovações e melhorias introduzidas pelos fabricantes de chassis e carrocerias, não sendo admitidas para este tipo de transporte a supressão, modificação ou desativação de qualquer componente, peça ou acessório de fábrica, sem a prévia anuência do Órgão competente da SMTR.

Seção I Das Características

Art. 26 - O Serviço de Transporte de Escolares no Município do Rio de Janeiro poderá operar com veículos das seguintes classes:

- I - ônibus com capacidade acima de trinta passageiros sentados;
- II - microônibus, sub-classificados em:
 1. microônibus "A" - com capacidade de vinte a trinta passageiros sentados;
 2. microônibus "B" - com capacidade de treze a dezenove passageiros sentados.

Art. 27 - Os veículos deverão ser previamente aprovados pelo Órgão Municipal competente, devendo possuir características específicas cada classe.

Art. 28 - Ônibus e Microônibus deverão possuir as seguintes características:

- I - Rodagem dupla de fábricas, no eixo traseiro;
- II - Porta de saída na lateral esquerda do veículo;
- III - Faixa horizontal amarela, pintada na traseira e laterais de carroceria, em toda sua extensão, com 0,40m de largura, a meia altura, na qual se inscrever- o dístico "ESCOLAR" e também o número do Termo seguido da numeração de ordem, com pintura do Termo e o da Ordem, com três algarismos, de modo que fiquem separados por traço horizontal equivalente à largura de uma letra e com a mesma espessura. Na parte exterior do teto, o número do Termo e o da Ordem deverão ser pintados transversalmente no meio do teto. Os números e letras terão 0,12m de largura, 0,18m de altura e 0,025m de espessura;
- IV - Espaço mínimo de 0,35m de largura para cada lugar;
- V - Cinto de segurança e extintor de incêndio de acordo com as normas de segurança;
- VI - Limitador ou registrador de velocidade (tacógrafo) de acordo com a legislação específica em vigor, sendo a velocidade máxima permitida de 60km/hora;
- VII - Idade máxima de 12 (doze) anos, contados do respectivo ano de fabricação, para ingresso no Serviço de Transporte de Escolares, mediante registro no Órgão competente da SMTR;
- VIII - Idade máxima de vinte anos, contados do respectivo ano de fabricação, para a vida útil do veículo. Excepcionalmente, o poder permitente poderá autorizar a utilização do veículo com idade superior a vinte anos, até o máximo de vinte e dois anos, mediante comprovada eficiência operacional e estado geral do veículo, em vistoria específica para este fim.

Parágrafo único - Não poderão receber aumento de frota nem transferir qualquer ônibus para outra empresa do sistema os detentores de Autorização que mantiverem veículos com mais de vinte anos de vida útil.

Seção II Da Substituição dos Veículos

Art. 29 - É permitida a substituição dos veículos do Serviço de Transporte de Escolares, desde que os veículos substitutos satisfaçam às normas do presente Regulamento.

Seção III Da Vistoria dos Veículos Da Obrigatoriedade da Vistoria

Art. 30 - Todos os veículos utilizados no Serviço de Transporte de Escolares serão vistoriados obrigatoriamente, de acordo com os seguintes critérios:

I - com até vinte anos, contados do ano de sua fabricação, no mês de janeiro;

II - com mais de vinte e menos de vinte e dois anos, nos meses de janeiro e julho.

Art. 31 - Aprovado o veículo na vistoria, o Órgão Municipal competente fornecerão detentor da Autorização documento comprobatório, que deverá ser utilizado em local próprio (Anexo III).

Art. 32 - O veículo que não for aprovado na vistoria será lacrado, ficando impossibilitado de operar o Serviço. Sanadas as deficiências dentro do prazo estabelecido, será submetido a nova vistoria, quando, se aprovado, será retirado o lacre e fornecido o documento supracitado.

Art. 33 - No ato da vistoria deverão ser apresentados pela pessoa física os seguintes documentos:

I - Carteira de Identidade (CI);

II - Carteira Nacional de Habilitação (CNH);

III - Documento(s) atualizado(s) do(s) veículo(s).

Art. 34 - Na impossibilidade do veículo ser apresentado para a vistoria, poderá ser requerido pelo detentor da Autorização o necessário prazo, devendo contudo fazê-lo obrigatoriamente antes do encerramento do período regulamentar, fundamentando e comprovando o alegado.

Parágrafo único - Terminado o período regulamentar de vistoria, os veículos não vistoriados sem qualquer justificativa terão suas placas baixadas, e o detentor de Autorização, sua Frota Determinada (FD) reduzida no mesmo quantitativo.

CAPÍTULO VI Das Infrações

Art. 35 - Será considerada infração dos executores do Serviço a inobservância às determinações deste Regulamento.

Parágrafo único - Aplicáveis aos detentores da autorização e/ou condutores, conforme o caso, estas determinações foram numeradas no Código Disciplinar do Serviço de Transporte de Escolares do Município do Rio de Janeiro (Anexo I), em cinco dígitos, sendo o primeiro relativo ao infrator, o segundo relativo à característica da infração, o terceiro e o quarto relativos ao tipo de infração e o último relativo ao Grupo de Sanção, que variará de um a oito, em ordem decrescente à gravidade da infração, sendo de 1 a 4 para Empresas, Escolas e Cooperativas e de 5 a 8, para Auxiliares.

Art. 36 - Será considerada reincidência, a repetição da infração cometida pelo mesmo detentor da autorização ou auxiliar de transporte, dentro do período de cento e oitenta dias, a contar da data da primeira infração.

CAPÍTULO VII Das Penalidades Seção I Da Incidência

Art. 37 - A infringência das disposições do presente Regulamento sujeitará o infrator, detentor da autorização e/ou condutor, às seguintes penas:

I - Multa;

II - Lacre e reboque;

III - Suspensão;

IV - Cassação.

Art. 38 - A multa é pena pecuniária e será aplicada ao detentor da Autorização e/ou Auxiliar de Transporte na gradação prevista neste capítulo, conforme a gravidade da infração.

Art. 39 - A pena de multa será formulada mediante um auto de comunicação, do qual constarão obrigatoriamente:

I - A identificação do veículo, do autorizado e/ou Auxiliar de Transporte;

II - A natureza, o local, a data e o horário da infração;

III - A penalidade imposta;

IV - O prazo para recurso.

Art. 40 - Quando a infração for do Auxiliar de Transporte e, por impossibilidade de identificação, a notificação de infração se fizer no nome do detentor de Autorização, este terá o prazo de dez dias úteis, contados da data da ciência, para identificar o Auxiliar de Transporte responsável, sob pena de arcar com a penalidade cominada.

Art. 41 - O lacre será utilizado sempre que, a critério do Órgão Municipal competente, o veículo estiver em desacordo com o que preceitua este Regulamento.

Art. 42 - O reboque e/ou lacre do veículo será(ão) utilizado(s) nos seguintes casos:

I - Quando da permanência do veículo em atividade a despeito da cassação da autorização;

II - Quando o veículo for colocado em operação sem a devida Autorização do Órgão Municipal competente;

III - Quando o veículo for encontrado em via pública, sofrendo reparo mecânico, salvo se de pequena monta;

IV - Quando o veículo for encontrado abandonado em via pública;

V - Por manter, cooperar ou facilitar a operação no Serviço de Transporte de Seres, nesse Município, de veículos agregados ou de sua propriedade, não registrados para essa modalidade do Transporte.

§ 1º - O serviço de reboque a cargo do Órgão Municipal competente implicará na cobrança de Tarifa correspondente a quatro UNIF's.

§ 2º - Na indisponibilidade do Órgão Municipal competente, de rebocar o veículo infrator, o detentor da autorização arcará com o ônus decorrente do serviço de reboque prestado por empresa particular especializada contratada pelo Órgão.

§ 3º - O Órgão Municipal competente cobrará aos detentores da autorização dos veículos apreendidos uma diária equivalente a uma UNIF por dia corrido de permanência em seu depósito. Os cinco primeiros dias úteis não serão cobrados, mas a partir do sexto dia corrido em diante, na hipótese de o veículo não ser retirado do depósito, serão cobradas todas as diárias efetivamente incorridas desde o dia do recolhimento do veículo ao aludido depósito. Após 30 (trinta) dias, serão os veículos encaminhados para o depósito do Órgão de Trânsito local, sendo cobrado também o novo reboque.

Art. 43 - A suspensão (2ª reincidência) e o lacre do veículo, serão aplicados nos seguintes casos:

I - As Empresas, aos Estabelecimentos de Ensino e às Cooperativas:

1. Pela não adoção de sistema que permita ao Órgão Municipal competente, a qualquer momento, um exato conhecimento das características operacionais e do comportamento funcional da frota;

2. Por não manter identificados corretamente os veículos de sua frota, conforme as determinações deste Regulamento e/ou normas complementares do Órgão Municipal competente;

II - Aos Auxiliares de Transporte:

1. por não acatar as ordens nem apresentar os documentos solicitados pela Fiscalização;

2. por não tratar com urbanidade os colegiais usuários do serviço e/ou seus responsáveis.

Art. 44 - As penas de reboque, lacre e/ou suspensão serão aplicadas sem prejuízo das sanções previstas no Código Disciplinar em Anexo a este Regulamento.

Art. 45 - A suspensão e a cassação poderão ser aplicadas ao detentor de autorização e ao auxiliar de transporte por desídia, a critério exclusivo, respectivamente, do dirigente do Órgão Municipal competente, e do poder permitente, desde que devidamente fundamentada.

Seção II Da Reincidência

Art. 46 - A reincidência será considerada como agravante da infração e será sempre punida com multa de valor igual ao dobro da aplicada anteriormente àquela infração.

Art. 47 - A multa correspondente a cada grupo constante deste Capítulo será expressa em Unidades Fiscais do Município do Rio de Janeiro (UNIF) conforme a seguinte Tabela:

SANÇÕES

GRUPO	INCIDÊNCIA	1ª REINCID	2ª REINCID	3ª REINCID
E-1	6	12	24	cassação da autorização
E-2	5	10	20	40
E-3	3	7	14	18
E-4	2	4	8	16
A-5	3	6	12	cassação do registro
A-6	2	4	8	16
A-7	1	2	4	8
A-8	0,5	1	2	4

§ 1º - Da 3ª reincidência em diante os valores das multas permanecerão inalteráveis.

§ 2º - A proposta de cassação da autorização será encaminhada pela autoridade do Órgão competente da SMTR ao Secretário Municipal de Transportes, que poderá, a seu critério, transformar a penalidade em multa não inferior a 48 (quarenta e oito) UNIF's.

Seção III Dos Recursos

Art. 48 - Os recursos contra as decisões e as penalidades impostas pelo Órgão Municipal competente com base no Regulamento do Serviço de Transporte de Escolares deverão ser dirigidos ao Órgão Municipal competente e julgados pela Comissão Superior de Julgamento de Multas do Transporte de Escolares.

Art. 49 - Os recursos contra cassação da Autorização deverão ser dirigidos ao Órgão Municipal competente e julgado pela autoridade pertinente.

Art. 50 - Os prazos para apresentação dos recursos serão de quinze dias, contados a partir do conhecimento da autuação. Nos casos de indeferimento ou de cassação será considerada como origem a data da publicação do ato no Diário Oficial - Rio.

CAPÍTULO VII Disposições Finais

Art. 51 - As Autorizações outorgadas nos termos do presente Regulamento poderão ser cassadas, a qualquer tempo, pelo dirigente do Órgão Municipal normativo e coordenador do Serviço.

Art. 52 - Os atuais operadores desta modalidade de Serviço deverão adequar-se ao novo Regulamento do Serviço de Transporte de Escolares do Município do Rio de Janeiro, dentro do prazo de noventa dias, contados da data de sua publicação.

Art. 53 - Os atuais operadores do Serviço de Transporte de Escolares deverão devolver, dentro do prazo acima fixado, os Termos de Autorização anteriormente fornecidos pelo Município, que serão substituídos pelos documentos elaborados de acordo com os novos modelos adotados por este Regulamento em seus Anexos, cuja numeração será adotada para identificação do detentor da Autorização e seus veículos.

Art. 54 - Todo requerimento relativo a qualquer procedimento administrativo, inclusive recurso, deverá ser acompanhado do respectivo comprovante de quitação de débito ("NADA CONSTA").

Art. 55 - O detentor da Autorização que tiver seu Termo cassado ou que requerer sua baixa terá um prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação do respectivo Ato, para quitar seus eventuais débitos junto ao Órgão Municipal competente da SMTR, após o que serão encaminhados à Diretoria de Controle e Processamento da Dívida Ativa da Secretaria Municipal de Fazenda.

Parágrafo único - O mesmo se aplica aos Auxiliares de Transporte quando da baixa de seu Registro.

Art. 56 - Nas alterações contratuais, desde que a atividade principal permaneça a de transporte de escolares, bem como não haja a substituição total no seu quadro de acionistas, poderá ser permitida a continuidade da frota, desde que dentro da vida útil determinada neste Regulamento.

Art. 57 - Os detentores da autorização deverão apresentar necessariamente ao Órgão competente da SMTR, bimestralmente, o movimento operacional de sua frota, abrangendo os seguintes itens: origem/destino, viagem realizada, quilometragem percorrida, período da operação, usuário transportado/dia e respectiva tarifa.

Art. 58 - Ocorrendo majoração na tarifa do transporte, os detentores de Autorização deverão encaminhar planilha de custos e o novo valor tarifário adotado, de forma a possibilitar avaliações quanto à justa remuneração pelo serviço prestado.

§ 1º - Considerados excessivos os valores tarifários vigentes, o Órgão da SMTR procederá à convocação do responsável para esclarecimentos.

§ 2º - O descumprimento do "caput" deste artigo e seu parágrafo 1º enseja penalidades do Grupo 01.

CÓDIGO DISCIPLINAR DO SERVIÇO DE TRANSPORTE DE ESCOLARES DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

1 DOS DETENTORES DA AUTORIZAÇÃO

1.1 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

1.1.01 a 1.1.17 TIPO DE INFRAÇÃO

1.1.01.1 a 1.1.01.4 GRUPO DE SANÇÃO

1.1.01.1 - Deixar de cumprir os editais, avisos, ordem, instruções, convocações e qualquer outra espécie de terminação baixada por autoridade competente. GRUPO E-1.

1.1.02.1 - Iniciar a operação do Transporte de Escolares sem a devida habilitação do Órgão Municipal competente da SMTR. GRUPO E-1.

1.1.03.1 - Não manter sistema que permita ao Órgão Municipal competente, a qualquer momento, um exato conhecimento das características operacionais e do comportamento funcional da frota. GRUPO E-1.

1.1.04.1 - Deixar de requerer a baixa do Termo ou a alteração dos respectivos dados cadastrais, no caso de extinção da sociedade ou encerramento da atividade, bem como nas hipóteses de transformação e incorporação, fusão e cisão parciais, no prazo determinado. GRUPO E-1.

1.1.05.1 - Colocar veículo em operação sem a devida autorização do Órgão Municipal competente. GRUPO E-1.

1.1.06.1 - Empregar motoristas e auxiliares acompanhantes não habilitados como Auxiliares de Transporte pelo órgão Municipal competente, ou utilizá-los fora das respectivas funções para as quais foram qualificados. GRUPO E-1.

1.1.07.1 - Contratar motoristas e/ou auxiliares acompanhantes portadores de doenças infecto-contagiosas. GRUPO E-1.

1.1.08.1 - Deixar de colaborar com a fiscalização do órgão competente da SMTR, dificultando ao pessoal credenciado o acesso aos veículos e às informações operacionais. GRUPO E-1.

1.1.09.1 - Utilizar veículo da frota, em atividade diferente daquela para a qual foi o mesmo registrado no Órgão Municipal competente da SMTR. GRUPO E-1.

1.1.10.1 - Contratar motoristas com menos de 21 (vinte e um) anos e/ou auxiliares acompanhantes com menos de 18 (dezoito) anos de idade. GRUPO E-1.

1.1.11.1 - Não dispor de pessoal, para manutenção dos veículos, compatível com a frota. GRUPO E-1.

1.1.12.1 - Não dispor de estoque de peças suficiente às necessidades da frota. GRUPO E-1.

1.1.13.1 - Deixar de requerer redução da frota (por veículo). GRUPO E-1.

1.1.14.1 - Deixar de apresentar, no caso de venda de veículo(s), os documentos previstos neste Regulamento (por veículo). GRUPO E-1.

1.1.15.1 Deixar de comunicar ao Órgão competente da SMTR toda alteração qualitativa dos dados cadastrais dentro do prazo determinado. GRUPO E-1.

1.1.16.1 Deixar de instruir motoristas e auxiliares acompanhantes quanto às determinações do Órgão Municipal competente. GRUPO E-1.

1.1.17.1 Deixar de apresentar, quando solicitado, apólice de seguro de responsabilidade civil (DPVAT). GRUPO E-1.

1.2 DAS INFRAÇÕES OPERACIONAIS

1.2.01 a 2.2.12 TIPO DE INFRAÇÃO

1.2.01.1 a 1.2.01.4 GRUPO DE SANÇÃO

1.2.01.1 - Violar o lacre do veículo imposto pelo órgão competente da SMTR. GRUPO E-1.

1.2.02.1 - Recolocar em operação veículo apreendido pelo órgão Municipal competente da SMTR. GRUPO E-1.

1.2.03.1 Deixar de manter identificados corretamente os veículos de sua frota, conforme as determinações deste Regulamento e/ou de normas complementares do órgão Municipal competente. GRUPO E-1.

- 1.2.04.1 - Por manter, cooperar ou facilitar a operação no Serviço de Transporte de Escolares neste Município, de veículos agregados ou de sua propriedade, não registrados no Órgão Municipal competente, ainda que caracterizados para esta modalidade de segurança. GRUPO E-1.
- 1.2.05.2 - Deixar de manter permanentemente a frota em perfeitas condições de segurança. GRUPO E-2.
- 1.2.06.2 - Utilizar os veículos de Transporte de Escolares fora da destinação para a qual foram registrados no órgão competente da SMTR. GRUPO E-2.
- 1.2.07.3 - Desrespeitar a capacidade oficial de passageiros sentados dos veículos. GRUPO E-3.
- 1.2.08.3 - Deixar de manter no próprio veículo a documentação exigida pelo órgão Municipal competente da SMTR, tanto para o veículo, quanto para os auxiliares (por veículo). GRUPO E-3.
- 1.2.09.3 - Realizar a manutenção em via pública (por veículo). GRUPO E-3.
- 1.2.10.4 - Deixar de realizar a manutenção dos veículos adequadamente (por veículo). GRUPO E-4.
- 1.2.11.4 - Abastecer o veículo com escolares em seu interior (por veículo). GRUPO E-4.
- 1.2.12.4 - Abandono do veículo em via pública (por veículo). GRUPO E-4.

1.3 - DO ESTADO DOS VEÍCULOS (POR VEÍCULO)

1.3.01 a 1.3.25 - TIPO DE INFRAÇÃO

1.3.01.1 a 1.3.01.4 - GRUPO DE SANÇÃO

- 1.3.01.1 - Mau estado dos pneus. GRUPO E-1.
- 1.3.02.1 - Mau funcionamento do sistema de freios. GRUPO E-1.
- 1.3.03.1 - Mau estado e/ou funcionamento de peças da suspensão. GRUPO E-1.
- 1.3.04.1 - Falta ou mau funcionamento de peças da suspensão. GRUPO E-1.
- 1.3.05.2 - Mau estado da carroceria do veículo e/ou pintura. GRUPO E-2.
- 1.3.06.2 - Falta ou mau funcionamento dos faróis. GRUPO E-2.
- 1.3.07.2 - Ausência ou mau estado de peças do sistema de transmissão mecânica. GRUPO E-2.
- 1.3.08.2 - Falta, mau funcionamento ou vencimento da validade do equipamento de combate a incêndio do veículo (Extintor de Incêndio). GRUPO E-2.
- 1.3.09.2 - Falta ou mau funcionamento dos limpadores do pára-brisa. GRUPO E-2.
- 1.3.10.3 - Falta ou mau funcionamento do sistema de partida do motor. GRUPO E-3.
- 1.3.11.3 - Existência de vazamento. GRUPO E-3.
- 1.3.12.3 - Alteração das características aprovadas. GRUPO E-3.
- 1.3.13.3 - Falta ou mau estado dos cintos de segurança. GRUPO E-3.
- 1.3.14.3 - Falta ou inoperância do limitador ou registrador de velocidade (TACÓGRAFO). GRUPO E-3.
- 1.3.15.4 - Falta de informação gráfica ou seu uso em local não autorizado. GRUPO E-4.
- 1.3.16.4 - Falta ou mau estado de funcionamento das luzes internas ou externas dos veículos seja para iluminação, ou informação ou sinalização. GRUPO E-4.
- 1.3.17.4 - Falta, mau estado de balaústre. GRUPO E-4.
- 1.3.18.4 - Falta, ou mau estado e/ou mau funcionamento dos vidros das janelas dos veículos. GRUPO E-4.
- 1.3.19.4 - Mau estado dos bancos. GRUPO E-4.
- 1.3.20.4 - Falta ou mau estado das placas de identificação. GRUPO E-4.
- 1.3.21.4 - Falta ou mau estado dos pára-choques. GRUPO E-4.
- 1.3.22.4 - Falta ou mau funcionamento do equipamento para troca de pneus (Macaco). GRUPO E-4.
- 1.3.23.4 - Falta ou mau estado do triângulo de sinalização. GRUPO E-4.
- 1.3.24.4 - Falta de limpeza interna e/ou externa. GRUPO E-4.
- 1.3.25.4 - Falta ou mau estado dos aparelhos retrovisores. GRUPO E-4.

2. DOS AUXILIARES

2.1 DAS OBRIGAÇÕES DOS CONDUTORES

2.1.01 a 1.1.12 TIPO DE INFRAÇÃO

2.1.01.5 a 2.1.01.8 GRUPO DE SANÇÃO

- 2.1.01.5 - Não portar ou deixar de apresentar quando solicitado os seguintes documentos obrigatórios: Carteira Nacional de Habilitação, Termo de Autorização, Carteira de Auxiliar de Transporte (CAT), documentação atualizada do veículo e último Certificado de Vistoria (fotocópias autenticadas). GRUPO A-5.
- 2.1.02.5 - Não acatar ordens, nem apresentar os documentos solicitados pela fiscalização. GRUPO A-5.
- 2.1.03.5 - Não manter as portas do veículo fechadas quando em trânsito. GRUPO A-5.
- 2.1.04.6 - Trafegar com lotação acima da permitida. GRUPO A-6.
- 2.1.05.6 - Trafegar com velocidade acima da permitida. GRUPO A-6.
- 2.1.06.6 - Obstruir o tráfego quando do embarque ou desembarque dos usuários. GRUPO A-6.
- 2.1.07.7 - Arrancar bruscamente com o veículo e/ou executar freiadas súbitas. GRUPO A-7.
- 2.1.08.7 - Não parar junto ao meio-feio para embarque e desembarque dos usuários. GRUPO A-7.
- 2.1.09.7 - Fumar no interior do veículo. GRUPO A-7.
- 2.1.10.7 - Não tratar com urbanidade os colegiais usuários do Serviço e/ou seus responsáveis. GRUPO A-7.
- 2.1.11.8 - Utilizar buzina ou farol alto, a não ser em caso estritamente necessário. GRUPO A-8.
- 2.1.12.8 - Não restringir a sua fala ao mínimo indispensáveis. GRUPO A-8.

2.2 DAS OBRIGAÇÕES DOS AUXILIARES ACOMPANHANTES

2.2.01 a 2.2.04 TIPO DE INFRAÇÃO

2.2.01.5 a 2.2.01.8 GRUPO DE SANÇÃO

- 2.2.01.5 - Não portar ou deixar de apresentar, quando solicitado a Carteira de Auxiliar de Transporte (CAT). GRUPO A-5.
- 2.2.02.5 - Deixar de acatar as ordens e de apresentar documentos solicitados pela fiscalização do Órgão competente da SMTR. GRUPO A-5.
- 2.2.03.7 - Deixar de tratar com urbanidade os colegiais usuários do Serviço e/ou seus responsáveis. GRUPO A-7.
- 2.2.04.7 - Deixar de orientar a entrada e/ou saída dos colegiais usuários do Serviço pela porta devida do veículo. GRUPO A-7

Decreto n.º 11.983 - de 17/03/1993

ALTERA DISPOSITIVOS DO DECRETO N.º 11.470, DE 13 DE OUTUBRO DE 1992.

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo n.º 03/100.465/93,

DECRETA:

Art. 1.º Os arts. 23 e 24 do Decreto n.º 11.470, de 13 de outubro de 1992, que aprova o Regulamento do Serviço Complementar de Transporte de Passageiros do Município do Rio de Janeiro, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 23. O Serviço Complementar de Transporte de Passageiros poderá operar com veículos das seguintes classes:

I - Microônibus, subclassificados em:

a) Microônibus A, com capacidade de 20 (vinte) a 30 (trinta) passageiros sentados;

b) Microônibus B, com capacidade de 13 (treze) a 19 (dezenove) passageiros sentados;

II - Camioneta: veículos com capacidade de 8 (oito) a 10 (dez) passageiros sentados."

"Art. 24. Os veículos deverão ter modelos previamente aprovados pelo órgão municipal competente, providos de:

I - Microônibus A e B - porta lateral direita para embarque e desembarque e saída de emergência com acionamento interno;

II - Camionete - obedecidos os padrões técnicos dos fabricantes e saída de emergência com acionamento interno."

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de março de 1993 - 429.º de Fundação da Cidade

Decreto nº 12.638 - de 18/01/1994

Altera dispositivos do Decreto nº 11.519 de 23 de outubro de 1992.

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº 03/102.447/93,

D E C R E T A:

Art. 1º - O inciso X do art. 9º e o inciso XI do art. 10, ambos do Decreto nº 11.519, de 23 de outubro de 1992, que aprova o Regulamento do Serviço de Transportes de Escolares no Município do Rio de Janeiro, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9º -

X - Documentação atualizada, comprovando a posse, decorrente de negócio jurídico válido, de veículos especializados para transporte de escolares, sendo, no mínimo:

- 1) três para empresas;
- 2) um para estabelecimento de ensino.

Art. 10 -

XI - Documentação atualizada, comprovando a posse, decorrente de negócio jurídico válido, de veículos especializados para transportes de escolares, sendo a Frota Determinada (FD) mínima de 20 veículos."

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 1994 - 430º da Fundação da Cidade

Decreto nº 12.713 - de 01/03/1994

ESTABELECE PADRÕES TÉCNICOS A SEREM OBSERVADOS PARA A APROVAÇÃO DOS VEÍCULOS UTILIZADOS NO SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO DE PASSAGEIROS POR ÔNIBUS NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO.

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o resultado dos trabalhos técnicos desenvolvidos pelo Grupo de Trabalho constituído pela Secretaria Municipal de Transportes, conforme Resolução "P" nº 047/93, de 10 de agosto de 1993,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado o REGULAMENTO QUE ESTABELECE PADRÕES TÉCNICOS A SEREM OBSERVADOS PARA A APROVAÇÃO DOS VEÍCULOS UTILIZADOS NO SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO DE PASSAGEIROS POR ÔNIBUS NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, em anexo.

Art. 2º - As empresas permissionárias ficam obrigadas, a partir do prazo de 90 (noventa) dias contados da data de entrada em vigor do presente Decreto, a substituir os veículos com vida útil vencida, por veículos que atendam à padronização estabelecida no Regulamento.

Art. 3º - As empresas permissionárias deverão incorporar aos COLETIVOS EM GERAL a padronização das programações visuais, interna e externa das carrocerias, na conformidade do que dispõe o art. 7º e seus parágrafos do Regulamento em anexo, até a data da vistoria anual dos veículos.

Art. 4º - Os mecanismos de abertura de portas de serviço, de que trata o art. 36 e seu parágrafo único do Regulamento, deverão ser implantados no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da publicação do presente Decreto.

Art. 5º - A partir da data de entrada em vigor do presente Decreto, todo aumento ou renovação de veículos da frota só serão permitidos com o atendimento às determinações legais constantes do Regulamento.

Art. 6º - Até 31 de dezembro de 1996, toda a frota de ônibus do Município deverá estar adaptada aos padrões técnicos determinados pelo Regulamento.

Art. 7º - Caberá à Superintendência Municipal de Transportes Urbanos - SMTU baixar as normas complementares que forem necessárias no fiel cumprimento do presente Decreto, no prazo máximo de 90 (noventa) dias contados do dia de publicação.

Art. 8º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 9.673, de 10 de outubro de 1990.

Rio de Janeiro, 01 de março de 1994 - 430º de Fundação da Cidade

REGULAMENTO QUE ESTABELECE PADRÕES TÉCNICOS A SEREM OBSERVADOS PARA A APROVAÇÃO DOS VEÍCULOS UTILIZADOS NO SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO DE PASSAGEIROS POR ÔNIBUS NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO.

Capítulo I
Disposições Gerais

Art. 1º - O presente regulamento estabelece padrões técnicos a serem observados para aprovação dos veículos utilizados no Sistema de Transporte Público de Passageiros por Ônibus no Município do Rio de Janeiro visando à garantia de condições mínimas de segurança e conforto dos usuários, tripulantes e terceiros, e a proteção do meio ambiente.

Art. 2º - Os veículos empregados nas linhas regulares do Município do Rio de Janeiro classificam-se, quanto à composição, em:

I - ÔNIBUS SIMPLES - aquele constituído de uma só unidade, movido por motor próprio e solidário;

II - ÔNIBUS ARTICULADO - aquele constituído por unidades rígidas, basicamente do tipo ônibus simples, destinadas à acomodação dos passageiros e interligadas por seção articulada que possibilita a livre passagem entre os compartimentos, sendo somente uma das unidades dotadas de tração;

III - ÔNIBUS COM REBOQUE - aquele constituído por duas unidades rígidas, ambas basicamente do tipo ônibus simples, destinadas à acomodação dos passageiros e interligadas por um sistema de engate, sem possibilidade de livre passagem entre elas, sendo somente a primeira dotada de tração.

Art. 3º - Os ÔNIBUS SIMPLES empregados nas linhas regulares do Município do Rio de Janeiro classificam-se, quanto ao nível do serviço e a característica operacional da linha, em:

I - ÔNIBUS URBANO - aquele utilizado nas linhas em que é permitido o transporte de passageiros em pé. Este veículo se subdivide em dois tipos: TIPO I e TIPO II, que devem ser empregados segundo o seu nível de serviço, considerando-se as características operacionais das linhas onde são utilizados.

I.1 - Para operar nas regiões periféricas ou como alimentador e/ou distribuidor do sistema de transporte será usado preferencialmente o veículo do TIPO I.

I.2 - Em vias exclusivas, corredores ou áreas exclusivas será obrigatoriamente usado o veículo TIPO II.

II - ÔNIBUS RODOVIÁRIO - aquele utilizado nas linhas onde os passageiros são transportados exclusivamente sentados, com elevado nível de conforto, dotados de poltronas reclináveis, apenas uma porta de serviço, dispondo ou não de sistema de ar condicionado e outras características definidas neste regulamento;

II.1 - Para os veículos mencionados no item II são válidas, quando não explicitadas, as características definidas na norma do DNER (NORMA COMPLEMENTAR DNER 147/85).

III - MICROÔNIBUS - aquele utilizado nas ligações locais (transporte de vizinhança), caracterizado pela sua menor capacidade de lotação. Este veículo se subdivide em dois tipos: URBANO, onde é permitido o transporte de passageiros em pé e RODOVIÁRIO, onde os passageiros são transportados exclusivamente sentados.

Art. 4º - Os ÔNIBUS ARTICULADOS e os ÔNIBUS COM REBOQUE empregados nas linhas regulares do Município do Rio de Janeiro são aqueles cujos itinerários utilizem, preferencialmente, corredores expressos, sendo permitido o transporte de passageiros em pé.

Parágrafo único - Para os veículos mencionados no caput deste artigo são válidas, quando não explicitadas, as características definidas para os ÔNIBUS URBANOS TIPO II.

Art. 5º - A Superintendência Municipal de Transportes Urbanos - SMTU, considerando as características operacionais das linhas regulares e as peculiaridades do sistema viário, estabelecerá o tipo mais adequado de veículo a ser empregado, observando o disposto nos arts. 3º e 4º.

Capítulo II
Características Específicas das Carrocerias

Art. 6º - Considera-se, na determinação da carga útil transportada, o valor de 640N como peso médio por pessoa.

Parágrafo único - Para efeito de cálculo de passageiros em pé deve ser tomado o valor de no máximo 5 (cinco) passageiros por m², desconsiderando:

I - área dos degraus:

II - área da catraca, definida como de 0,40m², equivalente a 2 (dois) passageiros em pé:

III - área de influência do posto do motorista:

IV - área ocupada pelos pés dos passageiros sentados e, quando a frente, admitir acomodação de passageiros em pé.

V - área do ponto do cobrador:

VI - área do motor, quando for o caso.

Art. 7° - Todos os veículos (chassi e carroceria) utilizados no Sistema de Transporte Público de Passageiros por Ônibus do Município do Rio de Janeiro, denominados neste regulamento COLETIVOS EM GERAL, devem ter seus projetos previamente apresentados para aprovação à Superintendência Municipal de Transportes Urbanos - SMTU, que verificará o atendimento às características obrigatórias constantes deste regulamento.

§ 1° - Para fins de aprovação dos projetos pela Superintendência Municipal de Transportes Urbanos - SMTU, devem ser apresentados, pelas montadoras e encarroçadoras, desenhos e memorial descritivo em escala adequada e devidamente cotados.

§ 2° - Para fins de aprovação do lay-out externo das carrocerias pela Superintendência Municipal de Transportes Urbanos - SMTU, o mesmo deve ser apresentado pelas empresas operadoras obedecendo ao seguinte critério: cor ou cores para identificação da empresa e cor do fundo para inserção dos itens de padronização externos (número de ordem, nome da empresa e placa de livre acesso).

§ 3° - Fica proibida a utilização de qualquer símbolo, figuras (desenhos) ou logomarca comercial da empresa operadora nas partes externas das carrocerias dos ÔNIBUS URBANOS, dos ÔNIBUS ARTICULADOS e dos ÔNIBUS COM REBOQUE do Município do Rio de Janeiro, exceto no espaço destinado a empresa, obedecido o desenho 1.6 págs. 43, 44 a 48.

§ 4° - Os veículos devem possuir sistema informativo, externa e internamente (programação visual), conforme disposto nos desenhos anexos (páginas 41 a 59 e 61) a este regulamento, sempre aplicados em caracteres de cor preta (fundo claro) ou cor branca (fundo escuro).

§ 5° - Para os veículos que operarem, em vias segregadas à Superintendência Municipal de Transportes Urbanos - SMTU especificará ou manterá, de acordo com as características dos corredores de serviço, o tipo de pintura a ser adotado, observado o disposto neste artigo nos seus §§ 2°, 3° e 4°.

Art. 8° - As comunicações (avisos) de cunho sócio-institucional (campanhas, promoções de eventos beneficentes etc.) deverão ser previamente autorizadas pela Superintendência Municipal de Transportes Urbanos - SMTU, e só poderão ser fixadas onde a lei não proíba.

Art. 9° - O painel de vidro situado atrás do motorista ou qualquer outro, será usado exclusivamente para mensagens sobre o Sistema de Transporte Coletivo por Ônibus na Cidade do Rio de Janeiro, no seu aspecto operacional e social, e também as previstas no art. 8° devendo ser previamente autorizadas pela Superintendência Municipal de Transportes Urbanos - SMTU.

Art. 10 - É expressamente proibida a veiculação de qualquer informação (programação visual) diferente daquelas contidas no anexo a que se refere o § 4° do art. 7°.

Seção I

Características da Carroceria

Art. 11 - Os valores dos raios de giro dos ÔNIBUS URBANOS devem obedecer aos limites estabelecidos na tabela a seguir. Estes valores são relativos a uma curva de 360° com máximo esterçamento;

TABELA

MANOBRABILIDADE	VALOR (m)
Raio externo entre as paredes	13.60 (máximo)
Raio externo entre guias	12.00 (máximo)

Raio interno entre guias	5.00 (mínimo)
Avanço radial de traseira	1.00 (máximo)

Parágrafo único - Para os ônibus com comprimento diferente de 13,20 (treze metros e vinte centímetros) devem ser apresentados à Superintendência Municipal de Transportes Urbanos - SMTU os valores dos respectivos raios de giro.

Art. 12 - As carrocerias dos ônibus devem ter as seguintes medidas máximas, tomadas entre as partes externas dos pára-choques traseiro e dianteiro:

I - 13,20 (treze metros e vinte centímetros) para os ÔNIBUS SIMPLES;

II - 18,15 (dezoito metros e quinze centímetros) para os ÔNIBUS ARTICULADOS.

III - 19,80 (dezenove metros e oitenta centímetros) para os ÔNIBUS COM REBOQUE.

§ 1º - Para os veículos não especificados acima deverão ser apresentadas para aprovação junto à Superintendência Municipal de Transportes Urbanos - SMTU as características métricas que envolvem o comprimento dos mesmos.

§ 2º - Devem ser respeitados os limites de peso total máximo indicado por eixo veicular, conforme a NBR 6070 da ABNT.

Art. 13 - A largura total máxima dos COLETIVOS EM GERAL será de 2,60m (dois metros e sessenta centímetros), aí incluídos os pára-choques e as luzes de sinalização, excluídos os espelhos retrovisores externos e as partes retráteis.

Art. 14 - A altura máxima da carroceria, medida entre os nível do solo e a geratriz superior do ponto externo mais elevado de veículo, deve ser de:

I - 3,50m (três metros e cinquenta centímetros) para os ÔNIBUS URBANOS (TIPO I e II) e MICROÔNIBUS (URBANO e RODOVIÁRIO);

II - 4,40m (quatro metros e quarenta centímetros) para os ÔNIBUS RODOVIÁRIOS.

Art. 15 - A altura interna mínima, medida entre a face interior do teto e o piso do veículo no centro do corredor, deve ser de:

I - 2,00m (dois metros) para os ÔNIBUS URBANOS (TIPO I e II);

II - 1,80m (um metro e oitenta centímetros) para os ÔNIBUS RODOVIÁRIOS e MICROÔNIBUS RODOVIÁRIOS;

III - 1,90m (um metro e noventa centímetros) para os MICROÔNIBUS URBANOS.

§ 1º - Para os ÔNIBUS RODOVIÁRIOS, admite-se a existência de ressalto do corredor central de no máximo 0,20m (vinte centímetros) em correspondência à última fileira de poltronas e a conseqüente redução na altura interna mínima.

§ 2º - Para os demais veículos a inclinação máxima do piso será de 5% (cinco por cento).

Art. 16 - A altura máxima do piso do veículo, medida nas regiões das portas a partir do nível do solo, deve ser de:

I - 1,05m (um metro e cinco centímetros) para os ÔNIBUS URBANOS TIPO I e MICROÔNIBUS URBANOS.

II - 0,92m (noventa e dois centímetros) para os ÔNIBUS TIPO II.

Art. 17 - O piso do veículo deve ser plano e do tipo antiderrapante, exceção feita para as caixas de roda e o posto do motorista (observado o disposto no § 2º do art.15).

Art. 18 - O balanço traseiro dos COLETIVOS EM GERAL deve atender aos limites estabelecidos no Regulamento do Código Nacional de Trânsito.

Art.19 - Todos os COLETIVOS EM GERAL devem ser equipados com pára-choques do tipo envolvente, isto é, com extremidades encurvadas ou anguladas, mantendo-se contudo dentro dos limites da largura estabelecida no art. 13.

Art. 20 - A altura máxima dos pára-choques, contida entre a sua geratriz inferior e o nível do solo, deve ser de:

I - 0,55m (cinquenta e cinco centímetros) para os ÔNIBUS URBANOS TIPO II;

II - 0,65m (sessenta e cinco centímetros) para os demais, excetuando-se os ÔNIBUS RODOVIÁRIOS.

§ 1º - A altura máxima será medida, considerando-se o veículo com seu "peso em ordem de marcha", conforme definido pela norma da ABNT (NBR 6070).

§ 2º - Sobre os pára-choques não se admite a colocação de componentes elétricos.

Art. 21 - Os ângulos mínimos de entrada e saída, estando o veículo em "ordem de marcha", conforme definido na NBR 6070, devem ser de 8° (graus) exceto nos ÔNIBUS RODOVIÁRIOS.

Art. 22 - A carroceria deve ser constituída de modo que no interior do veículo, a uma altura de 1,20 (um metro e vinte centímetros) do piso do veículo, os níveis de ruído não ultrapassem 80d8 (A) com o veículo estacionário e 85d8 (A) quando o veículo estiver em movimento.

Parágrafo único - Não são permitidos a instalação e o uso de buzina nos COLETIVOS EM GERAL.

Art. 23 - O material utilizado nos COLETIVOS EM GERAL deve possuir características do retardamento do fogo, não produzir fumaças tóxicas, tampouco farpas em caso de ruptura, conforme a Resolução n° 675/86 do CONTRAN.

Art. 24 - A rigidez global da estrutura deve ser tal que, sob distribuição não uniforme das cargas, as deflexões elásticas não prejudiquem a operação de portas e janelas.

§ 1° - A estrutura deve possuir capacidade de suportar rotação, completa sobre o eixo longitudinal transversal, sem deformação permanente, com carga equivalente ao peso bruto total, uniformemente distribuída.

§ 2° - A rigidez global localizada deve ser suficiente para impedir ruídos e vibrações que prejudiquem o conforto dos usuários.

Art. 25 - É obrigatório nos COLETIVOS EM GERAL a utilização de dispositivo de luz de freio elevada denominado "BRAKE-LIGHT", instalado na parte traseira do veículo, conforme a Resolução n° 692/88 do CONTRAN.

Seção II Escadas e Degraus

Art. 26 - A altura máxima, para o patamar do primeiro degrau da escada, medida perpendicularmente ao plano de rolamento do veículo, dever ser de 0,37m (trinta e sete centímetros) para os ÔNIBUS URBANOS TIPO II, de 0,40m (quarenta centímetros) para os ÔNIBUS RODOVIÁRIOS e de 0,45m (quarenta e cinco centímetros) para os demais, considerando a massa do veículo em "ordem de marcha", conforme definido na NBR 6070.

Parágrafo único - A altura máxima dos demais degraus da escada deve ser de:

I - 0,30m (trinta centímetros) para os ÔNIBUS URBANOS TIPO I;

II - 0,25m (vinte e cinco centímetros) para os ÔNIBUS RODOVIÁRIOS;

III - 0,275m (duzentos e setenta e cinco milímetros) para os demais.

Art. 27 - A profundidade mínima do piso de qualquer degrau das escadas de acesso deve ser de:

I - 0,27m (vinte e sete centímetros) para os ÔNIBUS URBANOS TIPO I;

II - 0,30m (trinta centímetros) para os ÔNIBUS URBANOS TIPO II;

III - 0,25m (vinte e cinco centímetros) para os ÔNIBUS RODOVIÁRIOS e MICROÔNIBUS URBANOS e RODOVIÁRIOS.

Art. 28 - As larguras mínimas de cada degrau, já subtraído a dimensão do espaço para a movimentação das folhas das portas, devem ser de:

I - 0,50m (cinquenta centímetros) para portas simples;

II - 0,93m (noventa e três centímetros) para portas duplas;

III - 0,30m (trinta centímetros) para as portas dos ÔNIBUS RODOVIÁRIOS.

Seção III Ventilação Interna

Art. 29 - OS COLETIVOS EM GERAL devem dispor de sistema de ventilação que assegure renovação de ar.

§ 1° - Os ÔNIBUS URBANOS DO TIPO II devem dispor de sistema de ventilação mecânica que assegure a renovação do ar pelo menos 20 (vinte) vezes por hora. Não deve ser considerada a renovação natural obtida pela abertura das portas durante as paradas, bem como as tomadas de ar localizadas no painel frontal. A velocidade do fluxo de ar nos orifícios de ventilação mecânica não deve ultrapassar 4,00/s (quatro metros por segundo).

§ 2º - Os ÔNIBUS URBANOS (TIPO I e II) devem ser guarnecidos de duas escotilhas de teto no mínimo, localizadas no centro do corredor, sendo uma na seção dianteira e outra na traseira, com dimensões mínimas de 0,60m (sessenta centímetros).

§ 3º - Os ÔNIBUS URBANOS (TIPO I e TIPO II) e MICROÔNIBUS devem ter 02 (duas) tomadas de ar colocadas no teto ao longo do veículo, convenientemente instaladas, protegidas de forma a possibilitar sua perfeita utilização em dias chuvosos.

§ 4º - OS MICROÔNIBUS devem ser guarnecidos de 1 (uma) escotilha de teto, com dimensões mínimas de 0,60m (sessenta centímetros) por 0,60m (sessenta centímetros).

§ 5º - Os ÔNIBUS RODOVIÁRIOS equipados com aparelho de ar condicionado devem possuir características que permitam, para ar refrigerado, manter a temperatura interna em torno de 25°C (vinte e cinco graus Celsius) e a umidade relativa do ar abaixo de 60% (sessenta por cento) e, para calefação, a temperatura interna em torno de 20°C (vinte graus Celsius) e a umidade relativa do ar em torno de 50% (cinquenta por cento). Em ambos os casos as janelas devem possuir trincos especiais que impeçam sua abertura pelos passageiros, devendo porém, caso necessário, serem facilmente abertas pela tripulação.

§ 6º - Nos ÔNIBUS RODOVIÁRIOS as escotilhas de teto deverão ter dimensões mínimas de 0,50m x 0,40m (cinquenta por quarenta centímetros).

Art. 30 - Os COLETIVOS EM GERAL devem possuir dispositivos de desembaçamento do pára-brisa e ventilação para o motorista, que funcionem independentemente do sistema de ventilação geral.

Seção IV Porta de Serviço

Art. 31 - Os ÔNIBUS URBANOS (TIPO I e TIPO II) devem ter, pelo menos, duas portas de serviço localizadas nos respectivos balanços, sendo a porta traseira posicionada o mais próximo possível do eixo traseiro.

§ 1º - Quando dispuser de três portas, uma delas se localizará no entreixo, o mais próximo possível do centro, e, no caso de quatro portas, duas devem estar juntas, na parte central da carroceria.

Art. 32 - Nos ÔNIBUS URBANOS TIPO II, nos MICROÔNIBUS e nos ÔNIBUS RODOVIÁRIOS com motor dianteiro, a porta de serviço dianteira poderá localizar-se no entreixo, próximo à extremidade dianteira.

Art. 33 - Os ÔNIBUS ARTICULADOS deverão ter no mínimo três portas, dispostas em concordância com o definido no § 1º do art. 31.

Art. 34 - Os ÔNIBUS RODOVIÁRIOS e MICROÔNIBUS devem dispor de uma única porta de serviço, localizada na primeira metade do veículo, podendo ser usada porta auxiliar.

Art. 35 - As portas de serviço devem ser duplas e de dimensões tais que, quando abertas, proporcionem um vão livre de, pelo menos, 1,10m (um metro e dez centímetros) de largura e 1,90m (um metro e noventa centímetros) de altura.

§ 1º - Entende-se por PORTA SIMPLES aquela com vão livre mínimo de 0,70m (setenta centímetros) e PORTA DUPLA aquela com vão livre mínimo de 1,10m (um metro e dez centímetros).

§ 2º - Nos ÔNIBUS URBANOS TIPO I admite-se porta simples, cujo vão livre mínimo deve ser de 0,70 (setenta centímetros) de largura de 1,90m (um metro e noventa centímetros) de altura, obrigatoriamente de duas folhas.

§ 3º - Nos ÔNIBUS RODOVIÁRIOS e nos MICROÔNIBUS RODOVIÁRIOS admite-se o uso de porta simples, cujo vão livre mínimo deve ser de 0,55m (cinquenta e cinco centímetros) de largura e 1,75m (um metro e setenta e cinco centímetros) de altura.

§ 4º - Nos MICROÔNIBUS URBANOS o vão livre mínimo deve ser de 0,60m (sessenta centímetros) de largura e 1,90m (um metro e noventa centímetros) de altura.

§ 5º - A projeção máxima para o exterior, durante o movimento de abrir e fechar, não deve ultrapassar 0,25m (vinte e cinco centímetros) e, quando a mesma estiver aberta, de 0,15m (quinze centímetros), em relação à parte mais externa da carroceria, excetuando-se o caso dos ÔNIBUS RODOVIÁRIOS e dos MICROÔNIBUS (URBANO e RODOVIÁRIO).

§ 6º - Para efeito de medição da largura útil da porta, a qual deve ser feita ao centro da altura da mesma, desconsiderar a projeção dos pegamãos, cuja dimensão não deve exceder a 0,05m (cinco centímetros).

Art. 36 - O mecanismo de abertura das portas de serviço deve ter seu comando situado no posto do motorista, ao abrigo de manuseio não autorizado, podendo ser pneumático ou eletropneumático.

Parágrafo único - O mecanismo mencionado no "caput" deste artigo, excetuando-se os ÔNIBUS RODOVIÁRIOS e os MICROÔNIBUS RODOVIÁRIOS deve conter dispositivo capaz de impedir a aceleração do veículo quando quaisquer das portas de serviço estiverem abertas, bem como, também, de impedir a abertura das mesmas com o veículo em movimento.

Art. 37 - As portas, nos ÔNIBUS URBANOS (TIPO I e TIPO II) devem abrir de forma que o seu lado interno fique voltado para o passageiro.

Art. 38 - Nos COLETIVOS EM GERAL, as metades superiores de qualquer porta de serviço devem ser envidraçadas e, no caso da porta dianteira, sua metade inferior deve também ser envidraçada, de modo a permitir maior visibilidade em manobras e paradas nos pontos, exceto nos casos das portas situadas no entreixo.

Parágrafo único - É facultada aos ÔNIBUS RODOVIÁRIOS e MICROÔNIBUS RODOVIÁRIOS a utilização de porta com a sua metade inferior não envidraçada.

Art. 39 - Todos os vidros referidos neste Decreto devem obedecer à norma da ABNT para vidros de segurança (NBR 9491).

Seção V Saída de Emergência

Art. 40 - Os ÔNIBUS URBANOS devem possuir no mínimo 3 (três) janelas de emergência do lado oposto às portas de serviço e 2 (duas) janelas de emergência do mesmo lado das portas de serviço, localizadas entre estas, que funcionem como saídas de emergência, as quais, quando acionados os seus mecanismos de abertura, serão totalmente ejetáveis ou articuladas no bordo inferior, de maneira que suas bordas livres, na posição aberta, encostem na lateral do veículo.

§ 1º - As janelas de que trata o caput deste artigo, quando localizadas no lado oposto às portas de serviço, não podem ser contíguas, devendo pelo menos 1 (uma) ser localizada entre o painel traseiro ou dianteiro - de acordo com o fluxo de entrada no veículo - e a catraca.

§ 2º - No mecanismo de abertura das janelas que funcionem como saída de emergência deve ser utilizado um sistema de alavancas, acionáveis de cima para baixo (vide ilustração).

§ 3º - Deve ser colocado aviso legível com instruções claras sobre o funcionamento das janelas de "Saída de Emergência", bem como advertência sobre as conseqüências do seu uso indevido.

Art. 41 - OS MICROÔNIBUS devem ter 1 (uma) janela de emergência de cada lado do veículo, que funcionem do mesmo modo como definido no art. 40 e em seus §§ 2º e 3º.

Art. 42 - Os ÔNIBUS RODOVIÁRIOS devem possuir no mínimo 3 (três) janelas de emergência de cada lado, se simples, ou 2 (duas) de cada lado, se duplas, nunca contíguas, que funcionem do mesmo modo definido no caput do art. 40.

Art. 43 - Os ÔNIBUS ARTICULADOS devem possuir no mínimo 5 (cinco) janelas de emergência do lado oposto às portas de serviço e no mínimo 2 (duas) janelas de emergência do mesmo lado das portas de serviço, que funcionem como saída de emergência, do mesmo modo como definido no caput do art. 40 e em seus §§ 1º, 2º e 3º.

Art. 44 - Os ÔNIBUS COM REBOQUE devem possuir no mínimo 5 (cinco) janelas de emergência do lado oposto às portas de serviço, sendo 3 (três) localizadas na unidade tratora e 2 (duas) na unidade tracionada, e no mínimo 2 (duas) janelas de emergência do mesmo lado das portas de serviço, sendo 1 (uma) localizada na unidade tratora e 1 (uma) na unidade tracionada, que funcionem como saída de emergência, do mesmo modo como definido no "caput" do art. 40 e em seus §§ 1º, 2º e 3º.

Art. 45 - Os COLETIVOS EM GERAL deverão possuir uma escotilha no teto que também funcione como saída de emergência, observadas as dimensões especificadas para cada tipo de veículo, conforme disposto no art. 29 em seus §§ 2º, 4º e 6º (vide desenhos anexos).

Parágrafo único - Deve ser colocado aviso legível com instruções claras sobre o funcionamento da escotilha de saída de emergência, bem como advertência sobre as conseqüências do seu uso indevido.

Seção VI
Banco do Passageiro

Art. 46 - A disposição e o número de bancos devem ser estabelecidos considerando as características da linha, o nível de serviço, as dimensões da carroceria, o número e a localização das portas de serviço e a posição do motor.

Art. 47 - Nos ÔNIBUS URBANOS, ÔNIBUS ARTICULADOS, ÔNIBUS COM REBOQUE e MICROÔNIBUS URBANOS todos os bancos dos passageiros devem ser montados no sentido de marcha do veículo, à exceção dos situados sobre as caixas de rodas, os quais podem ser montados costa a costa.

Parágrafo único - Os bancos situados sobre as caixas de rodas e os bancos individuais junto as portas, obrigatoriamente, deverão dispor de apóia-braço.

Art. 48 - Para os ÔNIBUS RODOVIÁRIOS as filas de bancos devem ser constituídas de 4 (quatro) unidades, colocadas duas a duas de cada lado do corredor central.

Art. 49 - Nos MICROÔNIBUS RODOVIÁRIOS as filas de bancos podem ser constituídas de 3 (três) unidades, colocadas 2 (duas) do lado esquerdo e 1 (uma) do lado direito.

Art. 50 - Os bancos devem ser acolchoados e sua estrutura deve ser livre de arestas ou saliências.

§ 1º - Admite-se a utilização de bancos de plástico moldado ou similar nos ÔNIBUS URBANOS, ÔNIBUS ARTICULADOS, ÔNIBUS COM REBOQUE e MICROÔNIBUS URBANOS, que sejam anatomicamente construídos e previamente aprovados pela Superintendência Municipal de Transportes Urbanos - SMTU.

§ 2º - Cabe à Superintendência Municipal de Transportes Urbanos - SMTU aprovar o tipo de linha ou serviço e o percentual da frota em que serão utilizados os bancos de plástico moldado ou similar, levando-se em consideração a extensão das linhas e suas áreas de operação.

Art. 51 - A altura do assento em relação ao local de acomodação dos pés deve estar compreendida entre 0,38m (trinta e oito centímetros) e 0,45m (quarenta e cinco centímetros), para os COLETIVOS EM GERAL, exceto para os ÔNIBUS RODOVIÁRIOS, para os quais deverá ser no máximo, de 0,45m (quarenta e cinco centímetros).

Art. 52 - A largura do assento deve ser de:

I - Nos ÔNIBUS URBANOS (TIPO I e TIPO II) 0,45m (quarenta e cinco centímetros) para bancos simples e 0,86m (oitenta e seis centímetros), para bancos duplos ou continuação destes;

II - Nos ÔNIBUS RODOVIÁRIOS E MICROÔNIBUS RODOVIÁRIOS no mínimo 0,40m (quarenta centímetros);

III - Nos MICROÔNIBUS URBANOS no mínimo de 0,40m (quarenta centímetros) para bancos simples e 0,80m (oitenta centímetros) para bancos duplos.

Art. 53 - A profundidade do assento deve estar compreendida entre 0,38m (trinta e oito centímetros) e 0,40m (quarenta centímetros).

Parágrafo único - Para os ÔNIBUS RODOVIÁRIOS a profundidade do assento, estando ele em posição normal, deve ser igual ou superior a 0,42m (quarenta e dois centímetros).

Art. 54 - O ângulo do assento com a horizontal deve estar compreendido entre 5º (cinco graus) e 15º (quinze graus).

Art. 55 - O ângulo do encosto do assento com a linha horizontal deve estar compreendido entre 105º (cento e cinco graus) e 115º (cento e quinze graus).

Parágrafo único - Para os ÔNIBUS RODOVIÁRIOS e MICROÔNIBUS RODOVIÁRIOS o encosto do assento deve ter no mínimo 2 (dois) estágios de inclinação, o último dos quais com um ângulo, no mínimo, igual a 125º (cento e vinte e cinco graus) em relação à linha horizontal.

Art. 56 - A altura do encosto, referida ao nível do assento, deve:

I - estar entre 0,70m (setenta centímetros) e 0,75 m (setenta e cinco centímetros) para os ÔNIBUS RODOVIÁRIOS e MICROÔNIBUS RODOVIÁRIOS, quando na posição normal;

II - estar entre 0,45m (quarenta e cinco centímetros) e 0,48m (quarenta e oito centímetros) para os demais veículos, desconsiderando-se o pega-mão.

Parágrafo único - O pega-mão do banco instalado nos ÔNIBUS URBANOS (TIPO I e TIPO II) deve ser de aço ou de alumínio, dotado de proteção acolchoada que não seja contínua, de modo a amortecer impactos com bruscas desacelerações, permitindo também espaço livre para que o passageiro possa segurar.

Art. 57 - Os ÔNIBUS RODOVIÁRIOS e os MICROÔNIBUS RODOVIÁRIOS devem ter, nos bancos, apoio para os braços dos passageiros em ambas as extremidades, o qual será fixo no lado do corredor e retrátil no centro para os ÔNIBUS RODOVIÁRIOS.

§ 1º - A altura do apoio referido no caput deste artigo deve ser de 0,15m (quinze centímetros), a 0,20m (vinte centímetros) em relação ao assento.

§ 2º - O comprimento do apoio referido no caput deste artigo deve ser de 0,30m (trinta centímetros) a 0,35m (trinta e cinco centímetros), medido da face interna.

§ 3º - A largura mínima do apoio referido no caput deste artigo deve ser, na superfície de repouso do braço de 0,05m (cinco centímetros) para apoios do lado do corredor e de 0,03m (três centímetros) para todos os demais.

Art. 58 - Para os COLETIVOS EM GERAL a distância livre entre, o assento de um banco e o espaldar do que estiver à sua frente, medida no plano horizontal, deve ser igual ou superior a 0,30m (trinta centímetros). A mesma distância livre deve ser observada em relação a qualquer anteparo que venha a existir à frente de qualquer banco.

I - Para os ÔNIBUS RODOVIÁRIOS a distância livre entre o assento de um banco e o espaldar do que estiver à frente, medida no plano horizontal deve ser igual ou superior a 0,33m (trinta e três centímetros).

Parágrafo único - Para bancos sobre as caixas de roda posicionados costa a costa, a distância mínima entre os encostos dos bancos montados frente a frente deve ser de 1,30m (um metro e trinta centímetros).

Art. 59 - Para os ÔNIBUS RODOVIÁRIOS e os MICROÔNIBUS RODOVIÁRIOS a distância livre entre o encosto de um banco e o espaldar do que estiver à sua frente, medida no plano horizontal que passa pelo centro do encosto, estando ambos os bancos na posição normal, deve ser igual ou superior a 0,75m (setenta e cinco centímetros).

§ 1º - A cada banco deve corresponder um apoio para os pés.

§ 2º - O porta-pacotes interno deve cobrir a extensão longitudinal do compartimento de passageiros, sobrepondo-se a todos os bancos localizados nos lados das janelas, com sua face inferior estando no mínimo a 1,35m (um metro e trinta e cinco centímetros) de altura em relação ao piso do veículo, e ser confeccionado em material resistente, com proteção contra deslocamento transversal dos objetos.

Art. 60 - Os ÔNIBUS URBANOS devem possuir no mínimo 3 (três) lugares (bancos) perfeitamente identificados (coloração diferente e/ou placa identificativa) para uso preferencial de gestantes, deficientes físicos e idosos.

Seção VII Poltrona do Motorista

Art. 61 - A poltrona do motorista deve possuir cinto de segurança subabdominal, ser anatômica, regulável, acolchoada, possuindo ventilação, suspensão e amortecimento hidráulico ou similar, levando-se em consideração todos os demais aspectos funcionais e de conforto, de modo a minimizar o desgaste físico e mental do condutor do veículo.

Parágrafo único - Entende-se como "similar" a poltrona de motorista que possua todas as condições de regulagens, anatomia, seja acolchoada, possua ventilação, porém na suspensão, possa não ter o pistão hidráulico e passe a possuir um pino de interligação na estrutura de sustentação da mesma, evitando-se os movimentos oscilatórios verticais acentuados, ficando preservados os aspectos funcionais e de conforto do motorista, minimizando-lhe o desgaste físico e mental.

Art. 62 - A fim de assegurar fácil acesso aos instrumentos e equipamentos de controle do veículo, a poltrona do motorista deve permitir o movimento longitudinal de, pelo menos, 0,12m (doze centímetros), oferecendo no mínimo 4 (quatro) posições de bloqueio.

Art. 63 - O assento deve permitir alturas entre 0,40m (quarenta centímetros) e 0,55m (cinquenta e cinco centímetros), largura entre 0,40m (quarenta centímetros) e 0,50m (cinquenta centímetros) profundidade entre 0,38m (trinta e oito centímetros) e 0,45m (quarenta e cinco centímetros) e variação de curso vertical de, no mínimo, 0,13m (treze centímetros).

Art. 64 - O encosto deve ser de forma trapezoidal, com base inferior variando de 0,40m (quarenta centímetros) a 0,50m (cinquenta centímetros), base superior de 0,34m (trinta e quatro centímetros) a 0,46m

(quarenta e seis centímetros) e altura de 0,48m (quarenta e oito centímetros), a 0,55m (cinquenta e cinco centímetros). O encosto deve ainda permitir ajustamentos de forma contínua ou, pelo menos, 5 (cinco) estágios de inclinação, de 95° (noventa e cinco graus), a 115° (cento e quinze graus) com a horizontal.

Art. 65 - A poltrona do motorista deve ser posicionada tendo como referência o volante de direção, os pedais e os pára-brisas, cujas posições e distâncias são elementos indicadores críticos para a condução confortável e segura do veículo, sendo instalada com o seu eixo de simetria coincidente com o do volante de direção. Seu encosto deve estar situado a uma distância entre 0,54m (cinquenta e quatro centímetros) e 0,70m (setenta centímetros), medida do centro deste.

Art. 66 - A distância entre o eixo de simetria da poltrona e o painel lateral interno esquerdo deve estar compreendida entre 0,40m (quarenta centímetros) e 0,70m (setenta centímetros).

Seção VIII Poltrona do Cobrador

Art. 67 - Os ÔNIBUS URBANOS (TIPO I e TIPO II) devem possuir poltronas do cobrador que levem em conta os aspectos funcionais e de conforto, minimizando-lhe o desgaste físico e mental, devendo ser anatômicas, reguláveis, acolchoadas, dotadas de ventilação, amortecimento hidráulico ou similar e instaladas sobre patamar de 0,15m (quinze centímetros) a 0,45m (quarenta e cinco centímetros) acima do piso do veículo.

Parágrafo único - Entende-se como "similar" a poltrona do cobrador que possua todas as condições de regulagens, anatomia, seja acolchoada, possua ventilação, porém, na suspensão, possa não ter o pistão hidráulico e passe a possuir um pino de interligação na estrutura de sustentação da mesma, evitando-se os movimentos oscilatórios verticais acentuados, ficando preservados os aspectos funcionais e de conforto do cobrador, minimizando-lhe o desgaste físico e mental.

Art. 68 - O assento da poltrona do cobrador, cuja altura deve permitir variações entre 0,40m (quarenta centímetros) e 0,53m (cinquenta e três centímetros), deve ter largura entre 0,40m (quarenta centímetros) e 0,50m (cinquenta centímetros) e profundidade entre 0,38m (trinta e oito centímetros) e 0,45m (quarenta e cinco centímetros), com variação de curso vertical de, no mínimo, 0,13m (treze centímetros).

Art. 69 - O encosto da poltrona do cobrador deve ser de forma trapezoidal, com base inferior variando de 0,40m (quarenta centímetros), a 0,50m (cinquenta centímetros), base superior de 0,34 (trinta e quatro centímetros), a 0,46m (quarenta e seis centímetros) e altura de 0,48m (quarenta e oito centímetros) a 0,55m (cinquenta e cinco centímetros).

§ 1° - O encosto deve permitir ajustamentos de forma contínua ou pelo menos 5 (cinco) estágios de inclinação, de 95° (noventa e cinco graus) a 105° (cento e cinco graus) com a horizontal.

§ 2° - A poltrona do cobrador deve ter apoios laterais acolchoados para os braços, sendo um dos lados escamoteável.

§ 3° - No posto do cobrador deve existir apoio para os pés.

Seção IX Corredor de Circulação

Art. 70 - A largura livre mínima do corredor de circulação, medida entre as faces laterais dos bancos e a 0,30m (trinta centímetros) acima do assento dos bancos dos passageiros, deve ser de:

I - 0,65m (sessenta e cinco centímetros) para os ÔNIBUS URBANOS (TIPO I e TIPO II), desconsiderando-se os apoia-braços quando houver;

II - 0,45 (quarenta e cinco centímetros) para os ÔNIBUS RODOVIÁRIOS e MICROÔNIBUS URBANOS;

III - 0,36m (trinta e seis centímetros) para os MICROÔNIBUS RODOVIÁRIOS.

Art. 71 - A área livre para passageiros em pé nos ÔNIBUS URBANOS (TIPO I e TIPO II), no lado anterior à catraca, deve ser de 1,00m² (um metro quadrado) a 4,00m² (quatro metros quadrados).

Seção X Janelas

Art. 72 - Para os ÔNIBUS URBANOS (TIPO I e TIPO II) e MICROÔNIBUS URBANOS as janelas laterais devem ser instaladas tendo uma vidraça inferior e outra superior, móveis, que deslizem em caixilho próprio, de modo a oferecer visibilidade a passageiros sentados ou em pé.

§ 1º - A altura das vidraças superior e inferior deve ser igual.

§ 2º - A soma das aberturas das vidraças móveis, superior e inferior deve ser equivalente a, no mínimo, 40% da área envidraçada, devendo serem essas aberturas igualmente distribuídas.

Art. 73 - Para os ÔNIBUS RODOVIÁRIOS e MICROÔNIBUS RODOVIÁRIOS admite-se a instalação de janela inteiramente móvel que deslize em caixilho próprio, com largura mínima de 1,10m (um metro e dez centímetros) e altura mínima de 0,55m (cinquenta e cinco centímetros).

Parágrafo único - Para janelas simples a largura mínima deve ser de 0,55m (cinquenta e cinco centímetros).

Art. 74 - As janelas dos ÔNIBUS URBANOS (TIPO I e TIPO II) devem ter suas larguras compreendidas entre 1,20m (um metro e vinte centímetros), e 1,60m (um metro e sessenta centímetros), com altura mínima de 0,80m (oitenta centímetros), exceto para as janelas de acabamento ou de complementação.

Art. 75 - O peitoril da janela, considerada como tal a linha acima da qual se localiza a sua parte de vidro, deve estar, a partir do piso do veículo, à altura de:

I - 0,70m (setenta centímetros) no mínimo e 0,95m (noventa e cinco centímetros) no máximo, para os ÔNIBUS URBANOS (TIPO I e TIPO II);

II - 0,70m (setenta centímetros) no mínimo e 1,00m (um metro) no máximo, para os ÔNIBUS RODOVIÁRIOS e MICROÔNIBUS.

Parágrafo único - As medidas mencionadas nos incisos I e II deste artigo não se aplicam às janelas localizadas ao lado da poltrona do motorista, das caixas de rodas, do posto do cobrador e da cobertura do motor traseiro.

Art. 76 - Todas as janelas devem ser guarnecidas com vidros de segurança, conforme norma da ABNT (NBR 9491), inclusive os pára-brisas e os vidros traseiros.

Parágrafo único - Todas as janelas e os vidros traseiros devem ter transparência mínima de 70% (setenta por cento) e o pára-brisa com 75% (setenta e cinco por cento), de acordo com, a Resolução nº 483/74 do CONTRAN.

Seção XI

Campainha por Botão e Cordão

Art. 77 - Os ÔNIBUS URBANOS (TIPO I e TIPO II) devem ter um sinal ótico e um sonoro ligados, simultaneamente acionados por botão interruptor e por cordão.

Art. 78 - O sinal sonoro deve ter de 1 (um) a 2 (dois) segundos de duração e, quando acionado, soar apenas uma vez, voltando a ser ativado depois que a porta de desembarque for aberta. Esse dispositivo será equipado com um interruptor que permita ao motorista rearmá-lo independentemente da atuação da(s) porta(s).

Art. 79 - O sinal ótico, quando acionado, deve permanecer ligado no posto do motorista e, no mínimo, em dois pontos visíveis a qualquer passageiro em pé, até a abertura da(s) porta(s).

Art. 80 - Devem ser instalados no mínimo 4 (quatro) botões para acionamento do sinal, de parada, um de cada lado do corredor, próximos da porta de saída, e um de cada lado do centro do corredor, a uma altura não superior a 1,50 (um metro e cinquenta centímetros) em relação ao piso interno do veículo.

Art. 81 - Os cordões de acionamento da campainha, instalados na parte superior, adiante da catraca, não podem ter afastamento maior do que 0,30m (trinta centímetros), contado do corrimão superior.

Seção XII

Balaústres, Corrimãos e Colunas em Ônibus Urbanos, Ônibus Articulados, Ônibus com Reboque e Microônibus Urbanos.

Art. 82 - Os balaústres, corrimãos e colunas devem ser construídos com tubos de aço ou alumínio, de seção circular e diâmetro externo compreendido entre 0,03m (três centímetros) e 0,04m (quatro centímetros), e

resistirem a uma solicitação de 1500N aplicada no ponto equidistante das extremidades de fixação e, no caso de balaústre superior, a uma solicitação de 400N a cada 0,20 (vinte centímetros) de comprimento.

Parágrafo único - Os balaústres, corrimãos e colunas devem ser revestidos com tinta epóxi ou equivalente, ou encapsulados, exceto quando se utilize aço inoxidável ou alumínio.

Art. 83 - Os ÔNIBUS URBANOS (TIPO I e TIPO II), ÔNIBUS ARTICULADOS, ÔNIBUS COM REBOQUE e MICROÔNIBUS URBANOS devem ser equipados com no mínimo, dois corrimãos superiores paralelos, e, afastados, de modo que a projeção de cada um caia sobre a extremidade do assento do corredor de cada fila.

§ 1º - Todos os corrimãos superiores devem ter sua altura compreendida entre 1,80m (um metro e oitenta centímetros) e 1,90m (um metro e noventa centímetros).

§ 2º - Os corrimãos superiores dos MICROÔNIBUS URBANOS devem ter sua altura compreendida entre 1,70m (um metro e setenta centímetros) e 1,80m (um metro e oitenta centímetros).

Art. 84 - Os balaústres devem ser montados junto aos bancos, alternadamente do lado direito e esquerdo do corredor de circulação.

§ 1º - Junto às portas dianteira e traseira e, eventualmente, à porta central, deve ser instalada uma coluna, a ré do poço dos degraus, devendo existir uma segunda coluna ou divisor de fluxo no centro da superfície do degrau intermediário em caso de porta dupla - largura 1,10m (um metro e dez centímetros).

§ 2º - Nos demais locais, o espaçamento longitudinal entre os balaústres não deve ser superior a 2,00m (dois metros).

Seção XIII

Apoios para Embarque e Desembarque

Art. 85 - Alças ou balaústres devem garantir a entrada e a saída do veículo, instalados sempre no interior da carroceria, admitindo-se fixá-los nas folhas das portas desde que somente se projetem para o exterior quando estiverem abertas.

Art. 86 - Os corrimãos montados para embarque e desembarque devem seguir a inclinação do piso da escada, com uma altura entre 0,86m (oitenta e seis centímetros) e 0,96m (noventa e seis centímetros) e sempre no interior da carroceria, no caso de ônibus com porta dupla.

§ 1º - No caso de utilização de divisor de fluxo para portas, de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 84, devem ser atendidas as mesmas características do caput deste artigo.

§ 2º - No caso de utilização de porta pantográfica, os corrimãos de embarque e desembarque devem ser fixados nas laterais do acesso, a partir do primeiro degrau.

§ 3º - Nos ÔNIBUS RODOVIÁRIOS e MICROÔNIBUS RODOVIÁRIOS, junto à porta de serviço deve existir alça fixa para mão.

Seção XIV

Iluminação Interna

Art. 87 - A iluminação artificial do veículo deve ser produzida por fonte de luz fluorescente ou equivalente, sendo o comando colocado junto ao posto do motorista e a alimentação feita, no mínimo, por dois circuitos independentes.

Art. 88 - Nos ÔNIBUS URBANOS (TIPO I e TIPO II) o arranjo das luminárias deve oferecer uma iluminação uniforme, com um índice de luminosidade não inferior a 140 (cento e quarenta) lux, à distância de 1,00m (um metro) do nível do piso do veículo.

§ 1º - Deve ser assegurado um índice de luminosidade nunca inferior a 200 (duzentos) lux sobre a mesa de trabalho no posto do cobrador.

§ 2º - O arranjo das luminárias será de modo a evitar reflexo no pára-brisa e nos espelhos, que possa prejudicar a segurança operacional do motorista.

§ 3º - No posto do motorista, até a primeira fila de poltronas atrás do mesmo, admite-se uma iluminação com índice de luminosidade não inferior a 30 lux de maneira a evitar reflexos no pára-brisas e nos espelhos em seu posto.

Art. 89 - Nos MICROÔNIBUS URBANOS o índice de luminosidade não deve ser inferior a 140 (cento e quarenta) lux, à distância de 1,00m (um metro) no nível do piso do veículo, observado o disposto no art. 88, §§ 2º e 3º.

Art. 90 - Para os ÔNIBUS RODOVIÁRIOS e MICROÔNIBUS RODOVIÁRIOS deve existir iluminação individual sobre cada poltrona de passageiro e também iluminação no teto, de modo a garantir luminosidade não inferior a 70 (setenta) lux, medida no corredor.

Art. 91 - Os poços dos degraus devem possuir luminárias que garantam luminosidade não inferior a 80 (oitenta) lux, com mecanismo interruptor conjugado à abertura da porta de serviço.

Seção XV Catracas

Art. 92 - Os COLETIVOS EM GERAL devem ser dotados de uma única catraca, de três braços, com eixo inclinado, ou de quatro braços, sendo que a altura da geratriz superior do braço da catraca em relação ao piso do corredor de circulação deve ser de 0,90m (noventa centímetros), a 1,05m (um metro e cinco centímetros), oferecendo uma abertura para passagem dos passageiros maior ou igual a 0,40m (quarenta centímetros).

§ 1º - A catraca, obrigatoriamente, deverá permitir giro em ambos sentidos, podendo admitir cobrança automática.

§ 2º - É vedada a instalação de qualquer dispositivo que reduza o espaço livre entre dois braços consecutivos da catraca.

§ 3º - Na parte inferior do braço da catraca pode ser colocado dispositivo vazado, do mesmo diâmetro dos tubos de que são feitos os braços, desde que distem, no mínimo, 0,40m (quarenta centímetros) do piso do veículo e que ocupem mais de 50% (cinquenta por cento) do vão livre.

§ 4º - Nos ÔNIBUS RODOVIÁRIOS e MICROÔNIBUS RODOVIÁRIOS é facultativa a utilização da catraca.

§ 5º - Nos MICROÔNIBUS URBANOS é permitido o uso de duas catracas, para utilização em fluxo paralelo.

Art. 93 - Os ÔNIBUS URBANOS (TIPO I e TIPO II) devem ser dotados de uma única catraca no corredor de circulação em frente ao assento do cobrador, cuja localização deve prever "área de espera" conforme o disposto no art. 71.

Art. 94 - As catracas e os dispositivos necessários à sua instalação devem ser de material que não cause danos aos passageiros e sem arestas vivas.

Seção XVI Caixa de Vista

Art. 95 - Nos ÔNIBUS URBANOS (TIPO I e TIPO II) a caixa de vista deve ter um comprimento externo mínimo de 2,10m (dois metros de dez centímetros) e uma altura externa mínima de 0,20m (vinte centímetros).

Art. 96 - Nos ÔNIBUS URBANOS (TIPO I e TIPO II) os caracteres numéricos e alfabéticos que indicam o número da linha e o destino do ônibus devem ter altura mínima de 0,18m (dezoito centímetros) e 0,16 (dezesseis centímetros), respectivamente, devendo ser utilizado, obrigatoriamente, o tipo de letra e número "HELVÉTICA REGULAR".

Art. 97 - Na iluminação interna da caixa de vista deve ser utilizada lâmpada fluorescente ou equivalente.

Parágrafo único - Externamente, na área da caixa de vista só podem existir lanternas delimitadoras, previstas pelo Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN.

Art. 98 - Poderá ser também adotada caixa de vista eletrônica ou similar.

Art. 99 - Os ÔNIBUS URBANOS (TIPO I e TIPO II) serão dotados de 3 (três) caixas de vista auxiliares obrigatórias e 1 (uma) frontal superior opcional:

I - Traseira - Caixa voltada para o vidro traseiro, onde será indicado o número da linha;

II - Lateral - Caixa situada junto à porta de embarque, abaixo da janela, onde serão indicados número, origem e destino da linha;

III - Frontal - Caixa situada no tabelier direito com, obrigatoriamente, 4 (quatro) informações do itinerário;

IV - Frontal Superior Opcional - Caixa situada no lado direito na parte superior, onde deverão ser inseridas as informações: Rápido, Circular, Expresso e "Vias" (Ex: Via Linha Vermelha).

§ 1º - Todas as caixas deverão ser iluminadas com luz fluorescente ou equivalente e ter obedecidas as dimensões especificadas nos desenhos anexos.

§ 2º - Todas as caixas deverão ser dotadas de mecanismo de troca de informações, devidamente guarnecidos do uso pelo público.

Seção XVII Painéis Divisórios

Art. 100 - Os painéis divisórios devem suportar os esforços a que ficarão submetidos, sem apresentar deformações permanentes.

Parágrafo único - Os painéis devem ter os cantos e as arestas arredondados, com raios não inferiores a 0,005m (cinco milímetros), quando sua superfície servir de apoio para os passageiros.

Art. 101 - Para os ÔNIBUS URBANOS (TIPO I e TIPO II) os painéis divisórios devem estar dispostos nos seguintes locais:

I - à frente de cada banco que esteja voltado para o poço, dos degraus de qualquer porta, alinhados com a lateral do poço, com folga de 0,04m (quatro centímetros) a 0,06m (seis centímetros) em relação ao piso do veículo e com altura de 0,70m (setenta centímetros) a 0,80m (oitenta centímetros).

II - atrás da poltrona do motorista, com folga de 0,04m (quatro centímetros) a 0,06m (seis centímetros) em relação ao piso do veículo e largura 0,10m (dez centímetros) superior à largura da poltrona do motorista.

Capítulo III Características Específicas dos Chassis

Art. 102 - Os COLETIVOS EM GERAL deverão observar estritamente a Resolução n° 08 de 31 de agosto de 1993, do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, no que tange à emissão de poluentes e aos limites máximos de ruídos.

Art. 103 - Os COLETIVOS EM GERAL deverão ter o tubo de descarga situado na parte traseira do veículo, recuado a uma distância mínima de 0,10m (dez centímetros) da face traseira do veículo (sem considerar o pára-choque) na direção longitudinal deste, sempre inclinado para baixo com ângulo de 15° a 25° em relação ao plano horizontal.

Parágrafo único - A adoção de posicionamento diferente do determinado no caput deste artigo só será aceita quando houver impossibilidade técnica e depois de previamente analisada pela Superintendência Municipal de Transportes Urbanos - SMTU.

Art. 104 - Todos os veículos devem ser equipados com sistema de direção auxiliado hidraulicamente, assegurada a dirigibilidade do veículo mesmo em caso de pane no sistema hidráulico auxiliar.

Art. 105 - A suspensão dos COLETIVOS EM GERAL deve ser, preferencialmente, pneumática.

§ 1º - Para os ÔNIBUS URBANOS TIPO II admite-se somente suspensão pneumática ou mista.

§ 2º - Para os demais COLETIVOS EM GERAL admite-se suspensão pneumática, mista ou por molas.

Art. 106 - A suspensão deve atenuar vibrações induzidas na carroceria oriundas de imperfeições do pavimento.

Art. 107 - A suspensão deve ser provida de suficiente rapidez de resposta corretiva à inclinação lateral do veículo em curvas.

Art. 108 - Os COLETIVOS EM GERAL deverão observar estritamente a Resolução n° 777/93 de 17 de dezembro de 1993 do Conselho Nacional de Trânsito, no que tange ao sistema de freio de veículos.

Art. 109 - O motor deve, preferencialmente, estar localizado abaixo do piso ou na parte traseira do veículo.

Parágrafo único - Quando o motor estiver localizado na parte traseira ou dianteira do veículo, seu compartimento deve ser vedado aos passageiros.

Art. 110 - O motor deve estar fixado à estrutura do veículo e apoiado em coxins elásticos, sendo as paredes do seu compartimento revestidas de material próprio que garanta o perfeito isolamento acústico e térmico e impeça quaisquer vazamentos de gases ou vapor.

§ 1º - Seja qual for a posição do motor, as tampas que separam o compartimento reservado ao mesmo do habitáculo dos passageiros ou do motorista devem ter 3 (três) camadas, a saber:

1 - espuma antichama/anti-ruído com 0,025m (vinte e cinco milímetros) de espessura mínima;

2 - isolante termoacústico com 0,010m (dez milímetros) de espessura mínima;

3 - acabamento interno idêntico ao utilizado no veículo.

§ 2º - Admite-se a utilização de outros materiais desde que atendam os mesmos objetivos.

§ 3º - As tampas de inspeção do motor e dos componentes mecânicos não devem interferir com o fluxo de passageiros e serão fixadas com dispositivos que impeçam a sua abertura por pessoa não autorizada.

Art. 111 - O motor deve prover potência suficiente para que o veículo, com peso bruto total, obtenha desempenho compatível com pavimentos em aclave.

Art. 112 - Todos os veículos devem ser equipados com motor de potência líquida tal que, além de igual ou superior a 72 cv, assegure à relação potência líquida/peso bruto total máximo valor igual ou superior a 10cv/t.

Os COLETIVOS EM GERAL deverão observar estritamente a Portaria nº 01/89 de 18 de abril de 1989 do Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial - INMETRO no que tange à relação potência/peso dos ônibus em geral.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 113 - Os ÔNIBUS SIMPLES, os ÔNIBUS ARTICULADOS e os ÔNIBUS COM REBOQUE, empregados na operação do Sistema de Transporte Público de Passageiros por Ônibus, no Município do Rio de Janeiro, devidamente enquadrados na presente regulamentação, deverão dispor de selo na parte traseira do veículo (vide desenho), do tipo:

I - URBANO RIO I - para os ÔNIBUS URBANOS TIPO I;

II - URBANO RIO II - para os ÔNIBUS URBANOS TIPO II;

III - MICRO-RIO - para os MICROÔNIBUS URBANOS;

IV - MICRO-RIO/R - para os MICROÔNIBUS RODOVIÁRIOS;

V - RODO-RIO - para os ÔNIBUS RODOVIÁRIOS;

VI - ART-RIO - para os ÔNIBUS ARTICULADOS;

VII - REBOQUE-RIO - para os ÔNIBUS COM REBOQUE.

Decreto nº 13.050 - de 29 de junho de 1994

Altera o disposto nos arts. 36, 37, 39 e 43 do Decreto "E" Nº 3.858, de 12.05.70, e revoga o disposto no art. 34, o parágrafo único do art. 37 e o art. 38 do mencionado diploma legal.

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que a maioria das ruas integrantes da malha viária da Zona II já se encontra revestida com piso asfáltico e

CONSIDERANDO que o adensamento populacional na considerada Zona II do Município não mais justifica a cobrança de adicional de retorno nas tarifas fixadas para os serviços prestados por veículos de aluguel a taxímetros - Táxis - conforme previsto na letra "b" do art. 38 do Decreto "E" nº 3.858, de 12/05/70,

D E C R E T A :

Art. 1º - Os arts. 36, 37, 39 e 43 do Decreto "E" nº 3.858, de 12 de maio de 1970, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 36 - A tarifa é organizada de forma que todo o serviço seja cobrado por tabela oficial, acrescentando-se à tarifa básica os adicionais previstos neste Decreto.

Parágrafo único - São considerados adicionais à tarifa básica:

- a) a bandeirada, na conformidade do disposto no art. 37;
- b) a remuneração por serviço noturno, considerado este a prestação de serviços realizada entre as 21:00h (vinte e uma horas) e 6:00h (seis horas) do dia imediato;
- c) a remuneração por serviço em zonas de subidas íngremes e prolongadas;
- d) bagagem extra;
- e) remuneração por serviços realizados nos domingos e feriados, sem restrição horária.

Art. 37 - O adicional de bandeirada, cobrado independentemente do trajeto a ser percorrido, terá sempre o seu valor fixado pela Secretaria Municipal de Transportes.

Art. 39 - Os adicionais a que se referem as letras "b", "c" e "e" do art. 36 deste Decreto serão cobrados com base no valor da tarifa II, conforme definida pela Secretaria Municipal de Transportes.

Art. 43 - As tarifas e os seus adicionais serão fixados e reajustados pela Secretaria Municipal de Transportes, consideradas as variações dos índices e fatores que compõem o cálculo."

Art. 2º - Ficam revogados o art. 34, o parágrafo único do art. 37 e o art. 38 do Decreto "E" nº 3.858, de 12 de maio de 1970.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 29 de junho de 1994 - 430º de Fundação da Cidade

D.O. RIO de 30.06.94

Republ. em 07.07.94

Decreto nº 13.190 - de 08 de setembro de 1994

Revoga o art. 54 do Decreto "E" N° 3.858, de 12 de maio de 1970 com a redação que lhe foi dada pelo Decreto "E" N° 4.007, de 21 de julho de 1970 e pelo Decreto N° 1.502, de 11 de abril de 1978, e o Decreto N° 7.652, de 19 de maio de 1988, e dá outras providências.

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta do processo nº 03/104.561/91,

D E C R E T A:

Art. 1° - Ficam revogados o art. 54 do Decreto "E" nº 3.858, de 12 de maio de 1970, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto "E" nº 4.007, de 21 de julho de 1970, e pelo Decreto nº 1.502, de 11 de abril de 1978, e o Decreto nº 7.652, de 19 de maio de 1988, bem como todos os demais atos que estabeleçam a transferência por ato "inter vivos ou causa mortis", de permissões outorgadas a motoristas de táxi.

Art. 2° - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 08 de setembro de 1994 - 430° da Fundação da Cidade

D.O. RIO de 09.09.94

LEI nº 2.241 - de 01/12/1994

Dispõe sobre a obrigatoriedade de toda empresa transportadora de passageiros do município criar e manter departamentos de recursos humanos e cursos de formação e aperfeiçoamento para os auxiliares de transportes coletivos e dá outras providências.

AUTOR: VEREADOR ANTÔNIO PITANGA

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono à seguinte Lei:

Art. 1º - Toda empresa concessionária ou permissionária de transportes de passageiros do Município fica obrigada a criar e manter setor ou departamento especializado no desenvolvimento dos seus recursos humanos.

§ 1º - vetado

§ 2º - São Auxiliares de Transportes Coletivos de Passageiros os profissionais que tenham contato direto com os passageiros de ônibus urbanos, ônibus especiais ou microônibus, a saber, motoristas, cobradores, despachantes e fiscais.

Art. 2º - vetado

I - vetado

II - vetado

Art. 3º - Os cursos de formação e de aperfeiçoamento deverão cumprir as seguintes exigências.

I - Programa:

a) relações humanas;

b) direção defensiva (para motorista);

c) primeiros socorros;

d) sistema de tráfego e trânsito.

II - Carga horária mínima de vinte horas para motoristas e dezesseis horas para os outros profissionais, e duração mínima de cinco e quatro dias, respectivamente.

Parágrafo único - vetado

Art. 4º - vetado

Art. 5º - vetado

Art. 6º - vetado

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1º de dezembro de 1994

D.O. RIO de 05.12.94

Decreto nº 13.645 - de 27 de janeiro de 1995

Altera o Decreto "E" Nº 3.858, de 12 de maio de 1970.

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Art. 1º - O inciso I do art. 45 do Decreto "E" nº 3.858, de 12 de maio de 1970, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 45 -

I - Trabalhar adequadamente trajado e calçado conforme as normas do Regulamento do Código Nacional de Trânsito observando o asseio pessoal e do seu traje."

Art. 2º - O item 3.6 do Anexo I do Decreto "E" nº 3.858, de 12 de maio de 1970, passa a vigorar com a seguinte redação:

"ANEXO I

**CÓDIGO DISCIPLINAR DO SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS EM VEÍCULOS DE ALUGUEL
A TAXÍMETRO DO ESTADO DA GUANABARA**

3.6 - trabalhar em desacordo com as normas estabelecidas no inciso I do art. 45 deste regulamento. . Grupo E-3."

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 1995 - 431º de Fundação da Cidade

D.O. RIO de 30.01.95

Decreto nº 13.970 - de 20/06/1995

Regulamenta a Lei nº 2.241, de 01/12/1994 que dispõe sobre a obrigatoriedade de prestação de cursos de formação e aperfeiçoamento para auxiliar de transporte pelas empresas permissionárias do serviço de transporte coletivo de passageiros do município do rio de janeiro e dá outras providências.

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Capítulo I Da Obrigação Seção I

Do Departamento ou Setor de Recursos Humanos

Art. 1º - As empresas permissionárias que operam o Serviço de Transporte Coletivo de Passageiros por meio de ônibus no Município do Rio de Janeiro ficam obrigadas a criar e manter, na estrutura administrativa de cada uma delas, departamento ou setor especializado em Recursos Humanos, apto a organizar e gerenciar a prestação de cursos de Formação e Aperfeiçoamento de Auxiliar de Transporte Coletivo, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação deste decreto.

Parágrafo único - Os cursos de Formação e Aperfeiçoamento de Auxiliar de Transporte Coletivo, poderão ser ministrados pelo Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros do Município do Rio de Janeiro - SETRANSPARJ, e pelo Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários e Trabalhadores em Transportes de Cargas em geral e Passageiros do Município do Rio de Janeiro.

Seção II

Dos Cursos de Formação e Aperfeiçoamento

Art. 2º - Os Cursos de Formação e Aperfeiçoamento para Auxiliar de Transporte Coletivo serão ministrados pelo departamento ou setor de Recursos Humanos das empresas permissionárias ou das entidades sindicais de que tratam os parágrafos do artigo anterior, sob a supervisão da Superintendência Municipal de Transportes Urbanos - SMTU, constituindo-se em requisito para admissão nas referidas empresas, a aprovação do candidato no mesmo.

Art 3º - As empresas permissionárias ou entidades sindicais interessadas, deverão apresentar à Secretaria Municipal de Transporte, no prazo de 90 (noventa) dias a contar da publicação deste ato, o planejamento geral dos primeiros Cursos de Formação e Aperfeiçoamento que conterà:

I - O conteúdo de cada item do Programa;

II - Cronograma de duração, com indicação de dias, horários e número de turmas;

III - Composição das turmas (nomes e números de inscrição dos candidatos);

IV - Prova de possuírem pelo menos 1 (um) ônibus adaptado para treinamento.

Parágrafo único - Aprovado o Planejamento Geral pelo Secretário Municipal de Transportes, a SMTU designará servidor para supervisionar os trabalhos, em cada caso.

Art. 4º - Concluído cada Curso de Formação, os candidatos aprovados receberão o Certificado de Aptidão para Auxiliar de Transporte Coletivo.

Parágrafo único - Os Auxiliares que, na data da publicação deste Decreto já estiverem operando no sistema, freqüentarão Cursos de Aperfeiçoamento, recebendo em seguida o certificado.

Art 5º - Os cursos de formação ou aperfeiçoamento obedecerão ao seguinte programa:

I - Relações Humanas;

II - Direção Defensiva (para motoristas);

III - Primeiros Socorros

IV- Sistema de Trânsito e Tráfego

Art. 6º - A carga horária mínima para o curso será de 20 (vinte) horas para motorista e 16 (dezesseis) horas para os demais candidatos, com duração mínima de 05 (cinco) e 04 (quatro) dias, respectivamente.

Art. 7º - Para a inscrição no Curso de Formação, será exigida a seguinte documentação do candidato:

I - Atestado que comprove não portar moléstia infecto - contagiosa fornecido por Serviço de Saúde da Rede Pública;

II - Carteira Nacional de Habilitação, para motoristas;

III - 02 (duas) fotografias 3x4, coloridas, de frente, atuais e datadas;

Art. 8º - A cada nova turma criada para Curso de Formação ou Aperfeiçoamento as empresas permissionárias ou entidades sindicais interessadas deverão apresentar à Secretaria Municipal de Transportes novo Planejamento Geral nos termos do que dispõe o art. 3º, seus incisos e parágrafo único;

Capítulo III

Seção I

Do Certificado de Aptidão de Auxiliar de Transporte Coletivo

Art. 9º - O Certificado de Aptidão de Auxiliar de Transporte Coletivo, será expedido pelas empresas permissionárias ou entidades sindicais interessadas, conforme modelo constante do Anexo Único, sendo assinado pelo responsável pelo departamento ou setor de recursos humanos correspondente, juntamente com o Supervisor da SMTU.

Art.10 - São Auxiliares de Transporte Coletivo os profissionais que tenham contato direto com os passageiros de ônibus urbano, ônibus especiais ou microônibus, ou seja, motoristas, cobradores, despachantes e fiscais, aos quais se aplicam as disposições do Código Disciplinar, aprovado pelo Decreto nº 10.842 de 30 de janeiro de 1992.

Art 11 - Todos os Auxiliares de Transporte Coletivo serão obrigados a renovar o certificado a cada 05 (cinco) anos, mediante frequência a Curso de Aperfeiçoamento.

Art 12 - Após a realização de cada curso, as empresas ou entidades sindicais, remeterão à SMTU relação dos candidatos considerados aptos, com o certificado correspondente a cada um deles, para fins de registro junto ao órgão gestor.

Art 13 - As dispensas e admissões de Auxiliares de Transporte Coletivo deverão ser comunicadas oficialmente à SMTU para fim de registro e controle, sujeitando-se as permissionárias, pela inobservância desta regra, às sanções previstas no Código Disciplinar, aprovado pelo Decreto nº 10.842, de 30 de janeiro de 1992.

Parágrafo único - O registro de que trata o "caput" poderá ser cassado nos casos previstos no Código Disciplinar ou por decisão do Secretário Municipal de Transportes, na hipótese de atos que exponham a vida ou a saúde de outrem a perigo direto e iminente, garantida a ampla defesa e o contraditório.

Seção II

Das Características do Certificado

Art. 14 - O certificado, terá as seguintes características e elementos:

I - Papel de Segurança;

II - Nome;

III - Categoria;

IV- Número do Certificado;

V - Assinatura do portador;

VI - Filiação;

VII - Naturalidade;

VIII - Data de nascimento;

IX - Prontuário da CNH, se motorista;

X - Número do CPF;

XI - Número da carteira de identidade e órgão expedidor;

XII - Grupo sanguíneo e fator RH;

XIII - Empresa ou entidade sindical em que ocorreu o treinamento;

XIV- Data da expedição;

XV - Assinaturas do responsável pelo departamento ou setor de recursos humanos da empresa ou entidade sindical, e do Supervisor da SMTU.

Art 15 - É vedado ao Auxiliar de Transporte Coletivo exercer outra função que não aquela pertinente à categoria constante do certificado.

§ 1º - Quando requerida e mediante reciclagem em Curso de Formação, além do atendimento a outros requisitos, poderá ser autorizada a transferência de categoria pretendida.

§ 2º - Na hipótese de transferência de que trata o § 1º, o novo certificado será entregue mediante a devolução do anterior.

Art 16 - As permissionárias do Município somente admitirão os profissionais de que trata a parte final do art. 1º, portadores do certificado para a respectiva categoria, desde que dentro do seu prazo de validade.

Art 17 - Às permissionárias é vedado manter empregados no exercício de atividades inerentes a Auxiliar de Transporte Coletivo, sem o certificado de sua categoria ou com prazo de validade expirado ou, ainda, que tenha tido seu registro cassado pela SMTU, na forma do que dispõe o art.13, parágrafo único, sob pena de aplicação das sanções previstas no Código Disciplinar.

Art 18 - Em caso de extravio, perda ou subtração do certificado, o Auxiliar deverá comunicar à empresa e, esta, oficialmente à SMTU, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da ocorrência e recebimento do comunicado, respectivamente.

Art.19 - A SMTU editará as normas complementares ao presente decreto, quando necessárias.

Art 20 - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 11.838, de 17.12.92.

Rio de Janeiro, 20 de janeiro de 1995 - 431º de Fundação da Cidade

D.O. RIO de 21.06.95

Retif. em 23.06.95

ANEXO ÚNICO	
CERTIFICADO DE APTIDÃO EM TRANSPORTES	
Nº.: _____ / ____	
Atestamos que _____	RG Nº _____
Órgão Exp. _____ CPF Nº _____	CNH Nº _____ (se motorista)
Nascido em _____	Natural de _____
Filho de _____	e _____
_____ está	
apto a exercer a função de AUXILIAR DE TRANSPORTES na categoria de _____	
_____ Grupo Sanguíneo/RH _____	
Expedido no Rio de Janeiro em, _____ de _____	de _____ valido até _____ / _____ / _____
_____	_____
Recursos Humanos da Empresa/Entidade	Assinatura do Auxiliar de Transporte Coletivo

Decreto nº 14.918 - de 26/06/1996

Acrescenta dispositivos ao Decreto nº 11.519, de 23 de outubro de 1992 - Regulamento do Serviço de Transporte de Escolares.

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica acrescido de inciso III, o art. 26 do Decreto nº 11.519, de 23 de outubro de 1992 - Regulamento do Serviço de Transporte de Escolares do Município do Rio de Janeiro, com a seguinte redação:

Art. 26 -

I -

II -

1 -

2 -

III - Camionetas do tipo "Van", com capacidade mínima de 7 (sete) passageiros sentados "e idade máxima de 5 (cinco) anos para ingresso no serviço e de 7 (sete) anos para permanência, contados a partir do ano de fabricação".

Art. 2º - Os veículos Camionetas "Van", ora introduzidos, deverão ser identificados como prestadores de serviço de transporte escolar, conforme legislação pertinente, não lhes sendo aplicáveis as disposições dos incisos V do art. 9º, VII do art. 10 e I do art. 28 do Regulamento.

Parágrafo único - Aplicam-se aos veículos de que trata o "caput", todas as normas e requisitos exigidos pelo Decreto nº 11.519/92 e demais imposições existentes para os ônibus e microônibus.

Art. 3º - As Empresas, Estabelecimentos de Ensino e Cooperativas ficam obrigados a apresentar, anualmente, comprovante de instituição de seguro a favor de terceiros, por danos pessoais, por pessoa atingida, transportada ou não, além daquele por danos materiais, em valores a serem definidos em resolução do Secretário Municipal de Transportes, seja qual for a classe de veículo utilizado, nos termos do que dispõe o art. 26 do Regulamento do Serviço.

Art. 4º - A Secretaria Municipal de Transportes e a Superintendência Municipal de Transportes Urbanos - SMTU baixarão as normas complementares à presente regulamentação.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de junho de 1996 - 432º de Fundação da Cidade

Decreto nº 16.009 - de 14/08/1997

ALTERA AS DISPOSIÇÕES DO REGULAMENTO DO SERVIÇO COMPLEMENTAR DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS NESTE MUNICÍPIO, APROVADO PELO DECRETO Nº 11.470/92

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a necessidade de adequar a norma municipal às normas gerais pertinentes à matéria em questão,

D E C R E T A:

Art. 1º - O art. 6º, o inciso IV do art. 11 e os incisos III e V do art. 12 do Anexo ao Decreto nº 11.470, de 13 de outubro de 1992, que aprova o Regulamento Complementar de Transporte de Passageiros no Município do Rio de Janeiro, passam a ter a seguinte redação:

"Art. 6º - O Edital fixará as normas técnicas para a adequada execução dos serviços, bem como o critério de julgamento das propostas, respeitadas as disposições legais pertinentes.

Art. 11 -

IV - Alvará de localização e funcionamento do imóvel destinado à guarda e à manutenção do(s) veículo(s) e à administração da empresa;

Art. 12 - III -
Carteira Nacional de Habilitação correspondente ao tipo de veículo objeto de licitação com o mínimo de 2 (dois) anos;

V - Prova negativa civil e criminal feita por certidões dos 1º, 2º, 3º, 4º e 9º Ofícios do Registro de Distribuição e dos Distribuidores das Varas Federais."

Art. 2º - Ficam revogados os arts. 7º e 8º, o inciso X do art. 12, e os arts. 20 e 21 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 11.470/92.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 1997 - 433º de Fundação da Cidade

Decreto n.º 19.376 - de 29/12/2000

Acrescenta parágrafo ao art. 71 e altera redação do § 3.º do art. 92, ambos do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 12.713/94, e dá outras providências.

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1.º Fica acrescentado ao art. 71 do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 12.713/94 o seguinte parágrafo único:

Art. 71.....

Parágrafo único. Quando o posto do cobrador estiver em sentido de marcha e desde que haja janela de emergência entre a porta e o painel traseiro, a área livre para passageiros, anterior à catraca dos ÔNIBUS URBANOS (TIPO I TIPO II) poderá ser inferior a 1,00m² (um metro quadrado).

Art. 2.º O § 3.º do Art. 92 do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 12.713/94 passa a ter a seguinte redação:

“§ 3.º Na parte inferior do braço da catraca poder-se-á colocar dispositivo vazado, do mesmo diâmetro dos tubos de que são feitos os braços, desde que distem, no mínimo, 0,20m (vinte centímetros) do piso do veículo.

Art. 3.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 e dezembro de 2000 - de 436.º de Fundação da Cidade

Lei nº 3.360 de 07/01/2002

Institui o Serviço de Transporte Urbano Especial Complementar de Passageiros em veículos de baixa capacidade, denominado de Subsistema do Transporte Urbano Especial Complementar de Passageiros, integrado ao Sistema Municipal de Transporte Coletivo Urbano do Município do Rio de Janeiro e dá outras providências.

Autores: Comissões de Justiça e Redação; Administração e Assuntos ligados ao Servidor Público; Assuntos Urbanos, Transportes e Trânsito; Higiene, Saúde Pública e Bem-Estar Social e de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira.

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica instituído, no Município do Rio de Janeiro, o Serviço de Transporte Urbano Especial Complementar de Passageiros por veículos de baixa capacidade de transporte de passageiros, denominado de Subsistema de Transporte Urbano Especial Complementar de Passageiros, integrado ao Sistema Municipal de Transporte Coletivo de passageiros por ônibus e microônibus do Município do Rio de Janeiro, regido por esta Lei, pela Lei Complementar n.º 3798, no que couber, pela Lei n.º 8666/93, pelo contrato de permissão e pelas demais normas complementares.

Art. 2.º O serviço instituído por esta Lei visa satisfazer as necessidades de deslocamento urbano dos cidadãos dos diversos bairros, regiões, áreas e subáreas de planejamento do Município, não atendidas pelo transporte convencional ou regular de passageiros, vigentes, ou complementar a este, ambos executados nos termos desta Lei.

Art. 3.º O serviço instituído por esta Lei não exclui a permanência e o contínuo aperfeiçoamento técnico e operacional dos outros serviços integrantes do Sistema Municipal de Transportes de Passageiros, em proteção dos interesses dos usuários e de interesse coletivo de maior fluidez da circulação viária.

Parágrafo Único. VETADO

Art. 4.º Será ocorrência a autorização provisória e a título precário a pessoa física organizada ou não sob a forma de cooperativa, mediante o atendimento integral das condições.

I - possuir Van ou Kombi previamente cadastrada na SMTU entre os dias 9 de janeiro de 2001 e 10 de fevereiro de 2001 e obrigatoriamente aprovado em processo de vistoria, em que fique apurado a segurança do veículo, estado de conservação e demais exigências não somente quanto a este, como também quanto à sua documentação e a do seu titular, candidato à autorização provisória, recebendo então cartão provisório de identificação;

II – VETADO

a) VETADO

b) VETADO

c) VETADO

d) VETADO

e) VETADO

f) VETADO

g) VETADO

h) VETADO

Art. 5.º VETADO

Art. 6.º Será admitido, no máximo, um veículo por autorizatório no Subsistema previsto por esta Lei.

Art. 7.º A autorização para a exploração será dada necessariamente ao condutor de veículo motorizado que comprove no que couber, o atendimento aos seguintes requisitos:

I - não exercer qualquer atividade ou negócio em nome pessoal ou em sociedade;

II – VETADO;

III - não haver sido condenado por crime contra o patrimônio, contra os costumes, falimentar comprovado através de certidões criminais negativas dos distribuidores do seu último domicílio.

Art. 8.º Será considerado condutor autorizatário aquele que for credenciado pela SMTU, através da outorga da autorização provisória.

Art. 9.º É considerado de porte obrigatório para os autorizatários a seguinte documentação:

I - Carteira Nacional de Habilitação, categoria "D" conforme o art. 143, inciso IV do Código Brasileiro de Trânsito;

II - Documento Único de Trânsito-DUT;

III - cartão de identificação pessoal do condutor;

IV - cédula de identidade civil;

V - selo de vistoria;

VI - certificado de cadastro de veículo;

VII - nada consta do veículo no DETRAN/RJ.

Art. 10. O selo de vistoria e o certificado de cadastro do veículo terão validade de um ano, renovável, uma única vez, por igual período, dependendo de nova vistoria até a realização do processo licitatório, aplicando-se, no que couber, a Lei Complementar n.º 37, de 14 de julho de 1998.

Art. 11. A ausência da vistoria anual obrigatória sujeitará o autorizatário ao pagamento de multas, além de outras sanções, chegando à cassação da autorização.

Art. 12. Não será permitida a guarda dos veículos em logradouros públicos.

Art. 13. VETADO

Art. 14. Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênio com a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro para atuar na fiscalização, em conjunto com a Guarda Municipal, e sob a coordenação da SMTR/SMTU.

Art. 15. VETADO

Art. 16. VETADO

Parágrafo Único. A penalidade prevista caput de desemplacamento e remoção será aplicada pela SMTU, no prazo de cinco dias úteis contados do dia da apreensão do veículo, comunicando-se ao DETRAN/RJ.

Art. 17. A disposição do espaço interno do veículo deverá seguir as normas dos padrões técnicos a serem editados pela SMTU.

Art. 18. A frota utilizada deverá adotar veículos com capacidade de, no mínimo nove passageiros, incluído o motorista, e de, no máximo, dezesseis passageiros, incluído o motorista, comprovados pelo DUT, exclusivamente sentados, além de terem obrigatoriamente rodagem simples.

§ 1.º VETADO

§ 2.º As características internas e externas dos veículos obedecerão às normas e especificações técnicas do fabricante e da SMTU, devendo conter equipamento registrador instantâneo de velocidade e tempo (tacógrafo).

§ 3.º Os veículos automotores deverão dispor de controle de itinerário, frequência, velocidade e parada nos pontos.

Art. 19. Os veículos deverão, obrigatoriamente, ter cores diferenciadas de acordo com área de atuação para qual foram autorizados, número de ordem e demais dados identificadores.

Art. 20. O veículo será substituído imediatamente nos seguintes casos:

I - VETADO

II - quando, em caso de acidente ou colisão, a perda for total;

III - quando o veículo não oferecer as condições de segurança e de circulação exigidas pela legislação em vigor.

Art. 21. VETADO.

Art. 22. O transporte de bagagem está incluído no valor da passagem, não comportando qualquer acréscimo.

Art. 23. Os autorizatários estão obrigados a acatar as disposições legais e regulamentares, plano operacional e instruções complementares estabelecidas pela SMTU e especial;

I - manter o veículo em perfeitas condições de segurança e conforto;

II - recusar passageiros que portem qualquer tipo de arma, exceto autoridades policiais.

Art. 24. O autorizatário deverá apresentar apólice de seguro obrigatório e, também, seguro de responsabilidade civil, em favor de terceiros, por danos por pessoas atingidas e por danos materiais, em valor a ser definido pela SMTU.

Art. 25. O autorizatário que infringir reincidentemente por três vezes, no período de um ano, o Código Disciplinar de Transporte Urbano Especial Complementar, a ser editado pelo Poder Executivo, perderá a sua autorização, garantido o direito de defesa.

Art. 26. A atividade de exploração no serviço de transporte que trata a presente Lei, encontra-se sujeita à incidência do Imposto Sobre Serviços - ISS, na forma de legislação própria, devendo o recolhimento respectivo ser comprovado junto à SMTU.

Art. 27. Cada veículo deverá reservar um lugar para as gratuidades, por viagem, nos veículos com capacidade de nove passageiros a onze passageiros, e dois lugares, por viagem, nos veículos com capacidade de doze a dezesseis passageiros, conforme as gratuidades preconizadas no inciso II do artigo 401 da Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, a Lei n.º 3.167 de 27 de dezembro de 2001 e o Decreto n.º 19.936 de 22 de maio de 2001 que a regulamenta no seu artigo 6.º

Art. 28. Os itinerários serão fixados pela SMTU, que definirá a origem e o destino da linha, vem como as vias de circulação obrigatória.

§ 1.º Quando houver sobreposição com uma ou mais linhas de ônibus existentes, a mesma terá que ocorrer em cem por cento da linha, ou seja, origem e destino, ficando vedada a realização de viagens parciais.

§ 2.º Os pontos de parada específicos, ao longo de seus itinerários, deverão obedecer a uma distância de, no mínimo, cinquenta metros, contatos do início ou término dos pontos de parada do sistema Municipal de Transporte Coletivo por ônibus, e obedecer o disposto no Código Brasileiro de Trânsito.

§ 3.º Fica proibida a parada e o estacionamento de veículos do tipo Van, Kombi ou qualquer similar nos pontos de parada dos ônibus e microônibus a qualquer título, impedindo-se assim que possam angariar passageiros nesses locais ou qualquer outro fim, pena de imposição de multa, por infração, de trezentos reais.

Art. 29. A fiscalização da SMTU poderá determinar a imediata retirada dos veículos de tráfego, sempre que constatar irregularidades ou não cumprimento de normas e determinações referentes as condições de higiene, segurança, conforto e regularização do veículo.

Art. 30. São direitos do usuário:

I - receber serviço de qualidade;

II - ter acesso fácil e permanente a informações sobre itinerário, período operacional e outros dados pertinentes a operação deste serviço;

III - usufruir do transporte com regularidade de roteiros, frequência de viagens, inclusive sábados, domingos e feriados, no horário compreendido entre quatro e vinte e quatro horas;

IV - ter garantia de resposta as reclamações formuladas sobre deficiência na operação do serviço;

V - propor medidas que visem a melhoria do serviço prestado;

VI - ser tratado com urbanidade e respeito pelos autorizatários, bem como pelos agentes da fiscalização da SMTU, Guarda Municipal e Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro;

VII - usufruir da gratuidade em conformidade com a lei.

Art. 31. A SMTU usará a Ouvidoria já existente para garantir ao usuário canal para reclamações, sugestões e informações, objetivando a melhoria e aperfeiçoamento do serviço.

Art. 32. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar, no prazo de trinta dias contados da data de aprovação da presente Lei, ampla campanha de divulgação das gratuidades legais em kombis, vans.

Art. 33. O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, no prazo de trinta dias, contados da data da sua publicação.

Art. 34. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Decreto nº 21740 de 12/07/2002

Regulamenta a Lei n.º 3.360, de 7 de janeiro de 2002, e dá outras providências.

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais e, tendo em vista o constante do processo administrativo n.º 03/105.658/2002 e,

considerando o disposto na Lei n.º 3.360, de 7 de janeiro de 2002, que instituiu o serviço de transporte urbano complementar de passageiros em veículos de baixa capacidade, denominado de Subsistema de Transporte Urbano Especial Complementar de Passageiros, integrado ao Sistema Municipal de Transporte Coletivo Urbano do Município do Rio de Janeiro;

considerando que não pode o poder público deixar de adotar medidas administrativas necessárias à regulamentação da atividade de transporte urbano complementar de passageiros em veículos de baixa capacidade, porquanto o seu exercício repercute na segurança do usuário e dos demais cidadãos que utilizam as vias públicas;

considerando que o ordenamento dos serviços de transporte público é de suma importância para a qualidade de vida da Cidade;

considerando que a realização do competente processo licitatório demanda prévio estudo técnico que informe a real necessidade do serviço nas diversas áreas e bairros do Município, bem como a definição dos trajetos, horários e estimativa de tarifas pertinentes;

considerando a necessidade de estabelecer o Código Disciplinar de Infrações e Penalidades do Subsistema de Transporte Urbano Especial Complementar de Passageiros, com o objetivo de permitir fiscalização mais adequada à implantação desse Subsistema;

DECRETA

Art. 1.º O serviço de transporte urbano especial complementar de passageiros em veículos de baixa capacidade será prestado por profissionais autônomos, organizados ou não sob a forma de cooperativas, constituídas conforme a legislação vigente, registradas na Superintendência Municipal de Transportes Urbanos — SMTU, obedecidas as normas da Lei n.º 3.360, de 7 de janeiro de 2002, as exigências deste Decreto, as normas complementares a serem estabelecidas, bem como a legislação municipal, estadual e federal pertinente.

Parágrafo único. Somente será incluída nas regras desta regulamentação a cooperativa formada única e exclusivamente para atuar na área de transporte de passageiros.

Art. 2.º O Subsistema de Transporte Urbano Especial Complementar de Passageiros tem por finalidade completar o serviço convencional por ônibus, devendo atender, prioritariamente, às ligações intrabairros e interbairros.

Art. 3.º Compete à Secretaria Municipal de Transportes, por meio da Superintendência Municipal de Transportes Urbanos, planejar, projetar, supervisionar e fiscalizar, com o auxílio da Guarda Municipal, esse Subsistema, além de poder firmar convênio com a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, conforme preconiza o art. 14 da Lei n.º 3.360, de 2002.

Art. 4.º A exploração do serviço referente ao presente Subsistema dar-se-á mediante Termo de Permissão precedido de competente licitação pública.

Parágrafo único. Enquanto não estabelecidas as condições e concluída a licitação de que cuida o caput, o serviço será prestado por pessoas credenciadas, entre os dias 9 de janeiro e 10 de fevereiro de 2001, pela SMTU, por meio de outorga de autorização pessoal, intransferível, provisória e de caráter precário, desde que cumpridas as exigências de vistoria, documentação e demais normas regulamentares, na forma do art. 4.º, I, da Lei n.º 3.360, de 2002.

Art. 5.º Aplicam-se aos autorizatários, no que couber, as mesmas regras previstas para os permissionários.

Art. 6.º É vedada a outorga de permissão/autorização:

I — aos titulares de permissão ou autorização de transporte coletivo ou individual de passageiros, ainda que na condição de motorista auxiliar;

II — aos que exercerem função fiscalizatória e de polícia, nos níveis municipal, estadual ou federal;

III — aos que exercerem outra qualquer atividade empresarial.

Art. 7.º Mediante autorização provisória, considera-se autorizatário o condutor de veículo credenciado pela SMTU que tenha cumprido os requisitos dos arts. 4.º e 7.º da Lei n.º 3.360, de 2002, bem como tenha concluído, esteja cursando ou matriculado em curso coordenado pela SMTU, que abranja, no mínimo, os seguintes conteúdos: legislação de trânsito, primeiros socorros, direção defensiva e procedimentos operacionais da SMTU.

Art. 8.º Considera-se auxiliar o condutor de veículo credenciado pela SMTU, indicado pelo próprio permissionário/autorizatário para substituí-lo em suas ausências, desde que apresente a documentação pertinente, inclusive relativa ao curso mencionado no art. 7.º, devendo ser ainda cooperativado ou ter sua carteira assinada, de acordo com a legislação trabalhista.

Parágrafo único. O permissionário/autorizatário só poderá indicar um condutor como seu auxiliar, podendo este ser substituído a qualquer momento através de documento próprio definido pela SMTU.

Art. 9.º Será negado o registro de condutor auxiliar nos seguintes casos:

I — quando permissionário/autorizatário do serviço;

II — quando já registrado com outro permissionário/autorizatário;

III — quando suspenso ou impedido de dirigir por determinação legal;

IV — quando afastado do Subsistema Especial Complementar por motivo disciplinar;

V — quando exercer função fiscalizatória e de polícia nos níveis municipal, estadual ou federal.

Art. 10. A frota utilizada no Subsistema Municipal de Transporte Urbano Especial Complementar adotará veículos com capacidade, comprovada pelo Documento Único de Trânsito — DUT, de oito passageiros no mínimo, e dezesseis passageiros no máximo, exclusivamente sentados, excluindo o motorista, além de terem os veículos, obrigatoriamente, rodagem simples.

Art. 11. Considera-se de porte obrigatório para os condutores auxiliares a documentação prevista para os condutores autorizatários, conforme o art. 9.º, I a VII, da Lei n.º 3.360, de 2002.

Parágrafo único. Aos condutores de veículos com capacidade de, no máximo, oito passageiros, excluindo o motorista, hoje incluso regularmente no inciso II do art. 148 do Código de Trânsito Brasileiro, fica dado o prazo de um ano para a obtenção da Carteira Nacional de Habilitação, Categoria “D”, conforme o art. 143, IV, do Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 12. Os veículos, para efeito do serviço de que trata este Regulamento, terão vida útil de, no máximo, setenta e dois meses, a contar da data de seu licenciamento, podendo entrar no Subsistema com, no máximo, trinta e seis meses, a contar da data de seu licenciamento.

Parágrafo único. Os permissionários/autorizatários terão prazo máximo de até dezoito meses para se ajustarem à regra de vida útil do veículo, a contar da data de publicação deste Decreto, sob pena de cassação da autorização/permissão.

Art. 13. A utilização de equipamentos sonoros fica subordinada à aprovação prévia da SMTU, ouvida a Secretaria Municipal de Governo.

Art. 14. O controle de itinerário, frequência, velocidade e parada nos pontos, mediante equipamento próprio, deverá ser implantado em projeto conjunto, levando em conta todos os vetores de transportes, e coordenado pela Secretaria Municipal de Transportes.

Art. 15. O Serviço de Transporte mencionado neste Regulamento será remunerado por tarifa máxima, fixada por decreto, após prévio estudo realizado pela SMTU.

Parágrafo único. Na fixação da tarifa deverão ser considerados, dentre outros itens, os custos fixos e os variáveis, a quilometragem pertinente a cada roteiro e o número de passageiros transportados.

Art. 16. Os permissionários/autorizatários e os auxiliares, além do estabelecido no art. 23 da Lei n.º 3.360, de 2002, ficam obrigados a:

I — negar-se a transportar cargas consideradas perigosas;

II — cumprir obrigações fiscais;

- III — observar carga horária de trabalho compatível com a segurança e o bom atendimento ao usuário;
- IV — informar pessoalmente à SMTU qualquer entrada ou desligamento de auxiliar e obter o protocolo, sem o que a substituição será considerada irregular;
- V — manter-se trajado a contento e com aparência e comportamento pessoal adequados ao atendimento ao público;
- VI — comunicar pessoalmente à SMTU, ou por meio da cooperativa, qualquer alteração de endereço, num prazo máximo de setenta e duas horas;
- VII — tratar com educação e urbanidade os passageiros e o público;
- VIII — não recusar passageiros, salvo nos casos previstos neste Regulamento;
- IX — cobrar a passagem pela tarifa máxima oficial vigente, restituindo o troco, se for o caso;
- X — fixar, em lugar visível, o valor da tarifa;
- XI — não fumar nem permitir que se fume no interior do veículo;
- XII — não fazer uso de equipamento sonoro, salvo se autorizado pela SMTU, ouvida a Secretaria Municipal de Governo;
- XIII — por ocasião da vistoria, renovar a autorização por mais um ano;
- XIV — devolver a documentação pertinente à SMTU quando ocorrer baixa de serviço;
- XV — apresentar o DUT à SMTU nos escritórios de substituição do veículo;
- XVI — não alterar, sem a devida autorização da SMTU, combustível especificado no DUT para funcionamento do veículo, obedecendo as orientações dos órgãos do Sistema Nacional de Trânsito;
- XVII — não permitir excesso de lotação, respeitando o número de bancos disponíveis segundo a documentação;
- XVIII — não abastecer o veículo quando estiver transportando passageiros;
- XIX — prestar todas as informações necessárias ao usuário;
- XX — dirigir o veículo de modo a não prejudicar a segurança e o conforto do usuário;
- XXI — manter velocidade respeitando sempre os limites regulamentares;
- XXII — obedecer rigorosamente à disponibilidade de assentos para os beneficiários de gratuidades, conforme preconiza a Constituição Federal, o art. 401 da Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro; em especial, a Lei n.º 3.167, de 27 de dezembro de 2000, e o art. 27 da Lei n.º 3.360, 2002.

Art. 17. São direitos dos permissionários/autorizatórios:

- I — peticionar à SMTU sobre assuntos pertinentes ao serviço;
- II — recusar-se a transportar usuários portando objetos que possam causar danos ao veículo ou prejudicar-lhe o aseo;
- III — recusar-se a transportar usuário que apresente sintomas de embriaguez ou que se encontre visivelmente sob efeito de drogas;
- IV — recusar-se a transportar usuário com roupas de banho;
- V — recusar-se a transportar usuário portador de bagagem que ultrapasse seu próprio limite de acomodação, causando desconforto aos demais usuários.

Art. 18. A Superintendência Municipal de Transportes Urbanos deverá dispor de local para depósito de veículos que forem apreendidos em serviços de fiscalização, por contrariarem o disposto na Lei n.º 3.360, de 2002, nesta Regulamentação e em seu Código Disciplinar.

Art. 19. A SMTU exercerá a fiscalização dando ênfase especial aos aspectos relacionados à segurança, ao conforto dos usuários, à pontualidade e à regularidade do serviço.

Art. 20. As penalidades administrativas aplicáveis, separada ou cumulativamente, sem prejuízo de eventual responsabilidade penal, são:

- I — multa;
- II — lacre;
- III — apreensão e remoção de veículo;
- IV — suspensão da permissão/autorização ;
- V — cassação da permissão/autorização ;
- VI — suspensão de registro do auxiliar;
- VII — cassação do registro do auxiliar.

Art. 21. As penalidades aplicáveis aos permissionários/autorizatórios obedecerão às seguintes relações:

I — multa por infração ao § 3.º do art. 28 da Lei n.º 3.360, de 2002, e a requisitos técnicos essenciais que afetem a segurança e o conforto do usuário, bem como por infração aos parâmetros operacionais estabelecidos pela SMTU;

II — apreensão e remoção do veículo para local adequado, indicado pela SMTR/SMTU:

- a) quando a infração atentar contra a segurança do usuário;
- b) quando o veículo não estiver devidamente cadastrado na SMTU;
- c) quando o veículo, com passageiros, realizar viagens fora do itinerário autorizado pela SMTU e sem autorização/documentação específica para tal, a ser regulamentada pela SMTU;
- d) quando da utilização de veículos fora da padronização visual adequada, estabelecida pela SMTU, ou acima da idade útil determinada neste Regulamento, garantidos os prazos de adaptação;
- e) quando, apesar de multado, continuar a apresentar a mesma deficiência;
- f) quando estiver sendo executado transporte especial complementar sem o devido termo de autorização/permissão da SMTU;
- g) quando o veículo estiver sendo conduzido por terceiros sem a prévia autorização da SMTU;
- h) quando o condutor permissionário/autorizatório ou auxiliar do Sistema Especial Complementar estiverem prestando outro serviço, como fretamento, escolar, complementar;
- i) quando não apresentar o selo de vistoria do ano em curso, por final de placa;
- j) quando não portar documentação obrigatória para a operação do serviço;

III — lacre, pelos mesmos motivos do inciso II, quando não houver possibilidade de remoção;

IV — suspensão e cassação do registro de pessoal da operação, nos casos de violação deste Regulamento em que for aplicável esta penalidade;

V — suspensão da permissão/autorização, quando verificado que o permissionário/autorizatório não apresenta, temporariamente, condições de operar o serviço, observadas as condições estabelecidas pela SMTU, e, nos seguintes casos, quando o condutor permissionário/autorizatório estiver no exercício da função:

- a) portar arma de qualquer espécie ou trazê-la no interior do veículo, quando deverá ser acompanhado até a delegacia mais próxima com o veículo;
- b) recusar acatamento às determinações emanadas da fiscalização da SMTU e da Guarda Municipal;
- c) portar ou transportar no veículo qualquer tipo de mercadoria de manuseio e/ou uso proibido;
- d) dirigir inadequadamente, pondo em risco a vida de passageiros, ao desobedecer às regras de sinalização ou aumentar o risco de acidentes;

VI — cassação da permissão/autorização, nos casos de:

- a) freqüente suspensão do serviço, apurada por meio de processo de fiscalização pela SMTU;
- b) transferência a terceiros, não credenciados, da responsabilidade pela prestação de serviços quando o operador estiver com carteira vencida ou portar carteira de habilitação inadequada para o veículo operado;
- c) apresentação de documentação que se comprove ser fraudulenta;
- d) retirada de circulação do veículo, sem comunicação à SMTU;
- e) alienação do veículo utilizado na prestação do serviço, sem a autorização da SMTU e sua devida descaracterização;
- f) ausência de apresentação do veículo a duas vistorias consecutivas;
- g) o condutor permissionário/autorizatório, no exercício da função, ingerir bebida alcoólica ou qualquer substância entorpecente, inclusive barbitúricos, antes ou depois do serviço;
- h) reincidência nas hipóteses previstas na suspensão da permissão/autorização.

Art. 22. A suspensão do registro do condutor auxiliar, sem prejuízo da multa que couber, ocorrerá nos casos citados no art. 21, V, a, b, c e d.

Parágrafo único. O tempo de suspensão do registro não poderá ser superior a trinta dias.

Art. 23. A cassação do registro do condutor auxiliar, sem prejuízo da multa que houver, ocorrerá nos seguintes casos:

I — ingestão de bebida alcoólica ou qualquer substância entorpecente, inclusive barbitúricos, antes ou durante o serviço;

II — reincidência nas hipóteses do art. 22, conforme regra estabelecida no Código Disciplinar de Infrações e Penalidades, conforme o Anexo Único.

Art. 24. São competentes para a aplicação das penalidades previstas neste Regulamento:

I — o Secretário Municipal de Transportes, no caso de cassação de permissão/autorização;
II — o Presidente da Superintendência Municipal de Transportes Urbanos, submetido à ratificação do Secretário Municipal de Transportes, nos casos de:

- a) suspensão da permissão/autorização;
 - b) suspensão e cassação de registro de condutor auxiliar;
- III — os agentes de fiscalização da SMTU e da Guarda Municipal, nos casos de:

- a) autuação dos condutores autorizados/permissionários e auxiliares;
- b) apreensão e remoção de veículo ou lacre.

Parágrafo único. As multas serão aplicadas mediante lavratura de autuação, de acordo com as normas previstas neste Regulamento.

Art. 25. A apreensão e remoção do veículo, ou seu lacre, dar-se-á sem prejuízo da multa correspondente.

Art. 26. A apreensão do veículo far-se-á mediante Auto de Apreensão, com indicação do depositário, fornecendo à parte interessada cópia do referido termo e respectivo arrolamento, até que o permissionário/autorizado atenda às exigências a que estiver obrigado.

§ 1.º O lacre ficará registrado no sistema da SMTU até que sejam atendidas as exigências pertinentes.

§ 2.º A circulação do veículo com lacre acarretará penalidade prevista no Código Disciplinar de Penalidades e Infrações, conforme o Anexo Único.

Art. 27. O Auto de Apreensão será acumulado com o Auto de Infração.

Art. 28. A Comissão de Recursos Infracionários da SMTU será responsável pelo julgamento de recursos, assegurado o direito de defesa em processo administrativo iniciado pelo Auto de Infração.

Parágrafo único. O prazo para apresentação de recursos é de dez dias corridos, a contar da data de recebimento da notificação pelo infrator.

Art. 29. Ficam garantidos os direitos dos usuários, conforme preconiza o art. 30 da Lei n.º 3.360, de 2002.

Art. 30. As multas por descumprimento do disposto neste Regulamento estão fixadas no Código Disciplinar de Infrações e Penalidades, conforme o Anexo Único.

Art. 31. Ficam revogados o Decreto n.º 19.951, de 30 de março de 2001, e o Decreto n.º 20.456, de 24 de agosto de 2001.

Art. 32. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 12 de julho de 2002 - 438.º ano da Fundação da Cidade

CÓDIGO DISCIPLINAR DE INFRAÇÕES E PENALIDADES DO SUBSISTEMA DE TRANSPORTE URBANO ESPECIAL
COMPLEMENTAR DE PASSAGEIROS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

CAPÍTULO I
DAS PENALIDADES

Art. 1.º Ocorrerá cassação da Autorização (A1):

I — se não houver a requisição de baixa ou alteração da respectiva inscrição ou dos dados cadastrais no caso de encerramento da atividade;

II — se o exercício da função se der sob efeito de álcool ou qualquer substância entorpecente, incluindo barbitúricos, que afete de qualquer forma as condições físicas ou mentais necessárias ao bom desempenho do serviço;

III — se ocorrer a entrega de veículo a terceiros que não possuam prévia autorização da Superintendência Municipal de Transportes Urbanos — SMTU, quando o operador tiver carteira vencida ou portar carteira de habilitação inadequada para o veículo operado;

IV — se houver apresentação de documentação que se comprove fraudulenta;

V — se houver alienação do veículo utilizado na prestação do serviço sem a autorização da SMTU e a devida descaracterização do mesmo junto ao citado órgão;

VI — se ocorrer não-comparecimento à vistoria anual por duas vezes consecutivas;

VII — em caso de terceira reincidência em infração idêntica, cometida num intervalo de trezentos e sessenta dias, a contar da primeira infração.

Art. 2.º Haverá multa (A2) de R\$3.043,00 (três mil e quarenta e três reais), com apreensão e remoção do veículo, ou lacre, em caso:

I — de execução de transporte especial complementar sem o devido Termo de Autorização/Permissão da SMTU;

II — de manutenção no serviço de transporte, cooperação ou facilitação da operação de veículo agregado, ou de propriedade do autorizatário/permissionário, não registrado na SMTU;

III — de utilização do veículo para outro tipo de serviço, como fretamento, escolar ou complementar;

IV — de entrega de veículos a terceiros sem prévia autorização da SMTU;

V — de circulação com veículo lacrado.

Art. 3.º Haverá multa (A3) de R\$643,00 (seiscentos e quarenta e três reais) e suspensão de registro de auxiliar ou de autorização do condutor autorizatário em caso:

I — de desacatamento das determinações emanadas da fiscalização da SMTU, bem como da Guarda Municipal;

II — porte ou manutenção no veículo de arma de qualquer espécie;

III — porte ou transporte no veículo de qualquer tipo de mercadoria de manuseio e/ou uso proibido;

IV — direção inadequada, que ponha em risco a vida de passageiros, desobedeça às regras de sinalização ou aumente o risco de acidentes.

Art. 4.º Haverá multa (A4) de R\$438,20 (quatrocentos e trinta e oito reais e vinte centavos) com apreensão e remoção do veículo, ou lacre, em caso:

I — de não-apresentação do veículo para vistoria ordinária ou extraordinária nas datas determinadas pela SMTU;

II — de o autorizatário/permissionário não portar a documentação obrigatória para operação do serviço;

III — de o autorizatário/permissionário operar com veículo fora dos padrões estabelecidos pela SMTU ou com idade superior à determinada pela Regulamentação da Lei n.º 3.360, de 14 de março de 2002;

IV — de identificação externa do veículo em desacordo com as normas editadas pelo Poder Público;

V — de operação fora dos limites geográficos determinados para a linha autorizada pela SMTU, com passageiros, e sem autorização/documentação específica para tal, a ser regulamentada pelo mesmo órgão;

VI — de ausência, mau funcionamento ou inoperância dos equipamentos obrigatórios de segurança de que trata a Resolução CONTRAN n.º 14, de 1998;

VII — de falta de selo de vistoria ou selo vencido;

VIII — de inatividade de motor de arranque;

IX — de trânsito com derramamento de combustível ou lubrificantes na via pública.

Art. 5.º Haverá multa (A5) de R\$300,00 (trezentos reais) em caso de parada em pontos determinados para o Sistema de Transporte Coletivo por Ônibus.

Art. 6.º Haverá multa (A6) de R\$219,10 (duzentos e dezenove reais e dez centavos) em caso:

I — de transporte de passageiros em quantitativo que exceda o estabelecido para a capacidade licenciada do veículo, por passageiro excedente;

II — de mau funcionamento das janelas;

III — de mau funcionamento das portas;

IV — de parada ou estacionamento do veículo para embarque ou desembarque de passageiros em local não autorizado a operar, exceto por motivos e circunstâncias plenamente justificáveis, desde que aceitas pela SMTU;

V — de o veículo ser posto em movimento ou transitar com a porta aberta;

VI — de ser dada a partida no veículo com passageiros embarcando e desembarcando;

VII — de prática de atitude inconveniente ou de falta de urbanidade no trato com o usuário ou com os agentes de fiscalização da SMTU e da Guarda Municipal;

VIII — de cobrança de tarifa diferente do valor aprovado ou de recusa da devolução do troco.

Art. 7.º Haverá multa (A7) de R\$136,00 (cento e trinta e seis reais) em caso:

I — de não haver, no prazo de cinco dias da ocorrência do fato, comunicação à SMTU de toda alteração qualitativa e/ou quantitativa dos dados fornecidos na ocasião do requerimento de Autorização;

II — de dificuldade do acesso de servidores da SMTU, que estejam em funções de fiscalização, às dependências da cooperativa ou local de guarda dos veículos, aos documentos de controle operacional, inclusive qualquer ação ou omissão que implique embaraço, dificuldade ou impedimento à ação fiscalizadora;

III — de não-atendimento a ofícios, intimações, ordens, avisos, instruções e comunicações expedidas pela SMTU, na forma e nos prazos determinados;

IV — de mau estado dos bancos, seja por estofamento rasgado, molejo sem efeito ou partes quebradas;

V — de falta de vidros ou presença de vidros quebrados;

VI — de falta de limpeza interna e/ou externa;

VII — de mau estado de carroceria;

VIII — de mau estado de pintura;

IX — de colocação desautorizada de adesivos ou decalques;

X — de não-afixação e transmissão inadequada, no veículo, das comunicações determinadas pela SMTU;

XI — de não-comunicação da ocorrência de acidentes;

XII — de recusa do transporte de gratuidades, de acordo com a legislação vigente;

XIII — de não-afixação, em lugar visível, do valor da tarifa.

Art. 8.º Haverá multa (A8) de R\$90,40 (noventa reais e quarenta centavos) em caso:

I — de alguém fumar no interior do veículo;

II — de utilização de aparelhos sonoros no interior do veículo, exceto em casos autorizados pela SMTU;

III — de abastecimento de combustível ou manutenção do veículo com passageiros a bordo;

IV — de não ocorrer uso de uniforme ou traje adequado, ou seja, calça comprida, camisa e sapato, para ambos os sexos.

CAPÍTULO II DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 9.º Os autorizatários respondem sempre e em qualquer circunstância pelas penalidades pecuniárias com base neste Código Disciplinar.

§ 1.º Em caso de imposição de penalidade administrativa, o autorizatário poderá identificar o real infrator mediante declaração escrita firmada por ambos.

§ 2.º A reincidência em infrações idênticas, cometidas num intervalo de trezentos e sessenta dias, a contar da primeira infração, ensejará pena dobrada com apreensão, seguida de suspensão do registro na segunda e cassação na terceira.

§ 3.º As infrações correspondentes às penalidades previstas nos arts. 3.º, 4.º, 5.º, 6.º, 7.º e 8.º deste Código Disciplinar, além das penalidades pecuniárias e administrativas previstas, obrigarão a curso de vinte horas, com conteúdo a ser definido pela SMTU.

Decreto nº 23865 de 19/12/2003

Altera o parágrafo único do art. 4.º do Decreto n.º 21.740, de 12 de julho de 2002 na forma que menciona.

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1.º Fica alterado o parágrafo único do artigo 4.º do Decreto n.º 21740, de 12 de julho de 2002, que passa a vigorar com a seguinte redação complementar.

“Art. 4.º

Parágrafo único. admitida a correção de dados cadastrais, nos seguintes casos:

I – quando do óbito ou invalidez permanente do cadastrado, respeitado, preferencialmente, o direito do cônjuge e descendentes diretos;

II – na oportunidade de alteração do domínio do veículo ou da substituição do cadastro pelo auxiliar.”

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 2003 – 439º ano da fundação da Cidade

Decreto nº 23931 de 28/01/2004.

Altera o Decreto nº 11.519/92, que aprova o Regulamento do Serviço de Transporte de Escolares no Município do Rio de Janeiro e respectivo Código Disciplinar, com as alterações do Decreto “N” nº 14.918/96, e dá outras providências.

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais e,

considerando a tendência do usuário de optar por transporte de menor porte,

considerando a necessidade de buscar o equilíbrio entre as normas de regência do transporte escolar praticado por veículos ônibus e aquele operado com a utilização de veículos tipo “van”,

considerando a necessidade de permanente atualização da legislação que legislação imposta ao transporte legalizado.

DECRETA

Art. 1.º O inciso III, do art. 26, do Decreto nº 11.519, de 23 de outubro de 1992 - Regulamento do Serviço de Transporte de Escolares do Município do Rio de Janeiro - que lhe foi acrescentado pelo Decreto “N” nº 14.918, de 26 de junho de 1996, passa a ter a seguinte redação:

“III – Camionetas do tipo “van”, com capacidade mínima de 07(sete) passageiros sentados e idade máxima de 05 (cinco) anos para ingresso no serviço e de 07(sete) anos para permanência, contados a partir do ano do primeiro licenciamento, admitida a utilização de veículos com idade superior a 07(sete) anos, até o máximo de 09 (nove) anos, mediante comprovada eficiência operacional e estado geral do veículo através de segunda vistoria anual obrigatória.”

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 2004 - 439º ano da fundação da Cidade.

Decreto nº 24.934 de 09/12/2004

Institui Serviço de Transporte Especial de Passageiros para atender as Pessoas com necessidades especiais.

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo nº 03/115.999/2004 e,

considerando o que preconiza a Declaração dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiências, proclamada pela Resolução da ONU nº 2542/75;

considerando que o Município do Rio de Janeiro deve buscar assegurar às pessoas portadoras de qualquer deficiência a plena inserção na vida econômica e social, nos termos do disposto no art. 13 de sua Lei Orgânica – LOM – RJ;

considerando o que dispõe o art. 2º, inciso I da Lei nº 2582, de 28 de outubro de 1997, que institui o Serviço de Transporte Coletivo de Passageiros Sob Regime de Fretamento;

considerando que, em determinadas situações, impõem-se adaptações tecnológicas para atendimento das pessoas com necessidades especiais, as quais se mostram economicamente viáveis em veículos de menor porte,

DECRETA

Art. 1.º Fica instituído o Serviço de Transporte Especial de Passageiros sob regime de fretamento para atender às exigências individuais ou coletivas de deslocamentos das pessoas com necessidades especiais de que trata o art. 2º, inciso I da Lei nº 2582, de 28 de outubro de 1997, portadoras de deficiência física temporária ou permanente, idosos e outros, sem caráter de exclusividade.

Art. 2.º O serviço ora instituído e seus operadores estarão submetidos às normas da Lei nº 2582/97 e regulamento baixado pelo Decreto nº 17349, de 28 de fevereiro de 1999, com seu Código Disciplinar.

Parágrafo único. Todos os operadores deverão comprovar a participação em curso específico sobre transporte de pessoas com necessidades especiais ministrado por instituição credenciada.

Art. 3.º O serviço de que trata este Decreto poderá também ser praticado por permissionários do Serviço de Transporte Individual de Passageiros em Veículos de Aluguel a Taxímetro – TÁXI, do Município do Rio de Janeiro, que optarem por esta modalidade.

Art. 4.º Para a prestação deste serviço especial os veículos deverão estar adaptados com plataforma elevatória na extremidade traseira ou lateral, conforme planta do equipamento a ser aprovada pela Superintendência Municipal de Transportes Urbanos – SMTU, ademais das seguintes características uniformizadoras.

I – identificação mediante afixação de adesivo com o símbolo indicativo universal de sua utilização por pessoas portadoras de deficiência física, na traseira e tampa frontal;

II - padronização cromática externa inversa àquela estabelecida para o Serviço de Transporte Individual de Passageiros em veículos Táxis da categoria convencional (azul cobalto com faixa amarelo Java);

III – os veículos deverão ter capacidade para transportar até dois acompanhantes, além do motorista.

Art. 5.º O Serviço Especial de Transporte ora instituído será remunerado pelo usuário de acordo com tabela tarifária expedida pela Secretaria Municipal de Transportes – SMTR, elaborada com base da Unidade Taximétrica – UT, adotada para o serviço de táxis convencionais.

Art. 6.º Fica revogado o Decreto nº 23227, de 30 de julho de 2003, com a alteração do Decreto nº 24521, de 12 de agosto de 2004.

Art. 7.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

Rio de Janeiro, 9 de dezembro de 2004 – 440º ano da fundação da Cidade.

Decreto nº 25276 de 19/04/2005

Altera o anexo único do Decreto nº21.740, de 12/07/2002, que regulamenta a lei nº3.360, de 07/01/2002.

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta no processo administrativo nº03/005.115/2004,

DECRETA

Art. 1.º Fica alterada a redação do Anexo Único do Decreto Nº 21.740, de 07 de janeiro de 2002 - CÓDIGO DISCIPLINAR DE INFRAÇÕES E PENALIDADES DO SUBSISTEMA DE TRANSPORTE URBANO ESPECIAL COMPLEMENTAR DE PASSAGEIROS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - que passa a vigorar com a redação contida no ANEXO do presente Decreto.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 19 de Abril de 2005 – 441º ano da fundação da Cidade.

**Código Disciplinar de Infrações e Penalidades do Subsistema de Transporte Urbano Especial
Complementar de Passageiros do Município do Rio de Janeiro.**

CAPÍTULO I
DAS PENALIDADES

Art. 1º Ocorrerá a cassação da Autorização (A1)

I – se não houver a requisição de baixa ou alteração da respectiva inscrição ou dos dados cadastrais no caso de encerramento da atividade.

II – se o exercício da função se der sob o efeito de álcool ou qualquer substância entorpecente, incluindo barbitúricos, que afetem de qualquer forma as condições físicas ou mentais necessárias ao bom desempenho do serviço;

III – se ocorrer a entrega de veículo a terceiros que não possuam prévia autorização da Superintendência Municipal de Transportes Urbanos – SMTU quando o operador tiver carteira vencida ou portar carteira de habilitação inadequada para o veículo operado;

IV – se houver apresentação de documentação que se comprove fraudulenta;

V – se houver alienação do veículo utilizado na prestação do serviço sem a autorização da SMTU e a devida descaracterização do mesmo junto ao citado órgão;

VI – se ocorrer não-comparecimento à vistoria anual por 3(três) vezes consecutivas;

VII – em caso de segunda reincidência em infração idêntica, cometida num intervalo de cento e oitenta dias, a contar da primeira infração;

VIII - porte ou manutenção no veículo de arma de qualquer espécie.

Art. 2º Haverá multa (A2) de R\$561,44(quinhetos e sessenta e um reais e quarenta e quatro centavos) com apreensão e remoção do veículo, ou lacre, em caso:

I – de execução de transporte especial complementar sem o devido Termo de Autorização / Permissão da SMTU;

II – de manutenção no serviço de transporte, cooperação ou facilitação da operação de veículo agregado ou de propriedade do autorizatário / permissionário, não registrado na SMTU;

III — de utilização do veículo para outro tipo de serviço, como fretamento, escolar ou complementar;

IV — de entrega de veículos a terceiros sem prévia autorização da SMTU;

V — de circulação com veículo lacrado.

Art. 3º Haverá multa (A3) de R\$118,63(cento e dezoito reais e sessenta e três centavos) e suspensão de registro de auxiliar ou de autorização do condutor autorizatário em caso:

I — de desacatamento das determinações emanadas da fiscalização da SMTU, bem como da Guarda Municipal;

II — porte ou transporte no veículo de qualquer tipo de mercadoria de manuseio e/ou uso proibido;

III — direção inadequada, que ponha em risco a vida de passageiros, desobedeça às regras de sinalização ou aumente o risco de acidentes;

IV - de prática de atitude inconveniente ou de falta de urbanidade no trato com o usuário ou com os agentes de fiscalização da SMTU e da Guarda Municipal;

Art. 4º Haverá multa (A4) de R\$80,85(oitenta reais e oitenta e cinco centavos) com apreensão e remoção do veículo, ou lacre, em caso:

I — de não-apresentação do veículo para vistoria ordinária ou extraordinária nas datas determinadas pela SMTU;

II — de o autorizatário/permissionário não portar a documentação obrigatória para operação do serviço;

III — de o autorizatário/permissionário operar com veículo fora dos padrões estabelecidos pela SMTU ou com idade superior à determinada pela Regulamentação da Lei n.º 3.360, de 14 de março de 2002;

IV — de identificação externa do veículo em desacordo com as normas editadas pelo Poder Público;

V — de operação fora dos limites geográficos determinados para a linha autorizada pela SMTU, com passageiros, e sem autorização/documentação específica para tal, a ser regulamentada pelo mesmo órgão;

VI — de ausência, mau funcionamento ou inoperância dos equipamentos obrigatórios de segurança de que trata a Resolução CONTRAN n.º 14, de 1998;

VII — de falta de selo de vistoria ou selo vencido;

VIII — de inatividade de motor de arranque;

IX — de trânsito com derramamento de combustível ou lubrificantes na via pública.

X - em caso de parada em pontos determinados para o Sistema de Transporte Coletivo por Ônibus, conforme previsto no art. 28 §3º da Lei Nº 3360/2002.

Art. 5.º Haverá multa (A5) de R\$40,42(quarenta reais e quarenta e dois centavos) em caso:

I — de transporte de passageiros em quantitativo que exceda o estabelecido para a capacidade licenciada do veículo, por passageiro excedente;

II — de mau funcionamento das janelas;

III — de mau funcionamento das portas;

IV — de parada ou estacionamento do veículo para embarque ou desembarque de passageiros em local não autorizado a operar, exceto por motivos e circunstâncias plenamente justificáveis, desde que aceitas pela SMTU;

V — de o veículo ser posto em movimento ou transitar com a porta aberta;

VI — de ser dada a partida no veículo com passageiros embarcando e desembarcando;

VII — de cobrança de tarifa diferente do valor aprovado ou de recusa da devolução do troco.

Art. 6.º Haverá multa (A6) de R\$25,09(vinte e cinco reais e nove centavos) em caso:

I — de não haver, no prazo de cinco dias da ocorrência do fato, comunicação à SMTU de toda alteração qualitativa e/ou quantitativa dos dados fornecidos na ocasião do requerimento de Autorização;

II — de dificuldade do acesso de servidores da SMTU, que estejam em funções de fiscalização, às dependências da cooperativa ou local de guarda dos veículos, aos documentos de controle operacional, inclusive qualquer ação ou omissão que implique embaraço, dificuldade ou impedimento à ação fiscalizadora;

III — de não-atendimento a ofícios, intimações, ordens, avisos, instruções e comunicações expedidas pela SMTU, na forma e nos prazos determinados;

IV — de mau estado dos bancos, seja por estofamento rasgado, molejo sem efeito ou partes quebradas;

V — de falta de vidros ou presença de vidros quebrados;

VI — de falta de limpeza interna e/ou externa;

VII — de mau estado de carroceria;

VIII — de mau estado de pintura;

IX — de colocação desautorizada de adesivos ou decalques;

X — de não-afixação e transmissão inadequada, no veículo, das comunicações determinadas pela SMTU;

XI — de não-comunicação da ocorrência de acidentes;

XII — de recusa do transporte de gratuidades, de acordo com a legislação vigente;

XIII — de não-afixação, em lugar visível, do valor da tarifa.

Art. 7.º Haverá multa (A7) de R\$16,68(dezesseis reais e sessenta e oito centavos) em caso:

I — de alguém fumar no interior do veículo;

II — de utilização de aparelhos sonoros no interior do veículo, exceto em casos autorizados pela SMTU;

III — de abastecimento de combustível ou manutenção do veículo com passageiros a bordo;

IV — de não ocorrer uso de uniforme ou traje adequado, ou seja, calça comprida, camisa e sapato, para ambos os sexos.

CAPÍTULO II DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 8.º Os autorizatários respondem sempre e em qualquer circunstância pelas penalidades pecuniárias com base neste Código Disciplinar.

§ 1.º Em caso de imposição de penalidade administrativa, o autorizatário poderá identificar o real infrator mediante declaração escrita firmada por ambos.

§ 2.º A reincidência em infrações idênticas, cometidas num intervalo de trezentos e sessenta dias, a contar da primeira infração, ensejará pena dobrada com apreensão, seguida de suspensão do registro na segunda e cassação na terceira.

§ 3.º As infrações correspondentes às penalidades previstas nos arts. 2.º, 3.º, 4.º, 5.º, 6.º e 7.º deste Código Disciplinar, além das penalidades pecuniárias e administrativas previstas, obrigarão a curso de vinte horas, com conteúdo a ser definido pela SMTU.

APROVA o Regulamento do Serviço de Transporte de Passageiros em Veículos de Aluguel a Taxímetro, e dá outras providências

Com o propósito de disciplinar o serviço público de transporte de passageiros em veículos de aluguel a taxímetro, o Governo do Estado editou o Decreto "N" nº 887, de 8 de julho de 1987, em que fixou orientação normativa para o funcionamento do referido serviço.

A evolução desse transporte, entretanto, tem demonstrado a necessidade da adoção de novas normas capazes de adaptá-los às suas atuais necessidades, com o objetivo de dar um melhor atendimento aos usuários e propiciar ao Poder Público meios que permitam a sua fiscalização e controle efetivos.

Para alcançar esses objetivos, impõe-se processar algumas adaptações nas disposições do Decreto "N" n. 867, de 1967 e, bem assim, a adoção de um Código Disciplinar que regule e gradue penas às infrações que sejam cometidas, com o fim de impedir abusos e maus serviços, dando à Administração condições de aperfeiçoamento do serviço prestado.

Visando a esses fins,

O Governador do Estado da Guanabara, no exercício de suas atribuições legais, e com fulcro na competência que lhe é atribuída pelos artigos 42 da Lei Federal n. 5.108 (*), de 21 de setembro de 1958, e 86 do Decreto Federal número 62.127 (*), de 16 de janeiro de 1958, decreta:

Art. 1º Fica aprovado o Regulamento do Serviço de Transporte de Passageiros em Veículos de Aluguel a Taxímetro no Estado da Guanabara, que segue anexo no presente Decreto.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Francisco Negrão de Lima - Governador do Estado.

REGULAMENTO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS EM VEÍCULOS DE ALUGUEL A TAXÍMETRO

CAPITULO I

Disposições Preliminares

Art. 1º - A exploração do serviço de transporte de passageiros em veículo de aluguel a taxímetro no Estado da Guanabara reger-se-á por este Regulamento.

Art. 2º - As Infrações correspondentes à Inobservância dos dispositivos da presente Regulamento estão consubstanciadas no "Código Disciplinar do Serviço de Transporte de Passageiros em Veículos de Aluguel a Taxímetro do Estado da Guanabara".

Parágrafo único. O Anexo I deste Regulamento constitui o citado código.

CAPITULO II

Organização Administrativa do Serviço

Art. 3º - A Secretaria de Serviços Públicos do Estado da Guanabara é o órgão normativo e coordenador do serviço de transporte de passageiros em veículos de aluguel a taxímetro, no Estado da Guanabara.

Art. 4º - As empresas de veículos de aluguel a taxímetro e os motoristas autônomos matriculados na Secretaria de Serviços Públicos compõem o conjunto executivo do serviço.

CAPITULO III

Exploração do Serviço

Art. 5º - O serviço de transporte de passageiros em veículos de aluguel a taxímetro é explorado:

a) por empresas constituídas na forma da legislação comercial, obedecidas às exigências deste regulamento;

b) por motoristas autônomos matriculados na Secretaria, de Serviços Públicos.

Art. 6º - É considerado "Autônomo" o motorista profissional proprietário, co-proprietário ou promitente comprador de um só veículo de aluguel a taxímetro, matriculado na Secretaria de Serviços Públicos.

§ 1º - A co-propriedade de que trata este artigo fica limitada ao máximo de dois motoristas profissionais, o mesmo ocorrendo em relação à promessa de compra. A matrícula deverá ser requerida à Inspetoria de Transportes, da Secretaria de Serviços Públicas.

Art. 7º - As empresas que se candidatarem à permissão para explorar o serviço de transporte de passageiros em veículos de aluguel a taxímetro deverão, no ato do pedido, comprovar as seguintes exigências:

a) registro social, sendo exigido para o caso de sociedade anônima, o capital constituído por ações nominativas;

b) prova de propriedade de frota mínima de 20 (vinte) veículos, com menos de cinco (5) anos de uso, tomado como base o ano de fabricação dos mesmos;

c) prova de que dispõem de garagem com capacidade mínima para recolhimento de 60% (sessenta por cento) da frota total, com área equivalente a 10 metros quadrados por veículos e com superfície coberta de pelo menos 20% (vinte por cento) para execução de serviços gerais de manutenção dos veículos;

d) prova de que dispõem de depósito para combustível e lubrificantes, bem como elevadores para lavagem e lubrificação dos veículos, na proporção de 1 para 100.

§1º - Além das exigências previstas neste artigo, devem as empresas, no ato do pedido de permissão, indicar as cores e os emblemas que pretendem adotar, ficando o critério do poder permitente a sua aprovação.

§2º - As empresas que desejarem organizar-se com veículos para aluguel, ainda não emplacados, deverão consultar, previamente, a Secretaria de Serviços Públicos sobre a disponibilidade de placas de aluguel.

Art. 8º - Concedida a permissão, será outorgado pela Comissão Estadual de Controle de Transporte de Passageiros, da Secretaria de Serviços Públicos "Termo de Permissão"

Art. 9º - Firmado o termo de que trata o artigo anterior, as empresas assinarão o Termo de Responsabilidade ficando obrigadas, particularmente, ao atendimento das seguintes exigências:

a) manter capital social devidamente realizado ou integralizado, correspondente, no mínimo, a 50% (cinquenta por cento) do valor de sua frota;

b) substituir por veículos novos os veículos da frota com mais de cinco (5) anos de uso, com base no ano de sua fabricação;

c) manter almoxarifado, com estoque permanente de peças, que atenda às necessidades de manutenção e reparação dos veículos;

d) manter permanentemente pessoal para manutenção dos veículos na proporção de uma pessoa para cada 10 veículos;

e) manter máquinas e ferramentas apropriadas para a execução de todos os serviços necessários à perfeita manutenção dos veículos de sua frota, sendo dispensada a retífica que poderá ser contratada com firma especializada;

f) manter permanentemente serviço de inspeção da frota de modo a assegurar a imediata correção de qualquer defeito, bem como preservar o bom aspecto dos veículos;

g) manter contabilidade atualizada até trinta dias seguintes ao mês vencido;

h) atender, rigorosamente em dia, a todas as suas obrigações trabalhistas, tributárias e previdenciárias, inclusive em relação aos acionistas que trabalham na empresa e que não estejam investidos em cargos ou funções de confiança ou eletivos;

i) adotar e manter sistema de controle que permita a qualquer momento um exato conhecimento das características operacionais e do comportamento funcional e econômico da frota;

j) manter a tabela das tarifas aprovadas afixada dentro dos veículos em local de fácil visão e consulta pelos usuários;

1) remeter à Secretaria de Serviços Públicos a relação nominal de seu pessoal (diretoria e empregados), comunicando, sempre, no prazo de 48 horas, as alterações, demissões e admissões que venham a ocorrer;

m) remeter à Secretaria de Serviços Públicos a relação dos veículos de que se compõe a frota, especificando suas características, número da licença e do taxímetro com a data da última aferição;

n) manter os veículos de que se compõe a sua frota identificados por cores, emblema representativo número do termo de permissão da empresa e número da ordem do veículo, com modelos e disposições previamente autorizadas pela Comissão Estadual de Controle de Transporte de Passageiros;

o) só admitir como empregados da empresa na categoria de motorista aqueles que tenham recebido a Carteira de Auxiliar a que se refere este regulamento;

p) apresentar seus veículos, antes do início de suas atividades, à vistoria da Secretaria de Serviços Públicos;

q) dotar seus veículos de taxímetros que permitam o controle da receita diária.

CAPITULO IV

Das Obrigações das Empresas Permissionárias

Art. 10 - As empresas permissionárias ficam obrigadas a ministrar a seus empregados, especialmente aos motoristas, tratamento especial com o fim de capacitá-los a uma perfeita observância das normas de trânsito, da técnica operacional dos veículos, dos princípios de relações humanas, prevenção de acidentes, e todos os demais conhecimentos necessários à prestação de bons serviços aos usuários.

Art. 11 - As empresas permissionárias ficam obrigadas a designar um dos membros da Diretoria como seu representante junto aos órgãos da Secretaria de Serviços Públicos.

Art. 12 - As empresas permissionárias ficam proibidas de contratar e pagar aos seus empregados pelo sistema de comissão fixada sobre as receitas dos veículos.

Art. 13 - Entre 6 horas e 20 horas, as empresas deverão manter em circulação o mínimo de 80% (oitenta por cento) de sua frota licenciada; nas demais horas, a frota em circulação deverá corresponder, no mínimo, a 20% (vinte por cento) de sua frota licenciada.

CAPITULO V

Dos Direitos das Empresas Permissionárias

Art. 14 - As empresas permissionárias de veículos de aluguel a taxímetro poderão utilizar o sistema de rádio V. H. F., desde que obtenham a devida autorização do órgão fiscalizador de telecomunicações.

§ 1º - Os veículos das empresas permissionárias que operam com o sistema de que trata este artigo, nos casos de atendimento a chamadas de usuários, através de seus pontos centrais, deverão:

a) possuir, como equipamento dos veículos, a caixa luminosa com os dizeres - EM ATENDIMENTO - formado por letras com as dimensões de 0,035 m de altura por 0,005 m de espessura;

b) manter registro das chamadas com discriminação dos locais e horários de embarque e desembarque de usuários.

§ 2º - Somente serão relevadas as multas por infringência ao disposto na letra "C" do artigo 85 da Lei nº. 5.108, de 21 de setembro de 1966 (Código Nacional de Trânsito), quando ficar comprovado que a infração se deu em virtude do atendimento a que se refere o § 1º deste artigo.

§ 3º - As empresas a que se refere este artigo usarão como identificação, além das cores e do emblema, a numeração de série que lhes houver sido atribuída pelo órgão fiscalizador de telecomunicações.

CAPITULO VI

Das Obrigações dos Motoristas Autônomos

Art. 15 - Os veículos de propriedade dos motoristas profissionais autônomos deverão estar identificados com seu número da autonomia a ser fixado pela Secretaria de Serviços Públicos.

§ 1º Tal identificação, a contar de 00001, será precedida da inicial A, pintada em cor preta sobre retângulo de cor branca com dimensões de 0,20m x 0,50m, na parte central das portas dianteiras.

§ 2º - Os algarismos e a letra terão altura de 0,15 m, largura de 0,08 m, a traço de 0,015 m.

§ 3º - A numeração da autonomia referida neste artigo será concedida pela Secretaria de Serviços Públicos.

Art. 16 - Os veículos de propriedade dos motoristas autônomos deverão ser pintados de uma única cor, não lhes sendo permitida a combinação de cores.

CAPITULO VII

Das Vistorias dos Veículos

Art. 17 - Todos os veículos dos permissionários serão vistoriados anualmente de acordo com as normas e datas a serem fixadas pela Secretaria de Serviços Públicos, sendo obrigatório o comparecimento do motorista autônomo ou do representante da empresa, conforme o caso.

Art. 18 - A vistoria anual consistirá em exame do veículo, só sendo considerados aprovados os que se mostrarem em condições de prestar bons serviços à população.

Art. 19 - Aprovado o veículo na vistoria, a Secretaria de Serviços Públicos fará afixar selo próprio em local visível, no Interior do veículo.

Art. 20 - O veículo não aprovado na vistoria ficará impossibilitado de trafegar. Sanadas as deficiências o veículo será submetido a nova vistoria.

Parágrafo único - O responsável pela vistoria, uma vez ocorrida a hipótese prevista neste artigo, lacrará o taxímetro, fornecendo ao permissionário documento comprobatório da medida.

Art. 21 - No ato da vistoria deverão ser apresentados, pelo representante da empresa ou pelo motorista autônomo, os documentos a serem exigidos pela Secretaria de Serviços Públicos.

Art. 22 - A tarifa de vistoria será correspondente a 1/20 (um vigésimo) do salário mínimo vigente no Estado; cobrada por veículo vistoriado e deve ser paga pelos permissionários no ato da apresentação dos veículos.

Art. 23 - É obrigatória a matrícula para os atuais motoristas autônomos, em data e período a serem fixados pela Comissão Estadual de Controle de Transportes de Passageiros.

Parágrafo único - Aqueles que não providenciarem matrícula, no prazo fixado pela Secretaria de Serviços Públicos, terão canceladas as suas permissões para explorar o serviço público de transporte de passageiros em veículo de aluguel a taxímetro e serão retiradas dos seus veículos as placas de aluguel, substituídas pelas de particular.

CAPITULO VIII

Dos Taxímetros e Aferições

Art. 24 - Os veículos destinados ao serviço público de transporte de gelos a aluguel são obrigados ao emprego do taxímetro como meio exclusivo de aferição e cobrança, segundo tabela aprovada pela Secretaria de Serviços Públicos.

Art. 25 - O taxímetro será colocado sobre um suporte, no lado oposto ao do condutor do veículo, de forma que, quando desocupado, fique completamente visível do exterior a sinalização "LIVRE" e os passageiros possam, no Interior, observar o seu funcionamento.

Art. 26 - A bandeira deve ser abaixada no momento em que o carro iniciar o movimento por conta do usuário, e só será levantada depois que, finda a viagem, o passageiro tornar conhecido da quantia a pagar.

Art. 27 - Os algarismos indicativos dos preços a pagar deverão aparecer bem visíveis no taxímetro.

Parágrafo único - Durante a noite os taxímetros deverão ser iluminados, de modo a possibilitar a perfeita visão de seus registros.

Art. 28 - Os cabos transmissores do taxímetro devem ser protegidos completamente por tubos metálicos suficientemente rígidos, irremovíveis e selados.

Art. 29 - Compete ao Instituto de Pesos e Medidas do Estado da Guanabara executar a aferição do taxímetro e verificar a inviolabilidade do aparelho, quer quanto ao mecanismo interno e indicação da tarifa, quer quanto às peças de rotação externa.

Parágrafo único - Sem permissão do Instituto de Pesos e Medidas do Estado da Guanabara e ciência da Inspetora de Transportes da Secretaria de Serviços Públicos, o taxímetro não pode ser retirado do lugar nem sofrer alteração ou modificação, exceto pintura.

Art. 30 - É vedada a substituição de taxímetro nos veículos de aluguel sem que previamente seja requerida à Secretaria de Serviços Públicos e por ela deferido o pedido.

Parágrafo único - O requerimento de que trata este artigo deverá ser acompanhado de prova de propriedade do taxímetro e do veículo.

Art. 31 - Concedida a permissão, o taxímetro a ser substituído sofrerá baixa no registro do motorista autônomo ou da empresa correspondente,

Art. 32 - O taxímetro adquirido pelo requerente deverá possuir atestado de "Nada consta", fornecido por autoridade policial competente, e o talão de aprovação de aferição, concedido pelo Instituto de Pesos e Medidas do Estado da Guanabara.

Parágrafo único - Na hipótese de o taxímetro adquirido ser novo, dispensa-se o "Nada consta" referido neste artigo, com a apresentação do recibo comercial da compra.

Art. 33 - No caso de ter havido furto do taxímetro, o interessado deverá comunicar o fato, por escrito, à Secretaria de Serviços Públicos, juntando a certidão de registro da ocorrência, expedida pela Delegacia Policial competente.

CAPITULO IX Das Tarifas

Art. 34 - Para efeito da aplicação de tarifas, fica o Estado da Guanabara dividido em duas zonas (Anexo II).¹

Art. 35 - A remuneração por serviço prestado em veículo de aluguel a taxímetro deverá, obrigatoriamente, ter como base a tarifa social.

Art. 36 - A tarifa é organizada de forma a que todo o serviço seja cobrado em tabela oficial, acrescentando-se à tarifa básica as taxas adicionais que forem cabíveis.

Parágrafo único. São consideradas adicionais as seguintes tarifas:

- a) bandeirada;
- b) retorno;
- c) remuneração por serviço noturno;
- d) remuneração por serviço em zonas de subidas íngremes e prolongadas;
- e) bagagem extra.

Art. 37 - Tarifa de bandeirada é o valor correspondente ao primeiro quilômetro considerado indivisível e marcado adiantadamente.

Parágrafo único - A tarifa de bandeirada é estabelecida com a finalidade de compensar corridas inferiores a 1.000 (um mil) metros.²

Art. 38. A tarifa de retorno é prevista nos seguintes casos e com os seguintes valores:³

a) dentro da zona 1 da cidade, entre 23 (vinte e três) horas e 8 (seis) horas do dia imediato, será cobrada tarifa correspondente à zona 2 (letra "b" abaixo);

b) fora da zona I, isto é, na zona 2, em qualquer hora do dia ou da noite, com o valor acrescido de 80% (oitenta por cento) da tarifa básica;

¹ Revogados pelo Decreto nº 13050, de 29/06/94

² Revogados pelo Decreto nº 13050, de 29/06/94

³ Revogados pelo Decreto nº 13050, de 29/06/94

c) o anexo III estabelece-a planilha para efeito de cálculo de tarifas e delimitará as zonas 1 (principal) e 2, acima referidas.

Parágrafo único. Não haverá qualquer remuneração adicional de retorno, seja qual for a zona percorrida, quando o táxi retornar ao bairro de onde saiu, ou, à zona principal de táxi, com o mesmo passageiro ou sob a responsabilidade de pagamento pela mesma pessoa.

Art. 39 - As subidas íngremes serão cobradas pela tarifa correspondente à zona 2.

Parágrafo único. Os logradouros assim considerados, serão objeto de portaria a ser expedida pela Secretaria de Serviços Públicos.

Art. 40 - A tarifa adicional de bagagem extra é prevista para volumes com mais, de 0,80 m na maior dimensão, e 0,30 m na menor.

Parágrafo único - Não se consideram bagagens extras as malas com dimensões interiores às constantes deste artigo, desde que em número que possa ser acomodado em lugar vago.

Art. 41 - O táxi é obrigado a fazer o transporte da bagagem do passageiro, desde que as suas dimensões, natureza e peso, não prejudiquem a conservação do veículo.

Parágrafo único. Quando o carro for provido de local para malas, aí deve ser acomodada a bagagem pelo motorista.

Art. 42 - O motorista não é obrigado a transportar no veículo animais, mesmo domésticos, podendo fazê-lo se o quiser.

Art. 43 - As tarifas serão reajustadas a critério da Secretaria de Serviços Públicos, consideradas as variações dos índices e fatores que compõem o seu cálculo.

Parágrafo único - O prazo básico mínimo para a validade da tarifa é de 1 (um) ano.

Art. 44. São os seguintes os índices e fatores de que trata o artigo anterior:

- a) preço de custo do veículo mais representativo no serviço de táxis;
- b) preço do mesmo tipo de veículo com cinco anos de uso;
- c) depreciação correspondente;
- d) custo de investimento considerada a taxa de 8% (oito por cento) ao ano.

CAPITULO X

Dos Deveres dos Auxiliares

Art. 45 - Constituem deveres de Auxiliar de Transporte de Passageiros em Veículos de Aluguel, além dos estabelecidos no Regulamento do Código Nacional de Trânsito, mais os seguintes:

I - trabalhar devidamente uniformizado, isto é, com camisa de manga curta ou comprida, branca ou cáqui, gravata preta ajustada ao colarinho, calça comprida preta, azul marinho ou cáqui, meia, e sapato fechado;

II - portar, sempre que em serviço, os seguintes documentos:

- a) carteira profissional do Ministério do Trabalho, quando não se tratar de motorista autônomo;
- b) carteira de motorista;
- c) licença do veículo;
- d) comprovante de aferição do taxímetro;
- e) cartão de identificação.

Parágrafo único - O cartão de identificação deverá ser colocado no porta-cartão do veículo, sobre a moldura do pára-brisa interno, na parte central.

III - manter o veículo em perfeitas condições de limpeza e apresentação;

IV - manter o veículo em perfeitas condições de segurança, providenciando sempre o conserto de defeitos ou deficiências de sinalização, sistema de freios, limpadores de pára-brisa, ou qualquer falha mecânica;

V - obedecer ao sinal de parada feito por passageiro que deseje utilizar o seu veículo, sempre que circular com a indicação "Livre";

VI - seguir o itinerário mais curto, salvo determinação expressa do passageiro ou de autoridade de trânsito;

VII - baixar a bandeira do taxímetro somente quando o veículo iniciar o movimento por conta do passageiro e levantá-la após terminado o serviço, quando o usuário tiver conhecimento da quantia a pagar;

VIII - usar da maior correção e urbanidade para com os passageiros;

IX - só indagar o destino do passageiro depois que este se acomodar no interior do veículo;

X - identificar-se, declarando o número do veículo de que é motorista, ao atender chamado telefônico, evitando indagar o destino do usuário;

XI - dispor do troco necessário, arcando com o prejuízo quando não dispuser do mesmo;

XII - permanecer sentado ao volante quando for o primeiro da fila, nos pontos de estacionamento, salvo em dias quentes e em locais batidos pelo sol, quando é permitido permanecer fora do carro, mas próximo ao mesmo, pronto a tomar o volante quando se aproximar um passageiro ou, ao sinal de "motoristas a postos", feito por silvo de autoridade de trânsito;

XIII - manter na fila (*) quando hotéis, casas de diversões, estações de desembarque, estádios, etc., sendo-lhe vedada qualquer combinação para escolha de passageiros por intermédio de porteiros, carregadores e outras pessoas;

XIV - adotar tratamento especial para com as gestantes, pessoas idosas cegos e pessoas com defeitos físicos.

CAPITULO XI

Das Penalidades

Art. 46 - As penalidades conseqüentes da inobservância das normas estabelecidas no presente regulamento são as previstas no "Código Disciplinar do Serviço de Transporte de Passageiros em Veículos de Aluguel a Taxímetro do Estado da Guanabara", que acompanha o presente Decreto.

Art. 47 - A empresa ou o "Auxiliar", quando multados, têm o prazo de 10 dias, a contar da data do recebimento da notificação ou de sua publicação, para apresentar o devido recurso á apreciação do Inspetor da Inspetoria de Fiscalização da Secretaria de Serviços Públicos, com efeito suspensivo.

Parágrafo único. Da decisão desta autoridade cabe recurso ao Diretor do Departamento de Controle Técnico sem efeito suspensivo.

Art. 48 - O "Auxiliar" ou empresa notificados por infração a dispositivos do Código Disciplinar do Serviço de Transporte de Passageiros em Veículos de Aluguel a Taxímetro do Estado da Guanabara, terá o prazo de 60 (sessenta) dias para o pagamento das multas, contado da data da notificação ou do indeferimento do recurso interposto ao Inspetor da Inspetoria de Fiscalização da Secretaria de Serviços Públicos.

§ 1º - Findo o prazo de que trata este artigo, o Auxiliar infrator terá seu registro de "Auxiliar" suspenso até que comprove o pagamento da multa, ficando, igualmente, proibido de exercer a atividade de "Auxiliar" desse serviço público. Na hipótese de descumprimento dessa obrigação, terão o registro de "Auxiliar" cassado e, se autônomos, terão, igualmente cassadas as permissões.

§ 2º - Se a multa for de responsabilidade da empresa, e não paga no prazo previsto neste artigo, ficará ela sujeita à cassação do Termo de Permissão, independentemente de sua cobrança judicial.

CAPITULO XII

Das Disposições Gerais

Art. 49 - Todos os veículos de aluguel a taxímetro são obrigados a possuir equipamento luminoso sobre a capota, com a palavra "Táxi", o qual só deverá ser mantido iluminado à noite é quando o veículo estiver livre.

Art. 50 - Fica vedada a utilização de veículo do tipo "kombi" no serviço de transporte de passageiros a aluguel.

Art. 51 - As substituições de veículos de aluguel a taxímetro (permutas) serão permitidas de acordo com as seguintes normas:

a) veículos com quatro portas e peso superior a 850 quilos, por outro com igual características:

b) veículos com menos de quatro portas e peso inferior a 850 quilos, por outro que tenha quatro portas e peso superior a 850 quilos;

c) veículo com menos de quatro portas e peso inferior a 850 quilos, por outro com as mesmas características.

Parágrafo único - Só serão permitidas as permutas de veículos de aluguel a taxímetro por veículos que satisfaçam as condições acima estabelecidas e sejam destinados, por característica de fabricação, exclusivamente ao transporte de passageiros.

Art. 52 - Em caso de perda total do veículo, por incêndio, acidente ou furto, será exigida a comprovação da perda, pelo registro da ocorrência em órgão oficial, com a sua exata determinação por prova pericial, e a prova da baixa do registro do veículo perdido, nos órgãos próprios da administração estadual.

Art. 53 - As empresas poderão solicitar à Secretaria de Serviços Públicos a designação de horários de rendição de seus motoristas, que os conceder a seu exclusivo critério. Fixado o horário, deve o motorista exibir por trás do pára-brisa dianteiro o letreiro com os dizeres "Rendição", em letras de 0,15m de altura, 0,80m de largura e 0,15m de traço.

Art. 54 - É facultado aos motoristas autônomos, titulares de permissões, transferir a propriedade de seus veículos a empresas permissonárias desse serviço e bem assim a outros motoristas profissionais, desde que não aumente a transferência o número de motoristas autônomos já existente.

§ 1º A transferência de veículo licenciado para a prestação do serviço de transporte de passageiros a aluguel somente poderá ser feita quando o veículo tiver menos de 5 (cinco) anos de vida útil, a partir do ano de fabricação.

§ 2º Em caso de transferência de propriedade de veículo de autônomo para outro motorista profissional, o vendedor desistirá da permissão, por prazo mínimo de 2 (dois) anos, e o comprador não poderá, por igual prazo, transferir a propriedade do veículo, sob pena de ter cassada a permissão do serviço público.

Art. 55 - Fica reservado aos motoristas de veículos de aluguel a taxímetro, durante os horários abaixo especificados, estabelecidos em função dos respectivos números de placa, o direito de exibirem, em local visível

no público por trás do pára-brisa dianteiro, letreiro indicando aos usuários que durante aquele horário o veículo não estará à disposição do público.

§ 1º Os horários serão os seguintes:

Carros com placa final 0, 1 e 2 - das 11,00 às 12,00 horas.

Carros com placas final 3, 4 e 5 - das 12,00 às 13,00 horas.

Carros com placa final 8, 7, 8 e 9 - das 13,00 às 14,00 horas.

§ 2º O letreiro afixado deverá ter dimensões padronizadas de 0,12m por 0,04m e as letras e algarismos deverão ter 0,10m de altura, 0,06m de largura e traço de 0,15m.

Art. 50. Os veículos atualmente licenciados para transporte de passageiros de aluguel a taxímetro que, por característica de fabricação, não forem destinados exclusivamente ao transporte de passageiros, têm prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da publicação deste regulamento, para serem permutados, na forma do prescrito no artigo 51 deste Decreto.

Art. 57. As placas concedidas às empresas permissionárias não poderão ser objeto de venda, salvo no caso de cessão das quotas ou ações da sociedade.

Disposições Transitórias

Art. 58 - Os veículos de transporte de aluguel autorizados temporariamente a operar sem taxímetro, a preço fixo, prestando serviço especial previamente determinado, obedecerão também ao que for prescrito e lhes couber neste regulamento.

Art. 59. As normas constantes dos parágrafos 1º e 2º do artigo 54 só se aplicam às vendas efetuadas após 30 dias da entrada em vigor deste decreto.

ANEXO I

CÓDIGO DISCIPLINAR DO SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS EM VEÍCULO DE ALUGUEL A TAXÍMETRO DO ESTADO DA GUANABARA.

1	- DAS EMPRESAS	
1.1	- INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS	SANÇÕES
1.1.1	- Utilizar motorista sem habilitação profissional	Grupo E-1
1.1.2	- Manter em serviço motoristas portadores de moléstia contagiosa ou infecto-contagiosa	Grupo E-2
1.1.3	- Permitir trabalho de motorista sem estar o mesmo registrado na SPU	Grupo E-2
1.1.4	- Não cumprimento de editais, avisos, ordens ou instruções	Grupo E-1
1.1.5	- Não orientar os motoristas sobre determinações atinentes a transportes em veículos de aluguel a taxímetro	Grupo E-2
1.1.6	- Remunerar o motorista por comissão sobre a fêria do veículo	Grupo E-1
1.1.7	- Não comunicar à SPU a admissão ou demissão de motorista	Grupo E-3
2	- DAS EMPRESAS E AUTÔNOMOS	
2.1	- INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS	
2.1.1	- Falta de apólice de seguro de responsabilidade civil	Grupo E-1
2.1.2	- Colocação desautorizada, no veículo, de Inscrições, desenhos ou decalques	Grupo E-1 retirada imediata da inscrição, desenho ou decalque.
2.1.3	- Falta de documentação do veículo, exigida pela legislação em vigor	Grupo E-3 e apreensão do veículo
2.1.3.1	- Licença do veículo ou fotocópia	Grupo E-3
2.1.3.2	- Selo de vistoria	Grupo E-3
2.1.3.3	- Selo de aferição	Grupo E-3
2.1.3.4	- Certificado de seguro obrigatório	Grupo E-3
2.1.3.5	- Cartão de identificação de auxiliar de motorista	Grupo E-3
2.1.4	- Exigir o pagamento da passagem em caso de interrupção da viagem, independentemente da vontade do usuário	Grupo E-3
2.1.5	- Falta de apresentação do carro com as identificações deteinninadas pela SPU	Grupo E-4
2.1.6	- Desautorar ou recusar documentos à fiscalização	Grupo E-2
2.1.7	- Excesso de lotação, tomando-se por base a capacidade licenciada	Grupo E-3
2.1.8	- Veículo recolocado em tráfego sem autorização da SPU	Grupo E-1

2.1.9	- Fazer reparos na via pública	Grupo E-1
2.1.10	- Veículo abandonado na via pública	Grupo E-3
2.1.1	- Cobrar pela tarifa 2 fora das zonas e horários permitidos	Grupo E-3
2.1.12	- Recusar passageiro sem estar em hora de almoço ou rendição devidamente autorizado, mesmo quando portador de bagagem desde que as dimensões da mesma sejam permitidas, ou cobrar além dos preços permitidos na tarifa em vigor..	Grupo E-3
2.1.13	- Cobrar transporte de volume sem estar a isto autorizado pela tarifa em vigor	Grupo E-3
2.1.14	- Taxímetro violado	Cassação da permissão caso o veículo pertença a autónomo, ou perda de placa do veículo caso a responsabilidade seja da empresa
. 2.2	INFRAÇÕES DO VEÍCULO	
2.2.1	- Alteração das características aprovadas para o veículo	Grupo E-1
2.2.2	- Falta de iluminação interna	Grupo E-6
2.2.3	- Mau estado dos bancos	Grupo E-5 e apreensão do veículo
2.2.3.1	- Forro rasgado	
2.2.3.2	- Mola quebrada	
2.2.4	- Mau funcionamento das portas	Grupo E-2
2.2.5	- Mau estado da carroçaria	Grupo E-5 e apreensão do veículo
2.2.8	- Falta de vidros ou vidros quebrados	Grupo E-3 e apreensão do veículo
2.2.7	- Falta de limpeza do veículo	Grupo E-4
2.2.7.1	- Interna	
2.2.7.2	- Externa	
2.2.8	- Mau estado da pintura	Grupo E-2
3	DOS AUXILIARES	
3.1	INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS	
3.1.1	- Trabalhar sem estar de posse dos documentos exigidos pela legislação em vigor	Grupo E-3
3.2	- Não apresentar quando solicitado, o registo diário do veículo	Grupo E-3
3.3	- Falta de urbanidade com o público	Grupo E-3
3.4	- Não prover garantias e comodidades aos passageiros, com excessos de velocidade, freadas bruscas e arrancadas bruscas	Grupo E-3
3.5	- Fumar quando em serviço	Grupo E-3
3.6	- Trabalhar com roupa suja, sem estar convenientemente barbeado, ou em desacordo com o uniforme previsto neste regulamento	Grupo E-3
3.7	- Ligar rádio receptor, quando conduzindo passageiro, sem a permissão deste	Grupo E-3
3.8	- Incontinência pública	Grupo E-3
3.8.1	Embriaguez	
3.8.2	- Portar arma sem autorização policial	
3.9	- Dirigir sem estar matriculado no carro ou registrado na empresa	Grupo E-4

INSTRUÇÕES DE CARATER GERAL

1º - As percentagens constantes das colunas infrações e reincidência são aplicadas com base em "Unidade do Valor Fiscal do Estado da Guanabara".

2º- Para efeito de aplicação das multas serão consideradas reincidências as repetições de infrações verificadas no período de cento e oitenta dias pelo mesmo auxiliar ou no mesmo veículo.

3º- As Infrações ou reincidências serão punidas com multas que são classificadas de acordo com a sua gravidade, nos grupos constantes do seguinte quadro:

Grupo	Infração (UFEG)	1ª Reincidência (UFEG)	2ª Reincidência (UFEG)
E-1	3	4	Cassação de Permissão
E-2	2	3	4
E-3	1	2	3
E-4	50%	1	2
E-5	30%	50%	1
E-8	10%	20%	50%

ANEXO III EXEMPLO DE CÁLCULO TARIFÁRIO

1- Carro referência	Volkswagem 1968
2 - Vida média do veículo na praça	5 anos
3 - Percurso médio mensal	6.000 quilômetros
4 - Custo do veículo novo	Cr\$ 9.563,00
5 - Valor do veículo usado em 1963	6.000,00
6 - Depreciação	3.563,00
7 - Taxa de juros	8% a. a.
8 - Taxas de juros por ano	3.563,00 x 0,08 . " 285,04
9 - Custo de juros por quilômetro:	284,04 " <u>0,00395</u> 12 X 6.000
10 - Depreciação anual $\frac{3.563,00}{5}$	" 712,60
11 - Custo de depreciação por Km $\frac{712,99}{12 \times 6.000}$	" 0,00989
12 - Custo de investimento (9 + 11)	Cr\$0,01384
13 - Custo de gasolina	0,288
14 - Rendimento do combustível	9km/litro
15 - Custo do combustível $\frac{0,288}{9}$	0,032
16 - Pneus e câmaras	
A – novos 4(42,74 + 12,30) -10%	198,15
B – recapagem 4 x 22,50	90,00
A + B 198,15 + 90,00	288,15
Custo por quilômetro $\frac{288,15}{42.000}$	0,00686
17 - Custo de peças e acessórios $\frac{9.563,00 \times 12}{6.000}$	0,01912
18 - Custo do óleo do cárter $\frac{3 \times 3 \times 1,50}{6.000}$	0,01225
19 - Lavagem, lubrificação e estadia $\frac{35,00}{6.000}$ -F 3 x 13	0,01213
20 - Licenciamento, imposto de serviços, responsabilidade civil e taxa reodoviária $\frac{102 + 2 \times 24.000 + 97,00}{12 \times 6}$	0,00343
21 – Soma (12 + 15 + 16 + 17 + 18 + 19 + 20)	0,08783
22 – Eventuais – 10% do item 21	0,00878
23 – Soma (21 + 22)	0,09661
24 – Lucro – 15% do item 23	0,01449

25 – Soma (23 + 24)	0,11110
26 – Pessoal – 2 motoristas $\frac{2 \times 290,00}{6.000}$	0,09666
27 – Custo quilométrico (25 + 26)	0,20766
28 – Percurso remunerado	85%
29 – Tarifa básica – $\frac{0,20776}{0,85}$	244242
30 – Tarifa básica 11. (29 + 15 + 16 + 17).	0,302.40

Publ. DOEG e BOE de 14/5/70, acompanhado de ilustração.
Retif. DOEG e BOE de 18/5/70